RELATÓRIO FINAL DO 57º CONAD – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional

Parnaíba/PI, 21 a 24 de junho de 2012

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	004
ATAS	
• Ata da Plenária de Abertura e Posse da Diretoria gestão 2012-2014	008
• Ata da Plenária de Instalação	016
- Pauta e Cronograma do 57º CONAD	023
- Regimento do 57º CONAD	024
• Ata da Plenária do Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 31° CONGRESSO	033
• Ata da Plenária do Tema II – Questões organizativas e financeiras	034
• Ata da Plenária do Tema III – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores	044
• Ata da Plenária do Tema IV – Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores	050
• Ata da Plenária de Encerramento	054
- Carta de Parnaíba	056
- Moções	058
RESOLUÇÕES	
TEMA II – Questões organizativas e financeiras	
- Atualização do Caderno 2	066
- Homologação de seção sindical	072
- Sede do 58º CONAD do ANDES-SN	072
- Prestação de Contas do 31º CONGRESSO	073
- Prestação de Contas do exercício 2011	075
- Previsão Orçamentária para 2013	082
- O Custeio da Greve	083
- Recomendações	083

TEMA III – Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores	
- Seguridade Social	084
- Sindical	084
- Ciência e Tecnologia	085
TEMA IV – Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores	
- Atualização do Plano de lutas do setor das Estaduais/Municipais	086
- Atualização do Plano de lutas do setor das Federais	087
- **A**tualização do Plano de lutas do setor das Particulares	087
- VI Encontro Intersetorial do ANDES-SN	088
Rateio do 57º CONAD	090
Caderno de Textos	093
Anexo ao Caderno de Textos	164
Textos apresentados na Plenária de Instalação	172

RELAÇÃO DOS DELEGADOS AO 57º CONAD

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR[1]
1	Elisabetta Santoro	ADUSP	E
2	Valdeci Luiz Fontoura dos Santos	ADLESTE	F
3	Elisabeth Orletti	ADUNI-RIO	F
4	Carlos Vitório	ADUSC	E
5	José Ferreira da Costa	ADUNEMAT	E
6	Roseli Rocha	ADUEMS	E
7	Maria Cecília Cardoso Benatti	ADUNICAMP	E
8	João Telhado Pereira	ADUR-RJ	F
9	Maria Luiza Tambellini	ASDUERJ	E
10	Eblin Farage	ADUFF	F
11	Getúlio Silva Lemos	SEDUFSM	F
12	Iuri Cavlak	SINDUFAP	F
13	Tomás Boaventura	ADUFMAT	F
14	Luis Antônio Rosa Seixas	ADUFOP	F
15	Eric Fernandes de Melo Araújo	ADUFLA	F
16	Gilberto Correia da Silva	APUG	E
17	Paulo César de Souza Ignácio	APESJF	F
18	Márcia Cristina Fontes Almeida	ASPUV	F
19	Ebnezer Maurilio Nogueira da Silva	ADUnB	F
20	Henrique Andrade F. de Mendonça	ADUFPEL	F
21	Ivo Pereira de Queiroz	SINDUTF-PR	F
22	Luis Allan Kunzle	APUFPR	F
23	Fernando Damasceno	SESDUFRR	F
24	Alcivan Nunes Vieira	ADFURRN/ADUERN	E
25	Rosimê Meguins	ADUFPA	F
26	Pablo Daniel Andrada	ADUFPB	F
27	José Antonio da Rocha Pinto	ADUFES	F
28	Luiz Fábio Silva Paiva	ADUA	F
29	Ariel Clodoaldo M. Costa	APRUMA	F
30	Lina Maria Santana Fernandes	ADCESP	E
31	Antonio Fernando de Araújo Sá	ADUFS	F
32	Paulo Cleber Mendonça Teixeira	SESDUFT	F
33	Levi Paes Barreto	ADUFERPE	F
34	Maria Rita Rocha do Carmo	ADFUNREI	F
35	Alexandre Galvão Carvalho	ADUSB	E
36	José Alex Soares Santos	SINDUECE	E
37	Gonzalo Adrian Rojas	ADUFCG	F
38	Pedro Alcântara	ADUFDOURADOS	F
39	Alberto Franke	SSind. do ANDES-SN na UFSC	F
40	Billy Graeff Bastos	APROFURG	F
41	Francisco Augusto da Silva Nobre	SINDURCA	E
42	João Paulo Sales Macedo	ADUFPI	F

[1] E - Estadual
F - Federal

43	Maria Alice Vieira	ADUFU	F
44	Sinoélia Silva Pessoa	ADUNEB	E

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES AO 57º CONAD

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
1	Andrés Vercik	ADUSP	E
2	César Augusto Minto	ADUSP	E
3	Ciro Teixeira Correia	ADUSP	E
4	Lighia B. H. Matsushigue	ADUSP	E
5	Enedina Soares	ADUNI-RIO	F
6	Marlene Dantas	ADUSC	E
7	Carlos Alberto de Oliveira	ADUSC	E
8	Wilson Brum Trindade Júnior	ADUEMS	E
9	Joecildo Francisco Rocha	ADUR-RJ	F
10	Alexandre Pinto Mendes	ADUR-RJ	F
11	João Pedro Dias Vieira	ASDUERJ	E
12	Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros	ASDUERJ	E
13	Rejane Dias	ADUFEPE	F
14	Verônica Fernandez	ADUFF	F
15	Márcio Rossato Badke	SEDUFSM	F
16	Arley José Silveira da Costa	SINDUFAP	F
17	Irenilda Ângela dos Santos	ADUFMAT	F
18	Gilberto Goulart	ADUFMAT	F
19	Vagner Silva Alves	ADUFS-BA	E
20	Joaquim Batista de Toledo	ADUFOP	F
21	Wagner Raggi Curi Filho	ADUFOP	F
22	Joel Moisés Silva Pinho	APUG	E
23	Renata Rena Rodrigues	ASPUV	F
24	Paulo Celso dos Reis Gomes	ADUnB	F
25	Rafael Morgado Silva	ADUnB	F
26	Flávio Borges Botelho Filho	ADUnB	F
27	Wagner Antonio Rizzo	ADUnB	F
28	Virgilio Caixeta Arraes	ADUnB	F
29	Alejandra Leonor Pascual	ADUnB	F
30	Jazomar Vieira da Rocha	SINDUTF-PR	F
31	Marcos Antonio Baldessar	SINDUTF-PR	F
32	Renato Ferreira da Rocha	SINDUTF-PR	F
33	Astrid Baecker Avila	APUFPR	F
34	Rodrigo Feltran	SESDUFRR	F
35	Alessandro Teixeira Nóbrega	ADFURRN/ADUERN	E
36	Antônio Gautier Farias Falconieri	ADFURRN/ADUERN	E
37	Cenira Andrade de Oliveira	ADUFES	F
38	Francisca Costa	SESDUFT	F
39	Cícero Monteiro	ADUFERPE	F
40	Wilibaldo Bezerra	ADUFERPE	F
41	Marcelo Ataíde	ADUFERPE	F
42	Sandra Boari Silva Rocha	ADFUNREI	F
43	Pablo Luiz Martins	ADFUNREI	F

44	Marcus Antônio Assis Lima	ADUSB	E
45	Antônio Lisboa Leitão de Souza	ADUFCG	F
46	Andréia Ferreira da Silva	ADUFCG	F
47	Danielle Andrade Souza	ADUFCG	F
48	Anne Pinheiro Leal	APROFURG	F
49	José Aléxis Bezerra Leite	ADUFPI	F
50	Lílian Silva Cattenacci	ADUFPI	F
51	Bruno Gabriel	ADUFPI	F
51	Marten Costa de Santana	ADUFPI	F
53	Naíra Souza Moura	ADUNEB	E
54	Maria do Socorro Soares Ferreira	ADUNEB	E

CONVIDADOS

Nº	**NOME**		
	Helvio Alexandre Mariano	1° tesoureiro gestão 2010-212	
	Lúcio Keury Almeida Galdino	Secretaria Regional Norte I	

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA DO 57º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às 10h30 (dez horas e trinta minutos) do dia vinte e um do mês de junho do ano de dois mil e doze, no auditório do SESC Praia, sito à Estrada PI 116, Km 7,5, Praia do Barro Preto, Luís Correia – Piauí, foi dado início à plenária de abertura do 57º Conselho do ANDES - Sindicato Nacional – CONAD. A mesa foi composta pela presidente do ANDES-SN, professora Marina Barbosa Pinto, pelo secretário-geral Márcio Antônio de Oliveira e pelo primeiro tesoureiro Hélvio Alexandre Mariano. Compuseram ainda a mesa: os diretores eleitos para a gestão 2012-2014, Marinalva Silva Oliveira, presidente, Fausto de Camargo Junior, 1º tesoureiro; Daniel de Oliveira Franco, 2º vice-presidente Regional Nordeste I; o presidente da ADUFPI Seção Sindical, professor Mário Ângelo de Meneses Sousa; o diretor do campus Parnaíba da UFPI, professor José Duarte Baluz; o presidente do Sindicato dos Pescadores Artesanais, senhor Francisco Alves Rodrigues; o presidente do MOSAP, senhor Edison Guilherme Haubert; a representante da ANEL, senhora Ariele Moreira; a representante do SINASEFE, professora Eugenia Martins, e o representante da CSP-CONLUTAS, o sindicalista José Maria de Almeida. Composta a mesa, a professora Marina Barbosa tomou a direção dos trabalhos, fez saudação inicial de boas-vindas passando imediatamente a palavra aos representantes das entidades. Usou da palavra o professor José Duarte, que cumprimentou a todos em nome da UFPI e desejou sucesso na realização do evento. Em seguida, falou o representante do Sindicato dos Pescadores, que enfatizou a luta dos trabalhadores da região e a importância de o ANDES-SN estar realizando um CONAD em Parnaíba. Dando prosseguimento, falou o representante do MOSAP, que salientou a necessidade de que o professor tenha devolvida a sua dignidade e que o governo reconheça as reivindicações e as lutas dos professores pela educação no Brasil. Em seguida, falou a representante da ANEL, que fez menção à greve dos professores, técnico-administrativos e estudantes caracterizando uma greve da educação. Lembrou ainda que a greve é forte porque é pelo ensino público e gratuito e para atender aos direitos da população. A representante do SINASEFE agradeceu o convite, cumprimentou a nova direção, saudou a greve e desejou que continuemos a trabalhar juntos. Marina retomou a palavra e, antes de passá-la ao representante da CSP-Conlutas, fez menção aos esforços do ANDES-SN na construção de um ente ativo e autônomo dos trabalhadores. Com a palavra, José Maria lembrou que em Manaus já havia alertado sobre os aspectos da conjuntura, que até hoje se mantêm. Cumprimentou a greve, a diretoria e o sindicato, afirmando que o ANDES-SN é uma das mais importantes entidades para os trabalhadores, é um exemplo de luta. Desejou boa sorte à diretoria e sucesso na luta. Continuando, a professora Marina leu mensagens enviadas pela senhora Maria Lúcia Fatorelli, da Auditoria Cidadã da Dívida, e pelo Conselho Federal de Serviço Social. Logo após, apresentou o Plano de Comunicação do ANDES-SN, lembrando os esforços realizados pela diretoria e pelo conjunto dos sindicalizados na construção dessa proposta. Na sequência, passou a palavra para o professor Mário Ângelo, que deu boas-vindas a todos, cumprimentou a diretoria que sai e a diretoria que assume o sindicato e colocou-se à disposição para o trabalho conjunto dizendo textualmente "contem com o nosso apoio". Logo após, Marina apresentou o nº 50 da revista Universidade e Sociedade contendo temas relevantes que se referem aos acontecimentos que tiveram grande repercussão nacional: a greve da ADUNIR Seção Sindical, a expulsão de moradores de Pinheirinho/SP e os grandes deslocamentos de

população ocasionados pelos mega-eventos. Na sequência, falou o 2º Vice-Presidente da Regional Nordeste I, professor Daniel, que discorreu sobre a luta do povo piauiense contra a exploração e àqueles que patrocinam essa opressão. Ao final da fala do professor Daniel, Marina relatou a pesquisa encomendada ao DIEESE sobre o perfil do professor, início de um trabalho para aprofundar o conhecimento sobre a renovação do quadro docente das universidades, hoje muito grande. Em seguida, fez o discurso final "Saúdo os delegados e as delegadas, observadores e observadoras do 57º CONAD. Membros da mesa e a diretoria que hoje toma posse e assim saúdo também a diretoria que hoje finda o seu mandato, companheiros de jornada. Os representantes das entidades aqui presentes que confirmam nossa legitimidade como entidade que organiza os docentes das instituições de ensino superior. Saúdo a Seção Sindical da Universidade Federal do Piauí, e a regional de Parnaíba, que assumiu o desafio de organizar este evento. Iniciamos nossa gestão afirmando que a bandeira de luta pela valorização do trabalho docente e pela educação pública como componentes essenciais da luta por uma sociedade igualitária e democrática segue empunhada na entidade que congrega e, legítima e legalmente, representa os docentes do ensino superior do nosso país: o ANDES-SN. Ao término desta gestão temos a certeza de que muito contribuímos para que esta bandeira se mantivesse empunhada. Empunhá-la exige reconhecer que o seu tremular é marcado pela dinâmica do movimento da realidade, das universidades e pelos interesses dos docentes. Nossa gestão reconheceu e atuou sobre estes parâmetros. A realidade marcou uma conjuntura duríssima de avanço do capital sobre os direitos dos trabalhadores tendo no governo o apoio com medidas legislativas, mecanismos macroeconômicos e deslocamentos de recursos para este fim. Associado a isso, a consolidação da Reforma do Estado brasileiro que adota a lógica gerencial de gestão e reduz o caráter público e universal das políticas e serviços sociais, investindo no assistencialismo oficial de estado. Iniciamos a gestão com a "espada" da perda do registro sindical sobre nossa luta. Lutamos muito, dando sequência ao movimento desencadeado antes de nós, assumirmos, fizemos atos, angariamos maior solidariedade, denunciamos, enfrentamos medidas judiciais, alteramos nosso estatuto, nos apoiamos na categoria. Terminamos a gestão com uma vitória importante que afasta a espada. O STJ indeferiu o pedido de negação do ato do ministro que nos concedeu o registro para representação dos docentes das instituições públicas. O que confirma nossa legalidade, já determinada pela nossa legitimidade na história dos trabalhadores deste país. A realização do encontro dos três setores foi decisiva para esta luta. Mas nossa luta segue. É necessário enfrentar os obstáculos que têm atacado nosso projeto de sindicato de todos os docentes das IES; saberemos dar curso a esta luta. Afirmamos também que a universidade brasileira precisa de uma radical transformação e não de reformas que retrocedem seu papel social. Por isso, avançamos no setor das estaduais para um patamar superior de ação unitária nacionalmente buscando enfrentar com ações locais concatenadas pelo Brasil questões como financiamento, democracia, condições de trabalho, vagas, diretrizes de carreira docente, referência de piso nacional. Além disso, crescemos em número de seções sindicais, o que revela a força do Sindicato Nacional. No setor das IFES, construímos a luta pela carreira docente e por condições de trabalho, que, combinadas e somadas às ações nas IEES, vão consolidando nossa luta pela radical transformação da universidade brasileira, tendo como parte importante a ação no setor das IPES avaliando e respondendo às demandas destes docentes organizados no Sindicato Nacional e ampliando nossa inserção com novas seções sindicais e associações docentes. Como parte desta luta, avançamos na elaboração sobre C&T e retomamos as ações frente aos espaços e condições da pesquisa e inovação no país. Compreendendo que o projeto estratégico de capital se desdobra em inúmeros

tentáculos, combatemos em distintas frentes sempre tendo por base a referência do nosso projeto de educação que de fato produza e socialize conhecimento novo como parte constitutiva da construção de uma sociedade sem exploração. Neste combate, resistimos à privatização dos HUs, da previdência do servidor público, enfrentamos o debate sobre a condição de saúde do docente, elaboramos sobre política agrária e meio ambiente, sobre gênero, etnia e classe nos somando a lutas gerais sobre o tema. É importante dizer que nem sempre ganhamos essas batalhas, como a regulamentação da previdência complementar demonstra. E os efeitos destrutivos de mais esse passo da contrarreforma previdenciária nas universidades e institutos federais e no serviço público em geral far-se-ão sentir com muita força nos próximos anos. Com os princípios da unidade da classe e do internacionalismo, investimos grandiosos esforços em nossa atuação na CSP-Conlutas e na retomada de nossa ação internacional ampliando espaços de intervenção. Sabemos que a nova central sindical e popular que ajudamos a construir possui um enorme potencial, ainda não materializado, de assumir a direção efetiva de parcelas expressivas do movimento sindical no país e por isso tivemos sempre clareza de nossa opção. Muito temos que aperfeiçoá-la, mas é na atuação cotidiana que temos as condições para fazê-la. Como parte da nossa atuação nos dedicamos a apoiar os movimentos que em luta mantenham relação com nossas bandeiras, nos associamos a lutas gerais com o espaço de unidade de ação, com as entidades dos servidores públicos, os fóruns em defesa da educação pública. Fomos protagonistas na campanha dos 10% do PIB, tarefa ainda em curso, apesar de mais uma batalha perdida recentemente no Congresso Nacional, sob a batuta do Executivo. Cuidamos do nosso patrimônio, avançamos nas questões internas com os funcionários (acordos coletivos e resolução de pendências). Tratamos da digitalização dos documentos que registram nossa história. Realizamos uma pesquisa de perfil docente. Todas estas são atividades meio que nos dão melhores condições para realizar nossas atividades fim. Aprovamos um plano de comunicação, democraticamente construído a partir do que eu chamo de "Voto de Expectativa", que o 55º CONAD nos confiou. Por fim, assumimos tomando uma importante decisão comunicada no 55º CONAD: fazer uma inflexão. Inflexão que aponta para a urgente reaproximação com os docentes e toma como foco a luta pelo direito dos professores na disputa por um projeto estratégico de educação pública. Afirmamos naquele momento: "*Para tanto, propomos centrar nossa ação em três grandes eixos: definir pautas e planos de lutas com as quais os docentes se identifiquem; propiciar ações que promovam maior unidade entre setores do Sindicato, na perspectiva de ações unificadas em defesa do ANDES-SN, da valorização do trabalho docente e da educação pública; a defesa do nosso Sindicato Nacional com ampliação das filiações e a organização de SSind nas novas universidades*." Nosso balanço é: ACERTAMOS NESTA DECISÃO. O crescimento do Sindicato (mais sete - 7- Seções Sindicais), o fortalecimento do setor das estaduais, a mobilização nas federais, a ampliação e a qualificada elaboração dos GTs, nossa intervenção em conjunto com outros movimentos, nossas vitórias jurídicas, nossas iniciativas no cenário nacional, as caravanas, os materiais e as polêmicas travadas nos autorizam dizer que o balanço é positivo. No momento em que estamos atravessando uma greve de dimensões inéditas, com mais de 50 Instituições federais paradas sob a direção do ANDES-SN e do seu Comando Nacional de Greve (muitas delas com entidades de base não filiadas ao ANDES-SN), posso ter a certeza de afirmar que realmente caminhamos na direção de manter e reforçar a posição do Sindicato Nacional como representante dos docentes e das docentes do ensino superior deste país. Uma representatividade construída ao longo de mais de trinta anos de uma história de muita luta, que tenho certeza será mantida pela gestão que hoje se inicia. Cumprimos nosso compromisso, certos de que temos muito a

fazer; é um caminho árduo e de luta. E com um profundo agradecimento aos meus companheiros de gestão, às seções sindicais, aos funcionários do Sindicato Nacional e aos meus filhos que compreendem e partilham dessas minhas escolhas, estou certa de que teremos vitória e juntos saberemos fazer esta nova etapa.". Ao final, passou o relatório das atividades da diretoria gestão 2010-2012 para a presidente eleita. A seguir, o secretário-geral, professor Márcio Antônio de Oliveira, fez a leitura do Termo de Posse da diretoria eleita para o biênio 2012-2014: **ATO DE POSSE DA DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2012 – 2014 DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN.** Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, no auditório do SESC Praia, sito na Estrada PI 116, Km 7,5, Praia do Barro Preto, Luís Correia – Piauí, na Plenária de Abertura do 57º Conselho do ANDES-SINDICATO NACIONAL – CONAD, de acordo com o Estatuto do ANDES-SN, art. 30, inciso VIII e art. 55, tomou posse a Diretoria eleita para o biênio 2012-2014 tendo como presidente a professora Marinalva Silva Oliveira, conforme os resultados proclamados pela Comissão Eleitoral Central, no dia 17 de maio de 2012, da eleição realizada nos dias 8 e 9 de maio de 2012: Chapa 1 – ANDES-SN - TRABALHO DOCENTE E COMPROMISSO SOCIAL: 9.490 (nove mil quatrocentos e noventa) votos; brancos: 643 (seiscentos e quarenta e três) votos; nulos 341 (trezentos e quarenta e um) votos. Luís Correia/PI, 21 de junho de 2012. PRESIDENTE: Marinalva Silva Oliveira (RG 351752730 - SSP/BA, CPF 236.646.492-49, PIS/PASEP 12134106540), 1º VICE-PRESIDENTE: Luiz Henrique Schuch (RG 2003084809 - SJS/RS, CPF 196.096.710-04, PIS/PASEP 10674676596), 2º VICE-PRESIDENTE: Gean Cláudio de Souza Santana (RG 456485570 - SSP/BA, CPF 900.345.705-00, PIS/PASEP 12648284054), 3º VICE-PRESIDENTE: Paulo Jorge Moraes Figueiredo (RG 63437661 - SSP/RJ, CPF 834.191.108-63, PIS/PASEP 17017374132), SECRETÁRIO-GERAL: Márcio Antônio de Oliveira (RG M754322 - SSP/MG, CPF 003.799.056-04, PIS/PASEP 10024376636), 1ª SECRETARIA: Marina Barbosa Pinto (RG 060644531 - IFP/RJ, CPF 817.396.727-04, PIS/PASEP 12174115133), 2º SECRETÁRIO: Paulo Marcos Borges Rizzo (RG 5639040 - SSP/SC, CPF 007.499.728-90, PIS/PASEP 10111518080), 3° SECRETÁRIO: Rondon Martin Souza de Castro (RG 9687223 - SSP/SP, CPF 019.124.518-67, PIS/PASEP 12174693765), 1º TESOUREIRO: Fausto de Camargo Júnior (RG MG12400104 - SSP/MG, CPF 040.970.858-59, PIS/PASEP 10116062875), 2º TESOUREIRO: Almir Serra Martins Menezes Filho (RG 084780 - SSP/DF, CPF 019.871.944-20, PIS/PASEP 10024442302), 3º TESOUREIRO: João Francisco Ricardo Kastner Negrão (RG 13076294 - SESP/PR, CPF 493.724.409-49, PIS/PASEP 12196748953). **REGIONAL NORTE I:** 1º VICE-PRESIDENTE: Amecy Gonçalves Bentes de Souza (RG 01401955 - SSP/AM, CPF 026.730.612-15, PIS/PASEP 101034035813), 2º VICE-PRESIDENTE: Carlossandro Carvalho de Albuquerque (RG 09909850 - SSP/AM, CPF 237.814.402-49, PIS/PASEP 18029113345), 1º SECRETÁRIO: Jorge Luiz Coimbra de Oliveira (RG 053956009 - IFP/RJ, CPF 823.228.487-00, PIS/PASEP 17018011793), 2ª SECRETÁRIA: Vania Graciele Lezan Kowalceuk (RG 45121518 - SSP/PR, CPF 758.336.709-34, PIS/PASEP 18046470606), 1º TESOUREIRO: Antônio José Vale da Costa (RG 1680790 - SSP/AM, CPF 022.364.512-53, PIS/PASEP 10260859092), 2º TESOUREIRO: Edilson Lobo do Nascimento (RG 35542 - SSP/RO, CPF 080.144.002-59, PIS/PASEP 10106554228). **REGIONAL NORTE II:** 1º VICE-PRESIDENTE: José Queiroz Carneiro (RG 1456179 - SSP/PA, CPF 017.400.322-68, PIS/PASEP 10269680192), 2º VICE-PRESIDENTE: Paulo Marcelo Cambraia da Costa (RG 239147 - PTC/AP, CPF 593.166.912-49, PIS/PASEP 11630677730), 1º SECRETÁRIO: Benedito Gomes dos Santos Filho (RG 2096620 - SSP/PA, CPF 007.781.172-00,

PIS/PASEP 10269533831), 2ª SECRETÁRIA: Brenda Perpétua Pereira da Mota (RG 3021517 - SSP/AP, CPF 751.332.882-04, PIS/PASEP 12892956422), 1º TESOUREIRO: Roberto Cezar Lobo da Costa (RG 6469478 - SSP/PA, CPF 049.582.762-20, PIS/PASEP 10070078731), 2º TESOUREIRO: Enilson da Silva Sousa (RG 2822830 - SSP/PA, CPF 379.334.772-91, PIS/PASEP 12311232675). **REGIONAL NORDESTE I:** 1º VICE-PRESIDENTE: Antônio Gonçalves Filho (RG 22603042002-6 - SSP/MA, CPF 493.932.783-34, PIS/PASEP 17066643745), 2º VICE-PRESIDENTE: Daniel de Oliveira Franco (RG 356253 - SSP/PI, CPF 029.171.858-21, PIS/PASEP 10841070331), 1º SECRETÁRIO: José Alex Soares Santos (RG 343460699 - SSP/CE, CPF 774.345.363-49, PIS/PASEP 19001166949), 2º SECRETÁRIO: José Policarpo Costa Neto (RG 239235 - SSP/CE, CPF 016.820.163-15, PIS/PASEP 10055754233), 1º TESOUREIRO: Raimundo Renato Patrício (RG 182624 - SSP/CE, CPF 001.670.023-68, PIS/PASEP 10056415351), 2ª TESOUREIRA: Erlênia Sobral do Vale (RG 9910412664 - SSP/CE, CPF 700.205.743-04, PIS/PASEP 19002256364). **REGIONAL NORDESTE II:** 1º VICE-PRESIDENTE: Josevaldo Pessoa da Cunha (RG 257991 - SSP/PB, CPF 132.303.874-49, PIS/PASEP 10117159791), 2º VICE-PRESIDENTE: Geraldo Marques Carneiro (RG 2863811 - SSP/RN, CPF 154.665.664-20, PIS/PASEP 10766081661), 1ª SECRETÁRIA: Rejane Dias da Silva (RG 2702878 - SSP/PE, CPF 401.473.394-72, PIS/PASEP 11633681542), 2ª SECRETÁRIA: Ibiraci Maria Fernandes Rocha (RG 115780 - IMLEC/RN, CPF 085.902.144-00, PIS/PASEP 10087965418), 1º TESOUREIRO: Ademir Gomes Ferraz (RG 378316 - SSP/SE, CPF 119.735.955-91, PIS/PASEP 16889908187), 2ª TESOUREIRA: Eliane Maria de Menezes Maciel (RG 500379 - SSP/PB, CPF 276.936.864-87, PIS/PASEP 12031855109). **REGIONAL NORDESTE III:** 1º VICE-PRESIDENTE: José Valter Alves da Silva (RG 268945640 – SSP/BA, CPF 384.941.595-34, PIS/PASEP 12533291864), 2º VICE-PRESIDENTE: Marcos Antônio da Silva Pedroso (RG 614000 - SSP/DF, CPF 213.946.361-72, PIS/PASEP 11652049740), 1º SECRETÁRIO: Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro (RG 0056755023 - SSP/BA, CPF 040.587.805-25, PIS/PASEP 10029403437), 2º SECRETÁRIO: Marcus Antônio Assis Lima (RG MG2902560 - SSP/MG, CPF 622.381.326-00, PIS/PASEP 12349315713), 1º TESOUREIRO: José Milton Pinheiro de Souza (RG 145195856 - SSP/BA, CPF 187.873.045-20, PIS/PASEP 10789373847), 2ª TESOUREIRA: Gracinete Bastos de Souza (RG 0349321949 - SSP/BA, CPF 636.236.765-00, PIS/PASEP 12424334112). **REGIONAL PLANALTO:** 1º VICE-PRESIDENTE: Maurício Alves da Silva (RG 12600336 - SSP/SP, CPF 026.857.098-19, PIS/PASEP 10835987601), 2º VICE-PRESIDENTE: Claus Akira Matsushigue (RG 5130271-SSP/SP, CPF 115.560.778-31, PIS/PASEP 17034125056), 1º SECRETÁRIO: Fábio Henrique Duarte (RG 734966970 - SSP/MA, CPF 467.248.503-04, PIS/PASEP 10819885050), 2º SECRETÁRIO: Fernando César Paulino Pereira (RG 1819608 - CRP-06/63254-6, CPF 467.767.021.87, PIS/PASEP 12280226660), 1º TESOUREIRO: Fernando Lacerda Júnior (RG 356594312 - SSP/SP, CPF 226.628.028-71, PIS/PASEP 13016560232), 2º TESOUREIRO: Edney Rocha Freitas (RG 608627 - SSP/GO, CPF 190.940.941-34, PIS/PASEP 17022286637). **REGIONAL PANTANAL:** 1º VICE-PRESIDENTE: Dorival Gonçalves Júnior (RG 223599 - SSP/MT, CPF 106.963.181-72, PIS/PASEP 10105716887), 2ª VICE-PRESIDENTE: Marina Evaristo Wenceslau (RG 000758163 - SSP/MS, CPF 028.410.961-49, PIS/PASEP 10076340055), 1º SECRETÁRIO: Eduardo Soares Gonçalves (RG 320558678 - IIRGD/SP, CPF 287.506.848-25, PIS/PASEP 12825960189), 2ª SECRETÁRIA: Gicelma da Fonseca Chacarosqui Torchi (RG 321810 - SSP/MS, CPF 365.231.941-91, PIS/PASEP 12356030028), 1ª TESOUREIRA: Irenilda Ângela dos Santos (RG 400203 - SSP/MT,

CPF 304.033.751-34, PIS/PASEP 10881269656), 2º TESOUREIRO: Mário Luiz Alves (RG 549505 - SSP/SP, CPF 048.745.011-68, PIS/PASEP 10066048602). **REGIONAL LESTE:** 1º VICE-PRESIDENTE: Rubens Luís Rodrigues (RG 069032811 - IFP/RJ, CPF 905.174.237-15, PIS/PASEP 17055497955), 2º VICE-PRESIDENTE: Antônio Libério de Borba (RG M904026 - SSP/MG, CPF 203.327.936-72, PIS/PASEP 10263051673), 1ª SECRETÁRIA: Márcia Cristina Fontes Almeida (RG MG4393468 - SSP/MG, CPF 983.600.006-20, PIS/PASEP 12464006671), 2ª SECRETÁRIA: Cenira Andrade de Oliveira (RG 599435 - SSP/ES, CPF 790.854.747-87, PIS/PASEP 12323091559), 1º TESOUREIRO: Joaquim Batista de Toledo (RG MG288606 - SSP/MG, CPF 222.948.216-53, PIS/PASEP 10271644769), 2º TESOUREIRO: Antônio Maria Pereira de Resende (RG 228269829 - SSP/SP, CPF 841.883.406-49, PIS/PASEP 12351420286). **REGIONAL RIO DE JANEIRO:** 1º VICE-PRESIDENTE: Walcyr de Oliveira Barros (RG 029948213 - SSP/RJ, CPF 552.128.917-87, PIS/PASEP 12141761672), 2ª VICE-PRESIDENTE: Elisabeth Carla Vasconcelos Barbosa (RG 043642594 - IFP/RJ, CPF 655.683.627-34, PIS/PASEP 11644487637), 1ª SECRETÁRIA: Sônia Lúcio Rodrigues de Lima (RG 027329986 - SSP/RJ, CPF 352.672.837-20, PIS/PASEP 10753408543), 2º SECRETÁRIO: João Pedro Dias Vieira (RG 023814169 - IFP/RJ, CPF 330.353.697-04, PIS/PASEP 10605453125), 1ª TESOUREIRA: Maria Luíza Testa Tambellini (RG 3295751 - SSP/SP, CPF 277.763.448-34, PIS/PASEP 10046504432), 2ª TESOUREIRA: Enedina Soares (RG 013184627 - SSP/RJ, CPF 030.561.987-04, PIS/PASEP 10012068478). **REGIONAL SÃO PAULO:** 1ª VICE-PRESIDENTE: Ana Maria Ramos Estevão (RG 4887978 - SSP-SP, CPF 030.890.168-18, PIS/PASEP 10671183726), 2º VICE-PRESIDENTE: Osvaldo Luis Angel Coggiola (RG V0183188 - CEPI/DIREX/DPF, CPF 069.141.308-84, PIS/PASEP 18018023455), 1ª SECRETÁRIA: Betania Libanio Dantas de Araújo (RG 174242530 - SSP/SP, CPF 116.642.878-84, PIS/PASEP 12352924105), 2º SECRETÁRIO: Ivonésio Leite de Souza (RG 90064835 - SSP/SP, CPF 868.944.808-00, PIS/PASEP 10648073111), 1ª TESOUREIRA: Lighia Brigitta Horodynski Matsushigue (RG 25893555 - SSP/SP, CPF 509.803.008-00, PIS/PASEP 10074150615), 2º TESOUREIRO: Rubens Barbosa de Camargo (RG 94740550 - SSP/SP, CPF 021.511.928-22, PIS/PASEP 18011494797). **REGIONAL SUL:** 1ª VICE-PRESIDENTE: Maria Suely Soares (RG 6701841 - SSP/PR, CPF 559.615.179-34, PIS/PASEP 10058832073), 2ª VICE-PRESIDENTE: Cíntia Xavier (RG 48829554 - SESP/PR, CPF 981.816.109-20, PIS/PASEP 12516207524), 1ª SECRETÁRIA: Maria Luíza Domingues (RG 902686-0 - SSP/PR, CPF 074.684.152-34, PIS/PASEP 10227686354), 2º SECRETÁRIO: Henrique Radomanski (RG 5722012 - SSP/PR, CPF 027.975.429-91, PIS/PASEP 10038822212), 1º TESOUREIRO: Marcos Antônio Baldessar (RG 8145075 - SSP/PR, CPF 161.120.329-53, PIS/PASEP 10623886924), 2º TESOUREIRO: Alberto Elvino Franke (RG 6719330 - SSP/SC, CPF 294.657.530-68, PIS/PASEP 17028931380). **REGIONAL RIO GRANDE DO SUL:** 1º VICE-PRESIDENTE: Carlos Alberto da Fonseca Pires (RG 1029907555 - SJS/RS, CPF 196.808.800-87, PIS/PASEP 10079883491), 2º VICE-PRESIDENTE: Daniel Luiz Nedel (RG 365548728 - SSP/SP, CPF 909.759.019-15, PIS/PASEP 12543568354), 1º SECRETÁRIO: Henrique Andrade Furtado de Mendonça (RG 5036435062 - SSP/RS, CPF 342.796.280-68, PIS/PASEP 17027052634), 2º SECRETÁRIO: Carlos Schmidt (RG 4018826992 - SSP/RS, CPF 166.324.780-34, PIS/PASEP 11652494868), 1º TESOUREIRO: Júlio Ricardo Quevedo dos Santos (RG 297238905 - SSP/SP, CPF 291.771.540-53, PIS/PASEP 10104569376), 2º TESOUREIRO: Ubiratã Soares Jacobi (RG 1000496032 - SSP/RS, CPF 293.034.270-68, PIS/PASEP 10113394281). Após a assinatura do Ato de Posse pelos componentes da diretoria presentes no 57º CONAD, às

onze horas e quinze minutos, a professora Marina Barbosa Pinto, presidente do ANDES-SN, declarou EMPOSSADA A NOVA DIRETORIA DO ANDES-SN PARA O BIÊNIO 2012-2014 e passou a direção dos trabalhos para a presidente Marinalva Silva Oliveira, que convidou o professor Helvio Alexandre Mariano a continuar no 57º CONAD. Em seguida, os diretores João Negrão e Elisabeth Carla apresentaram o Ato de apoio à greve do setor das federais e às greves que acontecem na UERJ e na UERN. Usaram a palavra para discorrer sobre esse tema o professor Alcivan Nunes da ADUERN, a professora Maria Luiza, da ASDUERJ, o professor Gonzalo Rojas, do CNG/ANDES-SN, e a senhora Ariele, pela ANEL. Na sequência a professora Marinalva fez o seu discurso. "Bom dia, Cumprimento a Marina e os companheiros da diretoria, que encerram o mandato, os representantes das entidades presentes, aos quais agradeço a presença, delegados e delegadas, observadores e observadoras e demais participantes do 57º CONAD; Discurso de Posse da Diretoria Biênio 2012-2014.1) Conjuntura na qual a diretoria toma posse: 1. Crise estrutural do capital→ saída→ capital produtivo é beneficiado com a desoneração da folha de pagamento e retirada de direitos; 2. As benesses são direcionadas para as grandes indústrias, obras da copa, olimpíadas para atender ao grande capital → enquanto o trabalhador deverá pagar por isso; 2.1) Repercussão dessa crise na educação pública: marco das transformações sofridas pelo capitalismo nos países centrais e periféricos; 2.2) Manifestação através da concepção economicista ferindo a autonomia universitária e mudanças na concepção de universidade (ensino-pesquisa-extensão); 2.3) Processo de privatização do conhecimento; 2.4) Compromete a autonomia intelectual; 2.5) Perda da identidade da universidade historicamente comprometida com a sociedade; 2.6) Valorização do trabalho acadêmico a partir de critérios empresariais; 2. A privatização do conhecimento implica a combinação de pressão do mercado e maior controle do Estado; 2.8) Consequências desse modelo de universidade comercial e controlada; 2.9) Universidade comercial→ promoção da privatização; programas orientados ao cliente; contratos com empresas privadas e flexibilização do trabalho docente; crescimento da prestação de serviços; 2.10) Precarização do trabalho tanto nas públicas quanto nas particulares; 2.11) ANDES→ comprometido com o enfrentamento de todas as formas de precarização do trabalho tanto no setor público quanto no privado; (com todas as dificuldades de intervenção do Andes no setor das particulares); 2.12) Universidade controlada→ coordenação e controle das políticas educacionais pelos governos; 2.13) Autonomia universitária gerenciada pela lógica do mercado e pelo controle do Estado; 2.14) A agenda de modernização da educação superior responde, somente, aos interesses de natureza econômica e põe em risco a identidade de universidade brasileira, defendida pelo ANDES-SN; 2.15) Mudança na cultura acadêmica; 2.16) Nessa conjuntura, o ANDES-SN→ sindicato que faz resistência a essa mudança da identidade da universidade e da cultura acadêmica; 2.17) Dentro desse modelo perverso, o governo federal propôs um projeto de carreira docente em que a precarização e a desvalorização serão acentuadas e a ascensão funcional está vinculada à lógica meritocrática e produtivista; 2.18) É diante desse intenso desmonte da carreira docente e da concepção de educação alheia às necessidades dos brasileiros (as) que a greve na Educação Federal e Estadual ganhou força entre os docentes, estudantes e técnicos administrativos; 2.19) Sinasefe, Fasubra e estudantes; 2.20) O movimento está crescendo de forma intensa→ mostra indignação dos docentes com o modelo de universidade implementado pelo governo federal; 2.21) A greve das federais está no centro da conjuntura, mas temos lutas nos demais setores: estadual→ UERJ e UERN; 3. Papel do sindicato em unificar os três setores; 3.1) Registro sindical → Superior Tribunal de Justiça → reconhece ANDES como representante dos docentes do ensino

superior→ reafirma a legitimidade política e jurídica do ANDES-SN; 3.3) O sindicato vê-se reconhecido legalmente, o que fortalece a luta e se soma ao mais importante, que é a legitimidade que lhe conferem os seus milhares de sindicalizados e inúmeras organizações sindicais e entidades sociais; 3.3) STJ considera o ANDES-SN representante dos docentes da UFSC na mesa de negociação; 3.4) Aprovação pela Comissão Especial do Congresso Nacional do PNE com 8% do PIB admitido pelo governo para a educação em geral, inclusive o setor particular, quando está demonstrada a necessidade de no mínimo 10% do PIB, já, imediatamente, para a educação pública, → demonstra a falta de compromisso do governo e dos parlamentares com a educação pública. Ignora a demanda da sociedade brasileira; 3.5) A diretoria atual e anteriores têm acertado na política de condução desse sindicato; 3.6) Menção especial à diretoria que encerra o mandato: conseguiu fazer uma gestão que priorizou o aprofundamento da relação com a base; 3.7) A diretoria que ora assume dará continuidade política a esse projeto em defesa do fortalecimento do Andes na base e de um sindicato classista; 3.8) Falar sobre a conjuntura política da greve (contra as políticas educacionais e jurídicas); 3.9) Em que o processo de reorganização da classe trabalhadora é central para a nossa gestão; 3.10) E nesse processo de qualquer transformação social é imprescindível a aglutinação da classe; 3.11) Nesse sentido, será central e imprescindível nessa gestão a luta conjunta com os SPF ocupando espaços como a CNESF; 3.12) Construção da CSP Conlutas→ instrumento importante na organização da classe trabalhadora, movimentos populares e estudantis; 3.13) A nossa diretoria participará ativamente da construção da CSP Conlutas→ por entender que essa central é fundamental no enfrentamento ao capital e em defesa dos interesses da classe trabalhadora; 3.14) Só através da unidade de diversos setores que têm enquanto meta uma sociedade justa e igualitária chegaremos à vitória; 3.15) Assim, precisamos da CSP Conlutas→ como organização autônoma, independente e combativa, que nos permita enfrentar as condições de expropriação e espoliação a que a classe trabalhadora vem sendo submetida. 3.16) Compromisso com a democracia nas diversas instâncias do sindicato com participação da base; Destacamos, ainda, a realização do processo eleitoral realizado democraticamente de acordo com as deliberações de nossas instâncias. Uma conquista a mais para o nosso sindicato, que segue comprometido com os docentes de todo o país, com a instituição de ensino superior pública e gratuita e com as lutas pelas transformações em prol dos trabalhadores. Neste processo de constante renovação, o ANDES-SN reafirma-se como representante dos docentes das instituições de ensino superior de todo o país, dispõe-se a continuar articulado com os trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva classista da construção, dia a dia, da luta pelos direitos sociais e da conquista de uma nova sociedade. DECLARO ABERTO O 57º CONAD". Eu, Márcio Antônio de Oliveira, secretário-geral do ANDES-SN, lavrei a presente ata, que, para os fins de direito, será assinada por mim e por Marina Barbosa Pinto, presidente do ANDES-SN, gestão 2010-2012.

Márcio Antônio de Oliveira
Secretário-Geral

Marina Barbosa Pinto
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO DO 57º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia vinte e um de junho do ano de dois mil e doze, no Auditório do SESC Praia, em Luís Corrêa, Piauí, confirmado o quórum regimental, foram iniciados, pela professora Marinalva Oliveira, os trabalhos da Plenária de Instalação do 57º CONAD. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta pela Presidente do ANDES-SN, professora Marinalva Oliveira; pelo Secretário Geral, professor Márcio Antonio de Oliveira; pelo 1º Tesoureiro, professor Fausto Camargo Júnior e pelo professor Paulo Marcelo Cambraia da Costa, 2º secretário da mesa. Após apresentar a pauta da Plenária, composta por: a) Pendencias de credenciamento; b) Regimento do 57º CONAD; c) Cronograma e Pauta do CONAD; d) apresentação de propostas de inclusão de novos textos e TR, a presidente da mesa, professora Marinalva Oliveira, destacou o tema do 57º CONAD – Defesa da Universidade pública e do ANDES-N – Autonomia, Democracia, Financiamento e Condições de Trabalho. A seguir a professora Marinalva informou que não foram identificadas pendencias das seções sindicais. O professor Márcio passou à leitura do **Regimento do 57º CONAD: Capítulo I - Do 57º CONAD. Art. 1º O 57º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (57º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, do Estatuto do ANDES-SN, reunir-se-á de 21 a 24 de junho de 2012, na cidade de Parnaíba/PI, organizado pela ADUFPI Seção Sindical. Parágrafo único. O período de realização do 57º CONAD poderá ser estendido, pela Plenária de Encerramento, até o dia 25 de junho de 2012. Art. 2º O 57º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (57º CONAD do ANDES-SN) tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e seus parágrafos do Estatuto do ANDES-SN. Art. 3º O 57º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22, do Estatuto do ANDES-SN. Capítulo II - Das Atribuições. Art. 4º São atribuições do 57º CONAD: I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 31º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição; II - implementar o cumprimento das deliberações do 31º CONGRESSO do ANDES-SN; III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 31º CONGRESSO do ANDES-SN; IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN nos termos do seu Estatuto; V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela Diretoria; VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria; VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN; VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN; IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las; X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, ad referendum do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente; XI - homologar a constituição de Seções Sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de Associações de Docentes (AD) em Seções Sindicais e as alterações nos seus regimentos, ad referendum do CONGRESSO subsequente. Art. 5º Estabelecer, quando houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN. Parágrafo**

único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO do ANDES-SN imediatamente subsequente. Capítulo III - Dos Participantes. Art. 6º São participantes do 57º CONAD: I – um(a) delegado(a) de cada Seção Sindical (S.Sind) ou AD - Seção Sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; II – um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais (SR) respectivas, escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto; III – por observadores(as) de base das S.SINDs ou AD-S.SINDs e Secretarias Regionais, com direito a voz; IV – o presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto; V – os demais membros em exercício na Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), com direito a voz. Parágrafo único. Os membros em exercício da Diretoria, cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), na qualidade de delegados ou observadores de suas respectivas S.SINDs ou AD-S.SINDs. VI - os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 57º CONAD, com direito a voz; VII – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e pela Comissão Diretor, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz. § 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as) do 57º CONAD, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos. § 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 57º CONAD, obedecidas as seguintes condições: a) - comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente do 57º CONAD e registrar a respectiva substituição junto à Comissão Diretora; b) – os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas Assembleias Gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas Assembleias Gerais dos sindicalizados via SR, devem estar credenciados(as) como observadores(as) ao 57º CONAD; c) - quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via SR comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento. Art. 7º A (O) Presidenta(e) do ANDES-SN preside o 57º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões. Capítulo IV - Do Credenciamento. Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 57º CONAD será das 9h (nove horas) às 12h (doze horas) e das 14h (quatorze horas) às 18h (dezoito horas), do dia 21 de junho de 2012, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.§ 1º Para o credenciamento de delegado(a), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.§ 2º Para o credenciamento de observadores (as) de S.Sind e AD-S.Sind. escolhidos(as) em Assembleia Geral, será exigida ata (ou extrato), e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. que os indicou.§ 3º Para credenciamento de observadores (as) de sindicalizados(as), via SR, deve ser apresentada a ata da Assembleia Geral que os(as) indicou. § 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes; § 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária. § 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da

totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou SR, mediante requerimento à Comissão Diretora.§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na Plenária de Instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final. Capítulo V - Do Funcionamento. Seção I - Dos Órgãos. Art. 9º São órgãos do 57º CONAD: I - Comissão Organizadora; II - Comissão Diretora; III - Grupos Mistos; IV – Plenárias. § 1º As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da convocação do 57º CONAD.§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 57º CONAD.§ 3º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 57º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto. Deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 3° deste artigo. Seção II - Da Comissão Organizadora. Art. 10. A Comissão Organizadora é constituída por 2 (dois) representantes da ADUFPI Seção Sindical e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN. Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora: I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 57º CONAD;II - organizar a sessão de abertura do 57º CONAD;III – providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes do 57º CONAD, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela Plenária de Instalação;IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 57º CONAD, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.; V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 57º CONAD. Seção III - Da Comissão DiretoraArt. 12. A Comissão Diretora do 57º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN. Art. 13. É de competência da Comissão Diretora:I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 57º CONAD;II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;III – elaborar a prestação de contas do 57º CONAD, para apreciação no próximo Congresso;IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 57º CONAD, que deverão ser constituídas por membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN;V - organizar a composição dos grupos mistos do 57º CONAD, em consonância com o disposto no art. 14, deste Regimento.Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora, cabe recurso à Plenária subsequente. Seção IV - Dos Grupos Mistos. Art. 14. Os grupos mistos são compostos por: I – delegados(as) de S.Sind, de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito a voz e a voto; II – observadores(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as),via SR, devidamente credenciados(as), com direito a voz; III – diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz; IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz; Parágrafo único. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 40 (quarenta) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as). Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por um(a) Coordenador(a), um(a) Relator(a) e um(a) Secretário(a). § 1º Os membros da Mesa Coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do mesmo. § 2º O(a) Coordenador(a) da Mesa Coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as) componentes do mesmo. § 3º O(a) Relator(a) e o(a) Secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as). § 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração

da Mesa Coordenadora. Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento. Art.17. Compete ao(à) Relator(a): I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação; II – participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento. Art. 18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades. Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários previstos no cronograma do 57º CONAD, observado o quórum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo. § 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo, § 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma nova lista de frequência. § 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo. Art. 20. Os(as) Relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à Comissão Diretora o Relatório de seu grupo, digitado, garantidas pela Comissão Organizadora as condições necessárias para tal. Parágrafo único. Excetuam-se do prazo estabelecido no *caput* deste artigo relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após as 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte. Art. 21. A consolidação dos relatórios dos grupos mistos será feita pelos membros da Comissão Diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) Relatores(as) dos diversos grupos mistos. Art. 22. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 57º CONAD constarão, necessariamente: I - as propostas aprovadas por maioria simples; II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos; III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e, sempre que necessário, por esta última em conjunto com os (as) Relatores(as). Art. 23. A duração de cada grupo misto, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: I - Grupo Misto Tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; II - Grupo Misto Tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; III - Grupo Misto Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; Seção V - Das Plenárias. Art. 24. As Plenárias são compostas por: I – delegados(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito a voz e a voto; II – observadores(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados, com direito a voz; III - membros das Comissões Diretora e Organizadora do 57º CONAD, com direito a voz; IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito a voz. Art. 25. Os trabalhos das Plenárias do 57º CONAD serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um(a) Presidente, um(a) Vice-Presidente, um(a) 1º(1ª) Secretário(a) e um(a) 2º(2ª) Secretário(a). § 1º A Comissão Diretora indica, entre os membros da Diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da Mesa Coordenadora de cada Plenária. § 2º A Plenária poderá, a qualquer momento,

deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 57º CONAD ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária. Art. 26. Compete ao(à) Presidente da Mesa Coordenadora: I – preparar, junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a), a ordem dos trabalhos da Plenária; II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento. Art. 27. Compete ao (à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora: I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) Secretário(a): I – preparar, junto com o(a) Presidente, a ordem dos trabalhos da Plenária; II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária; III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 57° CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva. Parágrafo único - No caso das plenárias de Instalação, Inicial e Encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo da sessão. Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) Secretário(a): I - auxiliar o(a) 1º (1ª) Secretário(a) em suas atividades. II - elaborar a ata da Plenária. III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 57° CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva. Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte: I- Plenária de Abertura: 2 (duas) horas; II - Plenária de Instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; III - Plenária do Tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; IV - Plenária do Tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; V - Plenária do Tema III: 3 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; VI - Plenária do Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora; VII - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas. § 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária. § 2º - Compete à Plenária de Instalação: I - aprovar o Regimento e cronograma do 57º CONAD; II - deliberar sobre recursos acerca dos credenciamentos ao 57º CONAD; III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 57º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no Anexo ao Caderno de Textos deste evento. § 1º Compete à Plenária do Tema I apresentar e discutir os textos de conjuntura. § 2º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior. Art. 31. A verificação do quórum, no início das Plenárias do 57º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da Seção Sindical ou AD-Seção Sindical ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura. Parágrafo único. A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto. Capítulo VI - Das Discussões e Votações. Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições. Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do plenário ou do grupo misto, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão de todos os tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo ou Plenária. § 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo. § 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das

discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão. Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento: I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do plenário. § 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as). § 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas: a) as aprovadas nos grupos mistos; b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes nos grupos mistos; c) as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora ou por esta em conjunto com os Relatores, nos termos do art. 22, deste Regimento; d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário. Art. 35. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária. § 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento. § 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento. Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28, do Estatuto do ANDES - SN. Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais. Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 57º CONAD, até as 15 (quinze horas), do dia 23 de junho de 2012, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo. § 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 57º CONAD o teor das moções propostas, até as 20h (vinte horas), do dia 23 de junho de 2012. § 2º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto. Art. 38. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora. Art. 39. Nos grupos mistos e nas Plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação. § 1º Dentre as declarações de voto feitas nas Plenárias, somente constarão do Relatório Final aquelas apresentadas, por escrito, à Mesa Coordenadora. § 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a Mesa Coordenadora submeta à votação. Art. 40. A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 57º CONAD, para divulgar o respectivo Relatório Final. Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária. Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 57º CONAD do ANDES-SN. Parnaíba/PI, 21 de junho de 2012. Após a chamada de cada capítulo ou seção, a Mesa consultou o plenário sobre eventuais destaques ao texto do Regimento. O professor Alessandro (ADUERN) apresentou um destaque no parágrafo 2º do artigo 34, propôs a porcentagem mínima de 20% para encaminhamento de propostas para plenária, a proposta foi rejeitada por ampla maioria com 3 votos a favor e 1 abstenção. Não havendo mais destaques, a íntegra do Regimento foi colocada

em votação e aprovada pela maioria com 1 abstenção. Em seguida passou-se a apreciação do cronograma e pauta, houve um destaque do professor Antonio Lisboa (ADUFCG) que solicitou a antecipação do horário do Tema 1 para as 16 horas, após explicação da diretoria, a proposta foi retirada pelo proponente. Em seguida apresentou-se a aprovação de inclusão de novos textos, a diretoria propôs a inclusão no Tema 4, um texto sobre a realização do **6º Encontro Intersetorial do ANDES-SN**, a proposta foi aprovada por ampla maioria com 1 abstenção; a ADUFPA propôs a inclusão do texto **O custeio da greve nas Ifes**, a proposta foi aprovada por unanimidade. Por fim, a professora Marinalva Oliveira informou: a composição das encarregaturas (Comunicação e divulgação: Luiz Henrique Schuch, Relações Sindicais: Paulo Marcos Borges Rizzo, Assuntos Jurídicos: Márcio Antonio de Oliveira, Assuntos de Aposentadoria: Almir Serra Martins Menezes Filho, Assuntos Internacionais: Osvaldo Luis Angel Coggiola); as coordenações dos setores (Setor das Federais: Marina Barbosa Pinto, Luiz Henrique Schuch, Josevaldo Pessoa da Cunha, Carlos Alberto Pires, Almir Serra Martins Menezes Filho, Mauricio Alves da Silva; Setor das Estaduais e Municipais: Gean Claudio de Souza Santana, José Valter Alves da Silva, Cintia Xavier, Geraldo Marques Carneiro e José Queiroz Carneiro; Setor das Particulares: Maria Suely Soares, Ana Maria Ramos Estevão, Paulo Jorge Moraes Figueiredo, Rondon Martin Souza de Castro, Walcyr de Oliveira Barros); a representação do ANDES-SN na CSP-Conlutas (Secretaria: Marinalva Oliveira e Paulo Rizzo, Conselho Fiscal: Josevaldo Cunha). Concluídos os informes, a professora Marinalva agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Plenária de Instalação do 57º CONAD. Nada mais havendo a tratar, eu, Paulo Marcelo Cambraia da Costa, 2º Secretário desta Mesa, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pela Presidente do ANDES-SN.

Paulo Marcelo Cambraia da Costa	Marinalva Silva Oliveira
2º Secretário	Presidente

CRONOGRAMA E PAUTA E DO 57º CONAD

5ª feira (21/6)	6ª feira (22/6)	Sábado (23/6)	Domingo (24/6)
9h às 12h Credenciamento **10h às 12h** Plenária de Abertura Posse da Diretoria	**9h às 12h** Grupo Misto - Tema II	**9h às 12h** Grupo Misto - Tema IV	**9h às 12h** Plenária Tema IV
14h às 16h Plenária de Instalação **14h às 18h** Credenciamento	**15h às 18h** Grupo Misto - Tema III	**15h às 18h** Plenária Tema II	Plenária de Encerramento **15h às 17h**
18h às 20h Plenária Tema I		**19h às 22h** Plenária Tema III	

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 31° CONGRESSO.

Tema II: Questões organizativas e financeiras

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema IV: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

REGIMENTO DO 57º CONAD

Capítulo I
Do 57º CONAD

Art. 1º O 57º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (57º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, do Estatuto do ANDES-SN, reunir-se-á de 21 a 24 de junho de 2012, na cidade de Parnaíba/PI, organizado pela ADUFPI Seção Sindical.

Parágrafo único. O período de realização do 57º CONAD poderá ser estendido, pela Plenária de Encerramento, até o dia 25 de junho de 2012.

Art. 2º O 55º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (57º CONAD do ANDES-SN) tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e seus parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 57º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22, do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II
Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 57º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 31º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 31º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 31º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN nos termos do seu Estatuto;

V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela Diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de Seções Sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de Associações de Docentes (AD) em Seções Sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, quando houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO do ANDES-SN imediatamente subsequente.

Capítulo III
Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 57º CONAD:

I – um(a) delegado(a) de cada Seção Sindical (S.Sind) ou AD - Seção Sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II – um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais (SR) respectivas, escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III – por observadores(as) de base das S.SINDs ou AD-S.SINDs e Secretarias Regionais, com direito a voz;

IV – o presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V – os demais membros em exercício na Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), com direito a voz.

Parágrafo único. Os membros em exercício da Diretoria, cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), na qualidade de delegados ou observadores de suas respectivas S.SINDs ou AD-S.SINDs.

VI - os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 57º CONAD, com direito a voz;

VII – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e pela Comissão Diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as) do 57º CONAD, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 57º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) - comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente do 57º CONAD e registrar a respectiva substituição junto à Comissão Diretora;

b) – os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas Assembleias Gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas Assembleias Gerais dos sindicalizados via SR, devem estar credenciados(as) como observadores(as) ao 57º CONAD;

c) - quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via SR comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º A (O) Presidenta(e) do ANDES-SN preside o 57º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV
Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 57º CONAD será das 9h (nove horas) às 12h (doze horas) e das 14h (quatorze horas) às 18h (dezoito horas), do dia 21 de junho de 2012, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observadores (as) de S.Sind e AD-S.Sind. escolhidos(as) em Assembleia Geral, será exigida ata (ou extrato), e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. que os indicou.

§ 3º Para credenciamento de observadores (as) de sindicalizados(as), via SR, deve ser apresentada a ata da Assembleia Geral que os(as) indicou.

§ **4**º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes;

§ **5**º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou SR, mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na Plenária de Instalação**,** que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 57º CONAD:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Grupos Mistos;

IV – Plenárias.

§ 1º As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da convocação do 57º CONAD.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 57º CONAD.

§ 3º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 57º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto. Deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 3° deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 10. A Comissão Organizadora é constituída por 2 (dois) representantes da ADUFPI Seção Sindical e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 57º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura do 57º CONAD;

III – providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes do 57º CONAD, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela Plenária de Instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 57º CONAD, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 57º CONAD.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 12. A Comissão Diretora do 57º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 57º CONAD;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III – elaborar a prestação de contas do 57º CONAD, para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 57º CONAD, que deverão ser constituídas por membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos do 57º CONAD, em consonância com o disposto no art. 14, deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora, cabe recurso à Plenária subsequente.

Seção IV
Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I – delegados(as) de S.Sind, de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito a voz e a voto;

II – observadores(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as),via SR, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III – diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz;

Parágrafo único. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 40 (quarenta) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por um(a) Coordenador(a), um(a) Relator(a) e um(a) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do mesmo.

§ 2º O(a) Coordenador(a) da Mesa Coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as) componentes do mesmo.

§ 3º O(a) Relator(a) e o(a) Secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II – participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários previstos no cronograma do 57º CONAD, observado o quórum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo,

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma nova lista de frequência.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

Art. 20. Os(as) Relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à Comissão Diretora o Relatório de seu grupo, digitado, garantidas pela Comissão Organizadora as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Excetuam-se do prazo estabelecido no *caput* deste artigo relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após as 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos relatórios dos grupos mistos será feita pelos membros da Comissão Diretora, para tal designados, e, sempre que necessário**,** em conjunto com os(as) Relatores(as) dos diversos grupos mistos.

Art. 22. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 57º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e, sempre que necessário, por esta última em conjunto com os (as) Relatores(as).

Art. 23. A duração de cada grupo misto, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Grupo Misto Tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

II - Grupo Misto Tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Grupo Misto Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

Seção V
Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – delegados(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito a voz e a voto;

II – observadores(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - membros das Comissões Diretora e Organizadora do 57º CONAD, com direito a voz;

IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 25. Os trabalhos das Plenárias do 57º CONAD serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um(a) Presidente, um(a) Vice-Presidente, um(a) 1º(1ª) Secretário(a) e um(a) 2º(2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre os membros da Diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da Mesa Coordenadora de cada Plenária.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 57º CONAD ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

Art. 26. Compete ao(à) Presidente da Mesa Coordenadora:

I – preparar, junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a), a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao (à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) Secretário(a):

I – preparar, junto com o(a) Presidente, a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária;

III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 57° CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único No caso das plenárias de Instalação, Inicial e Encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo da sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) Secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) Secretário(a) em suas atividades

II - elaborar a ata da Plenária.

III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 57° CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I- Plenária de Abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de Instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do Tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do Tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

V - Plenária do Tema III: 3 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VI - Plenária do Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VII - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 2º - Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o Regimento e cronograma do 57º CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca dos credenciamentos ao 57º CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 57º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no Anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à Plenária do Tema I apresentar e discutir os textos de conjuntura.

§ 4º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

Art. 31. A verificação do quórum, no início das Plenárias do 57º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da Seção Sindical ou AD-Seção Sindical ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI
Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do plenário ou do grupo misto, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão de todos os tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo ou Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as).

§ 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes nos grupos mistos;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora ou por esta em conjunto com os Relatores, nos termos do art. 22, deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 35. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28, do Estatuto do ANDES - SN.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 57º CONAD, até as 15 (quinze horas), do dia 23 de junho de 2012, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 57º CONAD o teor das moções propostas, até as 20h (vinte horas), do dia 23 de junho de 2012.

§ 2º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39. Nos grupos mistos e nas Plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas Plenárias, somente constarão do Relatório Final aquelas apresentadas, por escrito, à Mesa Coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a Mesa Coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 57º CONAD, para divulgar o respectivo Relatório Final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 57º CONAD do ANDES-SN.

Parnaíba/PI, 21 de junho de 2012

Atendendo ao disposto no art. 37 do Regimento do 57º CONAD, a Comissão Diretoria sugere que as moções apresentadas no 57º CONAD obedeçam ao seguinte formulário.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s)_____
_____
_____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)
_____
_____
_____

Endereço(s) do(s) destinatário(s):
_____**Cidade** _____**Cep**.:_____

Fax: _____ **e-mail** _____

Fato Motivador da Moção:
_____
_____
_____

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, manifestam
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I DO 57º CONAD - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE À CENTRALIDADE ESTABELECIDA NO 31º CONGRESSO

Ao vigésimo primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e doze, às dezesseis horas, no auditório do SESC-Piauí, depois de confirmado o *quorum* regimental, foi aberta a Plenária do Tema I – Movimento Docente e Conjuntura: Avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 31º Congresso. A mesa foi composta pela professora Ana Maria Ramos Estevão, presidente; professor Antônio Gonçalves Filho, vice-presidente; professor Geraldo Marques Carneiro, primeiro secretário; professor Rubens Luiz Rodrigues, segundo secretário. A presidente iniciou os trabalhos informando o horário previsto da plenária, que foi antecipado por decisão da Plenária de Abertura, com início às dezesseis horas e término às dezoito horas, com possibilidade de prorrogação por mais uma hora. Em seguida, informou que há um texto de conjuntura no Caderno de Textos, denominado de Texto 1 (um), de título Movimento Docente e Conjuntura, apresentado pela diretoria do ANDES-SN. A presidente da mesa informou aos presentes sobre o modo de desenvolvimento desta plenária, que consistirá da apresentação oral do texto de conjuntura, com direito a dez minutos de fala, seguindo-se debate com intervenções dos presentes à plenária mediante inscrição feita com o crachá de identificação depositado na mesa, sendo essas intervenções de três minutos cada. A seguir, a presidente da mesa concedeu a palavra à professora Marinalva Silva Oliveira para a apresentação do Texto 1: A atual conjuntura e os desafios do ANDES – SN para o próximo período da diretoria do ANDES-SN. A seguir, a presidente da mesa abriu as inscrições para intervenções de membros da plenária. Fizeram uso da palavra os docentes Flavio Botelho, Ebnezer, Osvaldo Coggiola, Ivo, Thomás, Alessandro, Alexis, Paulo Rizzo, Josevaldo Cunha, Antônio Lisboa, Márcio Antônio, Alexandre, Alejandra, Pablo Andrade, Marina, Luitgard, Wagner, Hélvio, Wagner Alves, Martten, Almir e Franke. Encerradas as inscrições, a presidente procedeu a alguns informes. Encerrados os informes e não havendo mais nada a tratar, a presidente deu por concluídos os trabalhos da plenária, e eu, Rubens Luiz Rodrigues, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente da mesa.

Rubens Luiz Rodrigues
2º Secretário

Ana Maria Ramos Estevão
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS – 57º DO ANDES-SN

Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos do dia vinte e três do mês de junho do ano de dois mil e doze, foi dado início à discussão dos temas relativos à plenária do tema II – Questões Organizativas e Financeiras do ANDES-SN. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos diretores: Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa, presidente; Daniel de Oliveira Franco, vice-presidente; Marcos Pedroso, primeiro secretário, e Walcyr de Oliveira Barros, segundo secretário. A presidente abriu a sessão apresentando a composição da mesa coordenadora e, em seguida, comunicou que o plenário deliberaria sobre os TR (Textos de Resolução) 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 17. A presidente propôs que a apreciação dos TR ocorresse de acordo com a ordem numérica. A proposta foi aceita pelo plenário. Em seguida, a presidente apresentou proposta de encaminhamento para a votação: caso o TR tenha sido aprovado por unanimidade em todos os grupos, seria submetido de imediato para a votação no plenário; para os demais casos, antes da votação em plenário, a mesa consultaria sobre a necessidade de discussão. As inscrições dar-se-iam por solicitação e pedido de inscrição à mesa, e seriam feitos blocos de cinco, consultando-se a plenária sobre a necessidade da criação de mais um bloco de intervenções. A presidente de imediato passou à leitura do conjunto de propostas de modificações construídas nos grupos de trabalho, localizando-as dentro do próprio corpo do texto-documento. TR/TD 2 – Atualização do Caderno 2, que apresenta o texto-documento **CIÊNCIA E TECNOLOGIA. O conhecimento científico e tecnológico – não obstante sua importância para a sobrevivência da humanidade e o avanço do desenvolvimento social e econômico – é apropriado por uma minoria, o que impede a socialização de seus benefícios. A tecnologia ganha cada vez mais o caráter de mercadoria, sendo tratada como pacote técnico ou meio de controle social e político. Assim, via desenvolvimento científico-tecnológico, controla-se cada vez mais o uso de recursos naturais, de recursos energéticos, a posse e distribuição da terra, a divisão e o uso do trabalho e a distribuição da renda, além de possibilitar a intervenção indevida nas prioridades da ação política. Discutir ciência e tecnologia na perspectiva de construir uma sociedade justa e igualitária exige, por um lado, buscar novas respostas para velhas questões, tais como: o que motivaria a introdução de invenções e inovações nas relações sociais e humanas em uma economia capitalista? Qual seria o custo social de tais invenções e inovações? Não seria premente considerar os potenciais efeitos sociais da ausência de trabalho, da queda da qualidade de vida e da destruição dos ecossistemas com a adoção indiscriminada de inovações tecnológicas? Como se coloca, nesse contexto, a questão das relações universidade pública – empresa privada? Por outro lado, é preciso aprofundar o debate sobre os diferentes saberes e a racionalidade científico-tecnológica, sobre as várias formas de uso e apropriação da natureza, razão principal dos conflitos socioambientais, sobre a negligência das políticas públicas, tanto em escala mundial como nacional. O Andes-SN acumulou um significativo acervo crítico na matéria, produzindo textos acerca desses temas, incluindo a análise crítica da lei de inovação tecnológica, a organização de seminários sobre ciência e tecnologia na Amazônia (principal base geográfica da biodiversidade brasileira e uma das mais importantes do planeta), realização de eventos na SBPC, seminários internacionais sobre ciência e tecnologia.** Nossa perspectiva é de construir, nas universidades e institutos públicos de

pesquisa, uma política alternativa de ciência e tecnologia para o país. Em primeiro momento, a presidente da mesa procedeu à seguinte votação: a manutenção do texto sem prejuízo de votação contra a proposta de substituição deliberada no Grupo 1 (votação no grupo: F13; C0; A1) – "*Nossa perspectiva é contribuir para a construção, nas universidades e institutos públicos de pesquisa, de uma política alternativa de ciência e tecnologia para o país"*. Obteve-se aqui o seguinte resultado: F07; C4; A4. Em seguida, procedeu-se à votação da proposta do grupo 2 (votação no grupo: F6; C3; A2), que indicava a substituição da expressão "*nas universidades* por *nas Instituições de Ensino Superior (IES) em geral"*, com o seguinte resultado: F10; C0; A8. Ficando o texto final da seguinte forma**: Nossa perspectiva é de contribuir para a construção, nas Instituições de Ensino Superior (IES) em geral, de uma política alternativa de ciência e tecnologia para o país. Os avanços científicos e tecnológicos e o aumento de produtividade têm como fim principal manter ou aumentar a taxa de acumulação do capital. O produto crescente do trabalho humano torna-se propriedade do capital, elevando ainda mais o processo de alienação e apropriação de mais-valia. Consequência disso é o progressivo aumento do desemprego, a exclusão da maioria da população do acesso aos benefícios do avanço científico e tecnológico, a promoção da exaustão dos recursos naturais, a destruição dos ecossistemas e a deterioração da qualidade de vida, criando ilhas de prosperidade e consumo cercadas de miséria. No Brasil e em toda a América Latina, diversamente dos países centrais, praticamente toda a pesquisa científica está concentrada no setor público, em especial nas universidades e institutos de pesquisa públicos. O setor privado quase não investe em ciência e tecnologia, preferindo comprar "pacotes tecnológicos" no exterior, o que contribui para a dependência financeira, científica e tecnológica do país. Nas últimas décadas, o binômio Ciência e Tecnologia (C&T) foi transformado em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – como se inovação não fosse sempre decorrência do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico. A mudança não foi inocente: a chamada inovação foi elevada à condição de objetivo central da pesquisa científica. Essa distorção não só é utilitarista (o que já seria um forte argumento para questioná-la), mas é também o veículo por meio do qual se pretende subalternizar a universidade ao capital (o eufemismo usual é "setor produtivo"). A pesquisa passa a ter seu valor medido pela adaptação ao mercado, às necessidades do capital. O resultado desta inversão de prioridades é pouco surpreendente: uma pesquisa cada vez mais fragmentada, desqualificada – que nem mesmo os índices produtivistas conseguem ocultar – e descompromissada com as condições sociais e econômicas a que está submetida a maioria da população brasileira. O Andes-SN defende que a pesquisa e seu financiamento público sejam ampliados até atingir os patamares adequados para atender as necessidades da sociedade e não os interesses do mercado e do capital. A apropriação sem precedentes de recursos naturais é paralela à construção de uma imagem social na qual a reprodução do processo econômico é vista como independente de suas bases materiais biofísicas. O discurso hoje hegemônico vê o sistema econômico como reprodutor da dimensão material monetária independentemente da dimensão material qualitativa dos valores de uso empregados na produção. A realidade factual do vínculo material biofísico que atravessa todo o sistema de produção expõe uma contradição que indica a necessidade de demonstrar que é preciso e possível construir social e politicamente outro paradigma para orientar a produção e o consumo. Por certo, tal empreendimento é complexo, mas desafiador. Nas últimas décadas, ciência e tecnologia vincularam-se estreita e ineditamente com a questão ambiental e com a**

energética. A energia transformou-se em um tema-chave no debate internacional. Se antes era possível pensar em planejamento, organização e gestão de sistemas e processos energéticos sob os auspícios de um conjunto delimitado de áreas do saber, hoje o debate do meio ambiente e, acima de tudo, a necessidade sistêmica de avaliar uma grande quantidade de processos de produção, conversão, usos finais e diversidade de fontes requer uma visão de conjunto (ou "holística"), integrada, da energia, o que implica a contribuição de inúmeras áreas do conhecimento, para que a demanda da sociedade seja atendida com um equilíbrio das diferentes fontes primárias, e com um uso racional das mesmas, que minimize os impactos sobre o meio ambiente e a saúde. Ciência e tecnologia constituem um dos principais vetores de produção, em um mundo onde a sujeição científico-tecnológica pode determinar a dependência econômica e a perda de soberania, além de se impor como agente que pode perenizar a pobreza e a injustiça social. Portanto, constitui um subterfúgio político e ideológico alegar a "neutralidade" da ciência e ignorar que os resultados dela decorrentes têm sido progressivamente monopolizados pelo capital e transformados em instrumentos de disputa de grupos econômicos. Mesmo na academia tem sido comum separar os docentes em "produtivos" e "improdutivos", como se a docência fosse separável da pesquisa e da extensão, *e em militantes e sindicalistas*, **o que deve ser urgentemente superado para não só discutir a ciência a serviço da sociedade, como também mudar os métodos de construção e produção do conhecimento.** Aqui foi colocada em votação a proposta do grupo 2 (votação no grupo: F11; C0; A0), que indicava a supressão do trecho "***e em militantes e sindicalistas***". O resultado desta votação foi: F10; C1; A8. **O processo tecnológico, que decorre do avanço da ciência, vem produzindo demandas de caráter sociopolítico de longo prazo e estilos de desenvolvimento que quase nunca vão ao encontro de demandas coletivas e/ou de necessidades da maioria da população. Assim, conhecimento e poder estreitam, cada vez mais, uma relação íntima. A não transparência da pesquisa contradiz o caráter público que atribuímos ao saber e à cultura. É fundamental atentar para o fato de que a opção por uma determinada tecnologia não se restringe ao seu aspecto exclusivamente técnico, mas revela também a adoção de concepções relacionadas ao padrão de consumo, à força de trabalho, a níveis de investimentos e, sobretudo, ao modo de exploração dos recursos naturais e energéticos, à estruturação do sistema educacional e da pesquisa científica. As políticas de modernização conservadora adotadas pelos governos brasileiros, que têm influenciado as decisões das agências de fomento, além de promoverem uma drástica diminuição dos recursos destinados aos programas nacionais de ciência e tecnologia, continuaram mantendo a submissão a decisões imediatistas, que contemplam preferencialmente a aquisição de pacotes tecnológicos no exterior, a abertura indiscriminada para o capital estrangeiro e a busca indiscriminada, a qualquer custo, de inovações. Some-se, ainda, que um número significativo de cientistas e tecnólogos não questiona as relações entre as suas atividades e as condições de melhoria da qualidade de vida da sociedade, contribuindo para pesquisas ou implantação de projetos de exclusivo benefício do grande capital. A rediscussão sobre os objetivos e funções da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) impõe-se como mais necessária do que nunca. No contexto internacional, a apropriação privada do conhecimento, sustentada por meio da imposição do sistema de patentes, aumenta também a defasagem tecnológica entre países periféricos e centrais. A prevalência dessa lógica de funcionamento atua**

poderosamente na formação de oligopólios e reserva aos países periféricos o papel de fornecedores de matérias-primas e produtos semiacabados, transformando-os em permanentes compradores de tecnologia. A partir de 1994, os acordos viabilizados sob os auspícios da Organização Mundial de Comércio (OMC), referentes a tarifas e trocas e a direitos de propriedade intelectual, são característicos da ordem internacional. O sistema mundial de patentes é um instrumento de controle da ciência e da tecnologia pelo capital, que impede o conhecimento público e a implementação de avanços científicos, privatiza recursos naturais, especialmente nos países periféricos, e faz proliferar um número infinito de patentes inúteis, ou apenas destinadas a exercer controle de determinada área científica ou tecnológica. O novo peso adquirido no mercado mundial por alguns países que se encontravam na sua periferia ou fora dele (os chamados "emergentes") não elimina nem atenua esses problemas; ao contrário, os acentua, acrescentando à espionagem científica e industrial a questão da "pirataria", que expressam as contradições da acumulação capitalista e da sua tendência a resolvê-las por meios ilegais, violentos e até bélicos. No Brasil, o novo modelo de financiamento representou uma mudança da política de C&T. Os investimentos passaram a ter como prioridade a ênfase em Programas e Desenvolvimento, a maior articulação com o setor privado, a promoção de políticas industriais, a busca de imediatismos, e a avaliação dinâmica e permanente de resultados. Os fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico surgiram no bojo do processo de privatização e desregulamentação das atividades de infraestrutura no país. Inicialmente, seu objetivo foi o de consolidar e ampliar os investimentos em C&T, que já eram feitos por empresas públicas, especialmente nos setores de energia elétrica, telecomunicações, gás e petróleo. Com as privatizações e as desregulamentações desses setores, perdeu-se uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias. Diversos centros de pesquisa foram fechados pelas novas controladoras, em geral corporações internacionais. Os fundos setoriais (energia, recursos hídricos, transportes, atividades espaciais, interação universidade-empresa) são formados por percentuais de faturamento de empresas privatizadas ou por contribuições pela exploração de recursos naturais. Os recursos que alimentam os fundos já são previstos e cobrados, apenas não estavam sendo aplicados em ciência e tecnologia. São recursos coletados pelas agências reguladoras (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Agência Nacional de Petróleo - ANP, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL) e recolhidos ao Tesouro. Tal como foram concebidos, esses fundos deveriam ser considerados apenas como recursos adicionais, ainda assim articulados com uma proposta de política industrial e comercial não lesiva aos interesses da sociedade. Isso é algo muito distante das ações realizadas e anunciadas, *não existindo motivo algum para justificar o açodamento de parte da comunidade científica nacional e dos reitores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no que se refere à discussão desses fundos***.** Após a intervenção do professor Oswaldo Coggiola, que indicou o encaminhamento de votação, a presidente da mesa procedeu à seguinte votação: a manutenção do texto sem prejuízo de votação contra a proposta de substituição, deliberada no Grupo 1 (votação no grupo: F14; C0; A1), do texto original por "*Não existindo motivo para superdimensionamento do potencial de financiamento ou da possibilidade de implementação de políticas para C&T, vinculados a esses fundos"*. Obteve-se aqui o seguinte resultado: F10; C0; A8. Em seguida, procedeu-se à votação da proposta do grupo 2 (votação no grupo: F12; C0; A1), que indicava a retirada do termo "*Federais"* e a inclusão de *"Públicas"* ao final, e a mudança da sigla

"*IFES"* para a sigla *"IESP"*, com o seguinte resultado: F17; C0; A3. Ficando o texto final da seguinte forma: **não existindo motivo algum para justificar o açodamento de parte da comunidade científica nacional e dos reitores das Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP) no que se refere à discussão desses fundos**. **A Lei de Inovação Tecnológica vigente e sua regulamentação (Lei nº 10.973, de 2/12/2004 e Decreto nº 5.563, de 11/10/2005) flexibilizam as relações entre os pesquisadores, as instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas, além de possibilitar a estas a criação de fundos de investimentos para projetos tecnológicos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários. Para atrair os pesquisadores, oferece condições para que estes se licenciem de suas instituições para abrirem uma empresa de base tecnológica nos termos nela definidos. O docente de universidade pública pode afastar-se de suas funções acadêmicas para constituir sua empresa de base tecnológica e utilizar as instalações e laboratórios existentes na universidade em que trabalha, sem que esta tenha qualquer participação nos projetos e programas por ele desenvolvidos. Cria ainda condições para que o docente retorne às suas funções acadêmicas, na hipótese de falência do seu empreendimento. Em suma, essa lei oferece todas as condições para que as pesquisas se transformem em mercadoria, sem vínculo com a universidade ou o interesse público. Permite também que outro espaço de caráter privado seja criado nas instituições para que estas realizem o processo de gestão da inovação, os "núcleos de inovação tecnológica". Em conjunto com as fundações de apoio de direito privado, estes acabam definindo os rumos de cada universidade, especialmente as maiores, na sua atividade de pesquisa, com efeitos nocivos no ensino e na extensão. Esses núcleos já existem em muitas universidades brasileiras, transformando-as, celeremente, em centro de produção de mercadorias e de inovação, em benefício de empresas e não do desenvolvimento da sociedade e do país. Assim, as universidades são afetadas no que constitui sua atividade básica: a produção e socialização do conhecimento numa visão crítica e criativa. Para cumprir satisfatoriamente esta tarefa, há necessidade de pesquisa científica e tecnológica de qualidade, o que só será possível mediante não apenas um fluxo contínuo de recursos financeiros que assegurem as condições plenas de desenvolvimento das pesquisas, mas também de uma política de C&T clara e definida no sentido do interesse público e sob controle social. A pesquisa nas universidades e nos institutos especializados, ambos públicos, continua sendo subdimensionada, incapaz de fazer frente às necessidades do desenvolvimento autônomo do país. A desativação de laboratórios, a desintegração de grupos de pesquisa, a ausência de uma política de apoio aos grupos emergentes, a evasão de cientistas para o exterior, o aumento da indução de aposentadorias de pesquisadores em plena atividade e o desestímulo da carreira científica são consequências de uma política de sucessivos governos, que deixa de apoiar de fato a pesquisa científica e tecnológica. A "política de modernização" atrelou a produção científica e tecnológica à produção industrial que, por sua vez, também tem sido subordinada a uma política de cunho neoliberal e privatista. A partir dos anos de 1980 e 1990, ocorreu a consolidação de um projeto neoliberal que agravou drasticamente o problema das baixas remunerações imposto aos profissionais da área de C&T. Além do aviltamento das condições de trabalho e do desestímulo à incorporação de novos profissionais, o arrocho de salários tem sido um elemento por meio do qual se processa o direcionamento das atividades de pesquisa por organismos centrais do Estado e pelas empresas capitalistas. Rompe-se, na prática, com o pressuposto constitucional da autonomia universitária e estabelece-se um**

processo de sedução para que os profissionais da área assumam a privatização de seu trabalho, via terceirização da prestação de serviços desenvolvidos pelas fundações ditas "de apoio", deliberadamente forjadas nas IES. Nos últimos anos, a proliferação dessas fundações nas universidades expressa mais uma forma de descaso do Estado com o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo do país. Por meio dessa estratégia, ficam fortalecidas a ideia e a alegação de que a "máquina estatal" é burocrática, pouco ágil. Dissimula-se que os verdadeiros problemas são a escassez de investimentos públicos para o financiamento de C&T, o não exercício da autonomia universitária e certas ineficiências administrativas instaladas para gerir os recursos existentes. Contudo, não se deve ignorar o fato de que esta estratégia privatizante, na maioria das vezes, tem conseguido relativo sucesso, pois um número não pouco expressivo de docentes de universidades públicas é levado a participar ou a se utilizar das fundações ditas "de apoio", muitos deles assumindo, inclusive, a defesa dessas fundações. A situação se agrava na medida em que, na política de incentivos vigente, os serviços de assessoria, a participação em projetos contratados por empresas e as bolsas de pesquisa para complementação salarial representam mecanismos que envolvem a subordinação dos projetos de pesquisa e dos pesquisadores aos organismos financiadores. Os critérios de seleção, considerando o "mérito" científico, as condições de infraestrutura dos laboratórios e a capacitação de equipes de pesquisadores já consolidadas, levam à canalização dos recursos para esses grupos que, por sua vez, possuem forte influência nos organismos de financiamento; exclui-se assim a ascensão de grupos emergentes de pesquisa. Nesse contexto, é fundamental a luta conduzida pelos movimentos populares para que sejam alteradas as prioridades do país, inclusive no que se refere à sua política internacional. Caso contrário, o projeto de C&T continuará sendo dominado pelos interesses das elites nacionais e estrangeiras, a não ser que se resgatem, como princípio e premissa básica, a formulação de políticas de desenvolvimento do país com vistas ao atendimento dos interesses e das necessidades da maioria da população, contribuindo, assim, para a melhoria de sua qualidade de vida. As relações de dominação impostas à sociedade visam a restringir o desenvolvimento autônomo do país. Diante disso, cabe ao Estado responsabilidade maior em assumir como de interesse público o financiamento em C&T, alavanca necessária à autonomia e ao desenvolvimento social. As IES, sobretudo as públicas, têm um papel decisivo no desenvolvimento científico e tecnológico, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão quanto na formação de pessoal qualificado por meio do ensino de graduação e de pós-graduação. O Movimento Docente tem aprovado, nos fóruns deliberativos do Andes-SN, lutar por um conjunto de princípios para C&T, visando à melhoria das condições de vida da população e à soberania do país; exigir o cumprimento, por parte dos governos federal e estaduais, dos dispositivos constitucionais e a não privatização dos espaços públicos geradores de ciência e tecnologia. O trabalho integrado e a discussão permanente com os demais setores organizados da sociedade devem ser uma tarefa constante do Movimento Docente para defender a universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, com a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e alcançar um desenvolvimento científico e tecnológico que contribua para reverter as precárias condições de vida a que está submetida a maioria da população brasileira. 5.1 Diretrizes para a Definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia. *5.1.1 Desenvolvimento de projetos de C&T ligados aos interesses da sociedade e à melhoria da qualidade de vida da população,*

com garantia de financiamento público. Aqui foi colocada em votação – manutenção do texto original versus a inserção – a proposta do grupo 2 (votação no grupo: F11; C0; A1) de inserir após a palavra *"sociedade"* a expressão *"a proteção a natureza"*, que obteve a seguinte votação: 08 votos a favor da manutenção do texto original, 18 votos a favor da inserção da expressão proposta, e 01 abstenção. Ficando o texto final da seguinte forma: **Desenvolvimento de projetos de C&T ligados aos interesses da sociedade, a proteção à natureza e à melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de financiamento público. 5.1.2 Elaboração e execução de projetos de pesquisa sob a responsabilidade de organismos colegiados, democraticamente constituídos, a partir de diretrizes de política de pesquisa definidas autonomamente pelas universidades, em contraposição ao atrelamento a prioridades fixadas externamente por agências financiadoras, públicas ou privadas. 5.1.3 Criação, nas IES, de mecanismos transparentes para formulação, acompanhamento e avaliação dos trabalhos, de forma a garantir o fluxo contínuo de recursos financeiros para o desenvolvimento das pesquisas, de modo que a dedicação maior do pesquisador esteja centrada na execução do projeto. 5.1.4 Definição de políticas internas de C&T considerando: 5.1.4.1 valorização das características, vocações e necessidades regionais; 5.1.4.2 avaliação da produção científica e tecnológica de modo democrático, tomando por base a necessária responsabilidade social e acadêmica dessa produção;** *5.1.4.3 busca da participação e do estreitamento das relações com as entidades científicas;* Neste item, o Grupo 3 (votação no grupo: F13; C0; A0) propôs inserir *"no sentido das políticas defendidas pelo ANDES-SN"*, ao final a frase. O resultado da votação foi: pela manutenção do texto original 1 voto, pela inclusão da frase 22 votos, e 1 abstenção. Ficando o texto final da seguinte forma: **busca da participação e do estreitamento das relações com as entidades científicas, no sentido das políticas defendidas pelo ANDES-SN**. **5.1.4.4 prioridade aos projetos coletivos de pesquisa no interior de cada IES e em pesquisas interinstitucionais; 5.1.4.5 garantia de que as informações e dados obtidos pelas pesquisas desenvolvidas com recursos públicos ou no interior das instituições públicas sejam sempre amplamente divulgados. A forma de divulgação deve ser estabelecida pela instituição e pela comunidade, não devendo estar sujeita aos interesses do órgão ou empresa financiadora; 5.1.4.6 avaliação dos impactos da introdução das novas tecnologias, estimulando o debate constante sobre a relação instituição de ensino versus empresas com o objetivo de pensar o público com o conjunto da sociedade. 5.1.5 Ampliação de verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, com pleno controle social e participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática desses órgãos de fomento federais e estaduais, bem como, na definição de políticas, prioridades e planejamentos do setor. 5.1.6 Defesa dos fundos estatais DE pesquisa, ameaçados de privatização mediante fundações de direito privado. 5.1.7 Estímulo a pesquisas não vinculadas a demandas do mercado, mas que preencham necessidades sociais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, referendada pelas diretrizes e metas do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira.** *5.1.8 Luta pela anulação da Lei de Inovação Tecnológica.* Aqui o grupo 3 (votação no grupo: F13; C0; A0) indicou que este item fosse remetido para o plano geral de lutas, que obteve o seguinte resultado na **votação de plenária: a favor do envio para o plano geral de lutas, 15 votos; C0; A6. 5.1.9 Oposição às regulamentações de exploração do subsolo, à lei de telecomunicações, à lei de patentes e a outros projetos orientados para o mercado ou por interesses de multinacionais, que comprometam o desenvolvimento e a soberania do país. 5.1.10 Defesa dos direitos nacionais sobre os resultados das**

pesquisas oceânicas, nos limites das 200 milhas da costa brasileira. *5.1.11 Defesa dos direitos nacionais sobre os resultados das pesquisas realizadas na Amazônia; o levantamento da biodiversidade da Amazônia deve ficar reservado ao Estado brasileiro e ser submetido a controle social.* Neste item, houve propostas de modificação nos três grupos. O professor Paulo Rizzo pediu a palavra para analisar a demanda, propondo-se a fazer a sistematização das propostas. O professor Oswaldo Coggiola, ao pedir a palavra, considera que as propostas dos Grupos 2 e 3 convergem, e indica que o debate e votação das propostas fossem feitas em separado – a presença da palavra Amazônia ou não; Amazônia com a palavra Legal ou não; Amazônia mais e outros biomas; nos biomas brasileiros sem a palavra Amazônia antecedendo. Ainda, o professor Oswaldo Coggiola defende que a frase "*da garantia dos direitos dos povos tradicionais"* deva entrar como adição. A professora Maria Alice explica que as discussões em seu grupo (Grupo 1) convergiram também para a defesa e a inserção da frase "*da garantia dos direitos dos povos tradicionais"*. O professor Paulo Rizzo ratifica a necessidade de compatibilização entre as propostas, e considera que a votação deveria ser estabelecida a partir da expressão *"Amazônia e outros biomas ou biomas brasileiros"*. Nestes termos, propõe o seguinte substitutivo consolidado para o item 5.1.11: "Defesa dos direitos nacionais sobre o resultado das pesquisas realizadas na Amazônia e outros biomas brasileiros; o levantamento da biodiversidade desses biomas deve ser reservado ao Estado brasileiro e ser submetido a controle social, com garantia dos direitos dos povos tradicionais. Esta proposta de compatibilização foi colocada em votação, obtendo o seguinte resultado: F16; C8; A1. Em seguida, foi colocada em votação a inclusão ou não do termo Legal após Amazônia, tendo o seguinte resultado de votação: F3; C19; A5. Por fim, no que tange a esse item, foi colocado em votação, em sua forma final, o item consolidado, com o seguinte resultado: F24; C0; A2. Ficando o texto final da seguinte forma: **Defesa dos direitos nacionais sobre o resultado das pesquisas realizadas na Amazônia e outros biomas brasileiros; o levantamento da biodiversidade desses biomas deve ser reservado ao Estado brasileiro e ser submetido a controle social, com garantia dos direitos dos povos tradicionais.** *5.1.12 Inventário detalhado dos aproveitamentos hidráulicos e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico. Este plano, sob controle público, permitiria organizar a sequência das usinas a serem construídas, bem como, o descarte daquelas que apresentarem questões sociais e ambientais insuperáveis.* Como resultado das deliberações dos Grupos 2 (votação no grupo: F13; C0; A0) e 3 (votação no grupo: F13; C0; A0), que indicaram a remessa do item para o plano geral de lutas, e como o Grupo 1 remeteu a discussão do item para a plenária, a mesa encaminhou a votação do item como: permanece no Tema II ou será remetido para o Plano Geral de Lutas. Como resultado, obteve-se a seguinte votação: 25 votos para a remessa ao Plano Geral de Lutas; C0; A1. Por fim, foi colocada em votação toda a TR (TR2) com as modificações aprovadas, em votação. Resultado: F26; C0; A0. O professor Márcio Antônio pede a palavra e aponta a necessidade de os itens 5.1.8 e 5.1.12, mesmo que tenham sido encaminhados para o Plano Geral de Lutas, passarem por um ajuste na forma. O professor Oswaldo Coggiola considera que agora a reformulação do Caderno 2, após apreciação em três eventos do ANDES-SN, está completo. Em seguida, o presidente da mesa submeteu à apreciação da plenária o TR 3 Homologação de Seção Sindical – ADUFF e ADUEPB. **I - RATIFICAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL - 1 - O 57º CONAD do ANDES-SN, *ad referendum* do 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUFF em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF Seção Sindical, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi**

omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela ADUFF Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical. 2 - O 57º CONAD do ANDES-SN, *ad referendum* do 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUEPB em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba – ADUEPB S.Sind, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela ADUEPB Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical. Antes de proceder à votação, o professor Márcio Antônio atentou para o fato de que este TR se trata apenas de uma formalidade, tendo em vista que houve um lapso na confecção da ata do Tema IV, do X Congresso do ANDES-SN, 1991, em Curitiba. Resultado da votação do TR: F31; C0; A0. A presidente da mesa, em continuidade, leu o **TR 4 – Sede do 58º CONAD. O professor Getúlio, da SEDUFSM-SSind, fez uso da palavra e apresentou a proposta de que o 58º CONAD fosse realizado em Santa Maria.** Colocada em votação, a proposta foi aprovada com: F33; C0; A1. Em sequência, foi lida o **TR5 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 31º CONGRESSO, *Diretoria do ANDES-SN:* O 57º CONAD aprova a prestação de contas do 31º CONGRESSO,** que apresentou os seguintes resultados nos grupos: Grupo 1 (votação no grupo: F14; C0; A1), Grupo 2 (votação no grupo: F11; C0; A1), Grupo 3 (votação no grupo: F11; C0; A0). Colocado em votação, o TR 5 foi aprovado com a seguinte votação: F11; C0; A0. A presidente da mesa leu o **TR 6 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2011: O 57º CONAD aprova a prestação de contas do exercício 2011,** que obteve o seguinte resultado dos grupos: Grupo 1 – F14; C0; A1, com uma declaração de voto – **"**Gostaria de saber o endereço e a metragem do apartamento vendido pelo ANDES-SN da SQN 408, e quando foi vendido (Ebnezer Maurílio Nogueira e Silva – delegado da ADUnB-SSind) **–** e a seguinte **recomendação: A prestação de contas de cada exercício fiscal deve apresentar para cada item o valor previsto aprovado no CONAD anterior, e o valor realizado no exercício em questão. Diferenças significativas entre os valores previstos e realizados devem ser justificados no texto de apoio;** Grupo 2 – F9; C0; A2; Grupo 3 – F11; C0; A0. Em seguida, a presidente submeteu à deliberação da plenária o TR6, aprovada com F28; C0; A1, e a Recomendação, aprovada com F27; C1, A1, com uma declaração de voto do professor Ebnezer Maurílio Nogueira e Silva – delegado da ADUnB-SSind – **"**A diretoria do ANDES-SN informou que o apto da 408N foi vendido por R$ 450.000,00 e não R$ 373.363,33. Isso faz com que todo o resultado operacional negativo de R$ 212.480,73 esteja errado. Gostaria de obter os documentos que comprovam o real preço da compra e também da venda dos imóveis em questão**".** Em seguida, foi apreciado o **TR 7 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2013. O 57º CONAD aprova a Previsão Orçamentária para 2013,** que obteve o seguinte resultado nos grupos: Grupo 1 – F12; C0; A1), Grupo 2 – F8; C0; A1; Grupo 3 – F12; C0; A0. Colocado em votação, a plenária a aprovou o TR 7 com F35; C0; A1. Em continuidade, a presidente da mesa apresentou para apreciação da plenária o **TR 17 – O custeio da greve** que obteve o seguinte resultado nos grupos: **Grupo 1** remeteu para a plenária (unanimidade); Grupo 2 rejeitou o TR (F8 e 2C) e o Grupo 3 apresentou duas votações: rejeição x manutenção do TR sem prejuízo de modificação (F4, C4, A2), manutenção da proposta com modificação (F7, 4A). A proposta substitutiva apresentada pelo Grupo III foi: "Autorizar, durante a greve das IFES, que a Diretoria do ANDES-SN utilize até 30% do FNM para auxiliar a greve."A professora Rosimê, da ADUFPA, pediu a palavra para tecer considerações sobre a TR proposta pela ADUFPA; em seguida, o professor

Alexandre tece considerações a favor da proposta substitutiva vindo do Grupo 3. O professor Paulo Rizzo pede a palavra e faz um breve histórico sobre o fundo de mobilização e seu destino, sobre a conformação do fundo de greve, e sobre como o sindicato tem utilizado um e outro. A professora Marinalva, na mesma linha que o professor Paulo Rizzo, analisa o momento político e a greve, e a utilização dos fundos, e por fim também defende a aprovação do substitutivo do Grupo III. O professor Cunha, acompanhando a linha de análise dos dois anteriores, destaca a importância dos fundos. A presidente da mesa coloca em votação a abertura de um segundo bloco de intervenções, que foi aprovado por ampla maioria. O professor Lisboa indica a necessidade de correção e atualização, se aprovado, do substitutivo do Grupo III, no sentido de deixar claro que para a utilização dos fundos, em período de greve, a indicação política seria do CNG; no entanto, a autorização seria feita pela diretoria do sindicato. O professor Arley, inscrito, defende a aprovação do substitutivo por entender que ele daria conta de indicar e conduzir a questão. A professora Rosimê indica que, como representante da AD proponente, tem acordo com as avaliações anteriores no sentido da aprovação do substitutivo, entendendo que este contempla a preocupação original da ADUFPA. O professor Márcio Antônio explica como o processo de utilização dos fundos se dá, e reforça que sua utilização envolve os três setores do sindicato (IFES, IEES/IMES e IPES), defendendo também a aprovação do substitutivo do Grupo III. Encerradas as inscrições, a presidente da mesa coloca em votação a TR original sem prejuízo de modificação contra a proposta substitutiva. Por F32; C0; A2 foi aprovado o texto substitutivo com um acréscimo do plenário ficando com a seguinte redação final: **Autorizar, durante a greve das IFES, que a Diretoria do ANDES-SN, em havendo necessidade, a utilizar até 30% do FNM para auxiliar a greve**. O professor Fausto, tesoureiro do ANDES-SN, pede a palavra no sentido de prestar os esclarecimentos solicitados pelo professor Ebnezer sobre as possíveis distorções presentes nas planilhas, em especial sobre os valores referentes aos apartamentos (comprado e vendido), apontando que o valor final de R$ 450.000,00 foi alcançado em virtude da adição de: 1. Taxa da imobiliária (SQN 408) R$ 22.500,00; 2. Reforma (SQN 103) R$ 12.500,00; 3. Despesas cartoriais – R$ 1.499, 27; 4. ITBI (Imposto de Transferência de Bens Imóveis) SQN 103 R$ 40.500,00; 5. Total – R$ 76.999,27. Por fim, a presidente apresenta para a votação da plenária o conjunto do Tema III, que foi aprovado por ampla maioria – F33; C0; A1**.** Antes de encerrar a plenária do Tema III, a presidente coloca em votação a antecipação da Plenária do Tema III, que foi aprovada por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, às dezesseis horas e trinta minutos, a presidente deu por encerrados os trabalhos da plenária do Tema IV, e eu, Walcyr de Oliveira Barros, lavrei a presente Ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Walcyr de Oliveira Barros	Elizabeth Carla Vasconcelos Barbosa
Segundo secretário	Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES; AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS 57º CONAD DO ANDES-SN

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de junho do ano de dois mil e doze, no auditório do SESC Praia, na cidade de Parnaíba-PI, estado do Piauí, foi instalada a PLENÁRIA DO TEMA III – **AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS** DO 57º CONAD. A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos professores Gean Claudio de Souza Santana, presidente; Josevaldo Cunha, vice-presidente; Claus Akira Matsushigue, 1º secretário; Maria Suely Soares, 2ª secretária. O presidente da mesa abriu os trabalhos apresentando os componentes da mesa e propondo a seguinte metodologia de trabalho: que a apreciação dos TR (Textos Resolução) ocorresse conforme a ordem numérica, proposta aceita pelo plenário. Na sequência, o presidente propôs o seguinte encaminhamento para votação: caso o TR não tenha sido rejeitado ou modificado por pelo menos 30% dos delegados seria submetido de imediato à votação no plenário e, para os demais casos, antes da votação em plenário, a mesa consultaria sobre a necessidade de discussão. As inscrições seriam feitas em blocos de cinco, a ser consultado o plenário sobre a necessidade de mais um bloco de intervenções. Este encaminhamento foi aprovado por unanimidade pelo plenário. Em seguida, o presidente informou os TR pertinentes ao Tema III e objeto de apreciação desta plenária: **TR 9 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DOS TEMAS RELACIONADOS AO GTSS/A**, diretoria do ANDES-SN. **TR 12 – IMPOSTO SINDICAL**, contribuição dos professores Wilson Brum Trindade Júnior e Roseli Rocha – Diretores da ADUEMS Seção Sindical. **TR 14 - SOBRE O I CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS**, contribuição da diretoria da Adusp-S. Sind. e **TR 15 - O TRABALHO DAS REGIONAIS NO FORTALECIMENTO DO TRABALHO DE BASE DO ANDES SINDICATO NACIONAL**, contribuição das professoras Márcia Cristina Fontes Almeida e Renata Rena Rodrigues - Sindicalizadas da ASPUV S.Sind. A mesa passou à apresentação de cada TR, com as situações nos grupos, abrindo as votações. Em relação ao "**TR 9 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DOS TEMAS RELACIONADOS AO GTSS/A**, *diretoria do ANDES-SN*. O 57º CONAD delibera: **1.** Em relação à Lei nº 12.618/2012, que criou o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público – FUNPRESP: **1.1** indicar às seções sindicais que aprofundem a discussão com o conjunto da categoria sobre as consequências nefastas da implantação do FUNPRESP para os docentes a serem contratados, alertando os atuais docentes no que se refere à opção de adesão a este fundo de previdência, que, uma vez feita, será irretratável e irrevogável; **1.2** indicar a realização, no 2º semestre de 2012, do XVII Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Assuntos de Aposentadoria. **2.** Em relação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH: **2.1** intensificar a luta pela rejeição, nos Conselhos Universitários, da contratação da EBSERH; **2.2** participar dos Fóruns Contra a Privatização dos Serviços Públicos nos Estados e Municípios, fortalecendo a luta contra a privatização da saúde. **3.** Em relação à saúde do docente: **3.1** aplicar o instrumento construído na oficina do GTSS/A, nas seções sindicais que se dispuserem, para a realização de um estudo exploratório piloto sobre a saúde do docente, com o objetivo de definir estratégias de ação e apreensão da temática em relação à categoria, sob a orientação da Coordenação do GTSS/A e Encarregatura de

Assuntos de Aposentadoria.", a situação nos grupos 1, 2 e 3 foi de aprovação com modificações. Inicialmente, passou-se à análise da proposta de modificação no item 1 pela inclusão do subitem 1.3., que foi aprovada nos grupos 1, 2 e 3, respectivamente, com as seguintes votações: 8F, 0C, 0A; 12F, 0C, 0A e 12F, 0C, 0A, a qual foi aprovada na plenária por ampla maioria, na forma proposta pelo grupo 1, com a inclusão dos artigos femininos, 1.3. Produzir uma cartilha para informar e orientar os(as) professores(as) sobre as consequências de adesão ao FUNPRESP. Em seguida, votou-se a inserção da expressão no 2° semestre de 2012 após a palavra *Produzir*; aprovada por ampla maioria, com 3 votos contrários e algumas abstenções, prevalecendo o seguinte texto: ***1.3. Produzir, no 2° semestre de 2012, uma cartilha para informar e orientar os(as) professores(as) sobre as consequências de adesão ao FUNPRESP.*** Em relação ao item 3**.** Em relação à saúde do docente: 3.1 aplicar o instrumento construído na oficina do GTSS/A, nas seções sindicais que se dispuserem, para a realização de um estudo exploratório piloto sobre a saúde do docente, com o objetivo de definir estratégias de ação e apreensão da temática em relação à categoria, sob a orientação da Coordenação do GTSS/A e Encarregatura de Assuntos de Aposentadoria, foi votada e aprovada por unanimidade a proposta de modificação aprovada nos grupos 1, 2 e 3, respectivamente, 6F, 0C, 0A; 11F, 0C, 0A e 12F, 0C, 0A, de substituição da expressão Aplicar o por Indicar a realização de atividades, nas seções sindicais, que aprofundem o debate sobre a saúde do trabalhador docente, e posterior aplicação de antes da palavra instrumento, ficando o subitem com a seguinte redação: 3.1 Indicar a realização de atividades, nas seções sindicais, que aprofundem o debate sobre a saúde do trabalhador docente, e posterior aplicação de instrumento construído na oficina do GTSS/A, nas seções sindicais que se dispuserem, para a realização de um estudo exploratório piloto sobre a saúde do docente, com o objetivo de definir estratégias de ação e apreensão da temática em relação à categoria, sob a orientação da Coordenação do GTSS/A e Encarregatura de Assuntos de Aposentadoria. Na votação do TR 9 como um todo, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com a seguinte redação: ***TR 9 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DOS TEMAS RELACIONADOS AO GTSS/A DIRETORIA DO ANDES-SN O 57º CONAD delibera: 1. Em relação à Lei nº 12.618/2012, que criou o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público – FUNPRESP: 1.1 indicar às seções sindicais que aprofundem a discussão com o conjunto da categoria sobre as consequências nefastas da implantação do FUNPRESP para os docentes a serem contratados, alertando os atuais docentes no que se refere à opção de adesão a este fundo de previdência, que, uma vez feita, será irretratável e irrevogável; 1.2 indicar a realização, no 2º semestre de 2012, do XVII Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Assuntos de Aposentadoria; 1.3 produzir, no 2º semestre de 2012, uma cartilha para informar e orientar os(as) professores(as) sobre as consequências de adesão ao FUNPRESP. 2. Em relação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH: 2.1 intensificar a luta pela rejeição, nos Conselhos Universitários, da contratação da EBSERH; 2.2 participar dos Fóruns Contra a Privatização dos Serviços Públicos nos Estados e Municípios, fortalecendo a luta contra a privatização da saúde. 3. Em relação à saúde do docente: 3.1 indicar a realização de atividades, nas seções sindicais, que aprofundem o debate sobre a saúde do trabalhador docente e posterior aplicação de instrumento construído na oficina do GTSS/A, nas seções sindicais que se dispuserem, para a realização de um estudo exploratório piloto sobre a saúde do docente, com o objetivo de definir estratégias de ação e apreensão da temática em relação à categoria, sob a orientação da Coordenação do GTSS/A e Encarregatura de Assuntos de Aposentadoria.*** Em relação ao "**TR 12 – IMPOSTO SINDICAL**, *contribuição dos professores Wilson Brum*

Trindade Júnior e Roseli Rocha – Diretores da ADUEMS Seção Sindical, o 57º CONAD delibera que o ANDES-SN: 1. apoie as ações das ADUEMS e outras ADs do setor das estaduais contra a cobrança sindical, entendendo que essa arrecadação pode ser estendida a outros sindicatos em âmbito nacional; 2. apoie as ações da ADUEMS contra a FESERP-MS; 3. comprometa-se a buscar junto ao MTE o código sindical.", a situação nos grupos 1, 2 e 3 foi de manutenção sem prejuízo de modificação, com as seguintes votações: 10F, 0C, 1A; 12F, 0C, 0A e 13F, 0C, 0A. A proposta aprovada no grupo 1 por 10F, 0C, 1A de modificação do item 1. apoie as ações das ADUEMS e outras ADs do setor das Estaduais contra a cobrança sindical, entendendo que essa arrecadação pode ser estendida a outros sindicatos em âmbito nacional; com substituição de entendendo ao final do texto que essa arrecadação pode ser estendida a outros sindicatos em âmbito nacional pela expressão situações similares à ocorrida no Mato Grosso do Sul possam estar ocorrendo em outras regiões do país; foi também aprovada pela plenária por ampla maioria. A supressão do item 3. comprometa-se a buscar junto ao MTE o código sindical. foi aprovada pelos grupos 1, 2 e 3, respectivamente, 8F, 0C, 3A; 12F, 0C, 0A e 13F, 0C, 0A e também pela plenária por ampla maioria. Finalmente, o TR 12 como um todo foi aprovado por unanimidade, com a seguinte redação: ***TR 12 - O 57º CONAD delibera que o ANDES-SN: 1. Apoie as ações da ADUEMS e de outras ADs no setor das estaduais contra a cobrança do imposto sindical, entendendo que situações similares à ocorrida no Mato Grosso do Sul possam estar ocorrendo em outras regiões do país. 2. Apoie as ações da ADUEMS contra a FESERP-MS.*** Em relação ao "**TR 14 - SOBRE O I CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS**, *contribuição da diretoria da Adusp-S. Sind*. O 57º CONAD delibera que o ANDES-SN: **1.** Discuta sua participação na CSP-Conlutas; **2.** Esclareça o papel dos delegados do Sindicato no que se refere à defesa de suas deliberações, em especial as congressuais; **3.** Fique atento aos regimentos dos próximos eventos organizativos da Central e, caso os considere inadequados, proponha alterações visando a democratizar os processos de discussão e deliberação; **4.** Contribua para uma maior clareza das teses apresentadas, com o intuito de facilitar a participação dos delegados de base; **5.** Denuncie as eventuais dificuldades internas na construção democrática da CSP-Conlutas; **6.** Informe, o mais breve possível, às coordenações nacional e estaduais da Central, da sua avaliação do I Congresso da CSP-Conlutas, argumentando tanto sobre os aspectos que contribuem para a construção da Central como sobre os aspectos que dificultam tal construção.", a mesa acatou o encaminhamento proposto por Lisboa de que fosse feita uma leitura da situação nos grupos para cada item, antes que se iniciasse a discussão. O presidente da mesa leu as votações ocorridas nos grupos pela manutenção do TR sem prejuízo de modificação foi de: grupo 1: 9F, 2C, 1A (aprovação); grupo 2: 6F, 6C, 0A (aprovação e rejeição) e grupo 3: 8F, 4C, 0A (aprovação, mas rejeição como proposta minoritária com mais de 30%) e, em seguida, foi aberta a discussão. Na discussão, houve manifestações sobre a importância de travar a TR, pelo fato de que o processo da construção da CSP demarcou a necessidade de um instrumento de luta com visão diferenciada em relação ao governo e porque esse processo ainda não está na sua plenitude. Argumentou-se que, por este motivo, o I Congresso da CSP-Conlutas trouxe a necessidade de avaliação, e que se deve encaminhar para as SSind não somente a avaliação, mas a necessidade de se trabalhar no sentido de construção da CSP-Conlutas nos estados. Acrescentou-se que, a partir do acúmulo, poder-se-á aprimorar o processo até o próximo congresso e que o método pelo qual o congresso da central funciona deve ser avaliado e aperfeiçoado. A presidente do ANDES-SN, Marinalva, se manifestou dizendo que a diretoria não se contrapõe à discussão, mas por entender que só no próximo congresso do ANDES-SN poder-se-á

tomar posições a respeito e, ainda, que o fato de parte da nossa base ter votado contrariamente à decisão congressual do ANDES-SN, é um problema interno a ser discutido. Acrescentou-se que, como não há unanimidade a respeito, deve haver um processo de preparação dos delegados para a participação no congresso da CSP-Conlutas. Na avaliação, considerou-se que se trata de um polo de aglutinação que tem que ser moldado com os cuidados para não se fragmentar o processo e que, se não nos fortalecermos internamente, vamos enfraquecer a central sindical. O presidente da mesa encaminhou a votação da manutenção do texto sem prejuízo de modificação, que foi vencedora por ampla maioria. Em seguida, foi colocada em votação a proposta original apresentada pela diretoria da ADUSP-SSind, dita proposta 1, contra a proposta 2 de substitutivo ao TR 14 aprovada minoritariamente por mais 30% pelo grupo 1, cuja votação foi 4F, 6C, 2A, com a seguinte redação: O 57° CONAD, compreendendo a importância de construção e consolidação da CSP-Conlutas, delibera: 1.Que o ANDES-SN encaminhe às seções sindicais a discussão de avaliação do I Congresso da CSP-Conlutas e, a partir dessa avaliação, possa aprimorar, no 32° Congresso do ANDES, as estratégias de intervenção do nosso sindicato nos diferentes espaços organizativos e deliberativos da CSP-Conlutas na perspectiva de sua consolidação político-organizativa e efetiva democratização de seus espaços deliberativos; 2. Que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre sua filiação na CSP-Conlutas, no sentido de sua consolidação no âmbito estadual e local, fazendo enraizar o processo de organização da classe trabalhadora em âmbito nacional protagonizado pela própria CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados. sem prejuízo de modificação de ambas. Neste ponto, em resposta a pedido de esclarecimento de Lisboa em relação ao item 2, sobre a filiação das SSind à CSP-Conlutas, Paulo Rizzo esclareceu que as SSind são parte do ANDES-SN e, portanto, também já são filiadas à CSP-Conlutas. Assim, elas não se filiam de forma direta à CSP-Conlutas, mas devem obedecer às regras estabelecidas no sindicato. A proposta 1 obteve 14 votos da plenária e a proposta 2 substitutiva obteve 21 votos, com 2 abstenções. Foi aprovada a inclusão de novo item no grupo 3, com a votação 9F, 0C, 1A e a seguinte redação: 7. Que o GTPFS discuta estratégias de enraizamento das seções sindicais do ANDES-SN na CSP-Conlutas. Passou-se à votação da proposta de modificação do item 2 da proposta substitutiva pelo item 7 da proposta de inclusão, o que não foi aceito pela plenária. Neste momento, Lisboa defendeu a aprovação do item 2 da proposta substitutiva, porém com a sua modificação: substituição da expressão filiação pela expressão participação. Na votação, com 1 voto pela manutenção e 1 abstenção, foi alterado o texto, prevalecendo a seguinte redação: 2. Que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre sua participação na CSP-Conlutas, no sentido de sua consolidação no âmbito estadual e local, fazendo enraizar o processo de organização da classe trabalhadora em âmbito nacional protagonizado pela própria CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados. Em seguida, a proposta de inclusão de novo item aprovada no grupo 3 foi aprovada por ampla maioria, com duas abstenções, passando a ser o item 3. Que o GTPFS discuta estratégias de enraizamento das seções sindicais do ANDES-SN na CSP-Conlutas. Ao final, aprovou-se o TR 14 como um todo, com 1 voto contra e 1 abstenção, que ficou com a seguinte redação: ***TR 14 - O 57° CONAD, compreendendo a importância da construção e consolidação da CSP-Conlutas, delibera: 1. Que o ANDES-SN encaminhe às seções sindicais a discussão de avaliação do I Congresso da CSP-Conlutas e, a partir dessa avaliação, possa aprimorar, no 32° Congresso do ANDES-SN, as estratégias de intervenção do nosso sindicato nos diferentes espaços organizativos e deliberativos da CSP-Conlutas, na perspectiva de sua consolidação político-organizativa e efetiva democratização de seus espaços deliberativos. 2. Que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre***

sua participação na CSP-Conlutas, no sentido de sua consolidação no âmbito estadual e local, fazendo enraizar o processo de organização da classe trabalhadora em âmbito nacional protagonizado pela própria CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados. 3. Que o GTPFS discuta estratégias de enraizamento das seções sindicais do ANDES-SN na CSP-Conlutas. Em relação ao "**TR 15 - O TRABALHO DAS REGIONAIS NO FORTALECIMENTO DO TRABALHO DE BASE DO ANDES SINDICATO NACIONAL**, *contribuição das professoras Márcia Cristina Fontes Almeida e Renata Rena Rodrigues - Sindicalizadas da ASPUV S.Sind.* O 57º CONAD do ANDES-SN delibera: **1.** Promover um encontro nacional das regionais para discutir dificuldades, compartilhar experiências e promover a discussão de possíveis ações para fortalecimento do trabalho das regionais junto às seções sindicais. **2.** Desencadear o debate e as articulações políticas das ações das regionais durante segundo semestre de 2012 **3.** Definir cronograma de ações para que as questões discutidas possam ser efetivadas. Em seguida, o presidente da mesa passou à apresentação de cada TR, com as situações nos grupos, abrindo as votações.". A situação apresentada nos grupos 1, 2 e 3 foi de manutenção sem prejuízo de modificação, com as votações, respectivamente, 7F, 1C, 2A; 12F, 0C, 0A e 8F, 1C, 2A. Inicialmente, o presidente da mesa colocou o tema em discussão. O secretário-geral Márcio se manifestou argumentando que a proposta de reuniões de regionais fere o estatuto do sindicato, que só pode ser alterado por decisão congressual. Em seguida, foi feito um debate com diferentes posições em relação à necessidade de reuniões nas quais se aprofunde o encaminhamento das questões nas regionais de que um sindicato, que elege 83 diretores, não pode reunir sempre apenas 35. Em contraposição, acrescentou-se que já há os encontros regionais com as SSind e que este é trabalho de planejamento político da diretoria e, ainda, que poderiam ser feitas reuniões de diretoria como um todo não deliberativas para troca de experiências. A presidente Marinalva argumentou que a compreensão da diretoria é que a aprovação da proposta original seria uma modificação da estrutura do sindicato, mas que a diretoria não tem divergências em relação à ampliação da discussão. Na sequência, passou-se à votação da proposta original, que foi aprovada sem prejuízo de modificação por ampla maioria. Passou-se à votação das propostas de modificação do caput O 57º CONAD do ANDES-SN delibera: por uma das redações: O 57º CONAD do ANDES-SN sugere: que foi aprovada no grupos 1 por 4F, 3C, 6A; O 57º CONAD do ANDES-SN recomenda:, que foi aprovada no grupo 3 por 9F, 0C, 2A; e O 57º CONAD sugere que o ANDES-SN:, que foi aprovada no grupo 2. A votação na plenária foi encaminhada em duas etapas. Inicialmente, votou-se o texto original (proposta 1) contra o emprego de uma das expressões recomenda ou sugere (proposta 2), sendo que a proposta 1 obteve 4 votos e a proposta 2 foi aprovada por ampla maioria, prevalecendo a modificação do texto. Em seguida, votou-se o emprego das expressões sugere, que obteve 8 votos, ou recomenda, que foi vencedora, com 22 votos. Finalmente, votou-se a ordem da expressão recomenda no texto, sendo aprovada a mesma ordem proposta pelo grupo 2 no lugar do termo sugere, com apenas 1 voto contrário e 5 abstenções, prevalecendo a seguinte redação: O 57º CONAD recomenda que o ANDES-SN:. Na sequência, passou-se à votação das propostas de modificação do item 1. Promover um encontro nacional das regionais para discutir dificuldades, compartilhar experiências e promover a discussão de possíveis ações para fortalecimento do trabalho das regionais junto às seções sindicais. A proposta de modificação do grupo 2 de substituir a expressão Promova reuniões no lugar de Promover um encontro nacional foi aprovada por 12F, 0C, 1A a dita proposta 1. O grupo 3 também aprovou, por 9F, 0C, 2A, a substituição da expressão Promover um evento no mesmo lugar. As autoras propuseram substituir pela

expressão Promova reuniões da diretoria em sua totalidade, dita proposta 2. A proposta 2 foi aprovada por ampla maioria, prevalecendo o seguinte texto: 1. Promova reuniões da diretoria em sua totalidade para discutir dificuldades, compartilhar experiências e promover a discussão de possíveis ações para fortalecimento do trabalho das regionais junto às seções sindicais, apresentada na plenária pelas autoras do texto original. Passou-se à votação do item 2 do texto original 2. Desencadear o debate e as articulações políticas das ações das regionais durante o segundo semestre de 2012;, sem prejuízo de modificações, que foi suprimido pelos grupos 1 e 3 por, respectivamente, 6F, 6C, 1A e 9F, 0C, 2A e também foi suprimido pela plenária por ampla maioria. Em seguida, votou-se o item 3. Definir cronograma de ações para que as questões discutidas possam ser efetivadas., sem prejuízo de modificação, que foi suprimido pelos grupos 1 e 3 por, respectivamente, 5F, 5C, 3A e 9F, 0C, 2A e também pela plenária, com 12 votos pela manutenção, 20 votos pela supressão e 4 abstenções. Finalmente, o presidente da mesa abriu a discussão sobre a proposta de inclusão de novo item do grupo 1, com a seguinte redação: 4. Avalie a oportunidade de que as regionais apresentem para os CONADs relatório consolidado da atuação da regional e das relações com suas seções sindicais., com a votação 10F, 1C, 2A. O Ciro da ADUSP-SSind se manifestou sobre as modificações que vêm ocorrendo na base do ANDES-SN, com diversas seções sindicais distribuídas em instituições multicampi e que o papel das regionais pode eventualmente se modificar. Em seguida, Dorival encaminhou pela supressão da proposta, por entender que é uma questão de concepção sindical, pois não se pode interferir na autonomia das seções sindicais. O secretário-geral Márcio ponderou a importância dos desdobramentos políticos desta discussão manifestando a disposição da diretoria para debater, porém no entendimento de que o estatuto não é burocrático e deve ser preservado para se poder garantir o trabalho no sindicato e que possíveis alterações devem ser trabalhadas na perspectiva de discutir e apresentar no Congresso para deliberação. Na votação de inclusão do item contra a sua supressão foi aprovada por ampla maioria e com o registro de quatro abstenções, a supressão do item proposto pelo grupo 1. Finalmente, votou-se o TR 15 como um todo, o qual foi aprovado por unanimidade com a seguinte redação: ***TR 15 - O 57º CONAD recomenda que o ANDES-SN: 1. Promova reuniões da diretoria em sua totalidade para discutir dificuldades, compartilhar experiências e promover a discussão de possíveis ações para fortalecimento do trabalho das regionais junto às seções sindicais.*** Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa deu por encerrados os trabalhos e eu, Maria Suely Soares, 2ª secretária, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente da mesa.

Maria Suely Soares	Gean Claudio de Souza Santana
2ª Secretária	Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES 57º CONAD DO ANDES-SN

Às nove horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e quatro do mês de junho do ano de dois mil e doze, no auditório do Hotel SESC-PIAUI, na cidade de Luís Correia - Piauí foi dado início aos trabalhos da **PLENÁRIA DO TEMA IV – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS – SETORES do 57º CONAD.** A mesa coordenadora dos trabalhos foi composta pelos professores Rondon Martins Souza de Castro, presidente; Dorival Gonçalves Junior, vice-presidente; João Francisco Ricardo Kastner Negrão, 1º secretário e José Queiroz Carneiro, 2º secretário. O presidente da mesa informou sobre os TR a serem tratados nesta plenária, a saber: **TR 10** – proposto pela diretoria do ANDES-SN – **Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IEES/IMES;** O 57º CONAD do ANDES-SN delibera: **1. Aprovar a planilha a** (vide página 86 do relatório do Tema IV)**, para a realização do X Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES, com a duração de três dias, no segundo semestre, em Brasília; 2. Que as secretarias regionais realizem encontros preparatórios para aprofundar a discussão das temáticas e encaminhamentos dos encontros anteriores; 3. Realizar no X Encontro das IEES e IMES um minicurso (ou seminário) que subsidie as seções sindicais do referido setor nos debates sobre a elaboração dos orçamentos estaduais e municipais e dos orçamentos das IES**. **TR 11 – proposto pela diretoria do ANDES-SN – Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IFES - O 57º CONAD delibera***:* **A – No âmbito dos SPF: 1. Intensificar a ação na CNESF para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF. 2. Dar continuidade à Campanha 2012 dos SPF, a partir dos eixos e do calendário construídos na CNESF, e do patamar de lutas alcançado no primeiro semestre, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar integrando o Fórum das entidades de servidores públicos federais**. **3.** Desencadear o debate e as articulações políticas durante o segundo semestre de 2012 para preparar a Campanha conjunta dos SPF de 2012. **4. Durante o segundo semestre de 2012, prosseguir e fortalecer as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais, ampliando a experiência e as ações da jornada de lutas e do espaço de unidade e ação. B. Quanto à pauta específica e agenda do setor: 1. Intensificar a luta em torno da pauta do Setor - Campanha 2012, focando na reestruturação da carreira docente e na melhoria das condições de trabalho docente nas IFES de forma articulada entre a pauta nacional e as pautas locais.** 2. Definir cronograma de ações. **TR 12 proposto pelos professores Wilson Brum Trindade Junior e Roseli Rocha, diretores da ADUEMS Seção Sindical** – **Imposto Sindical** - O 57º CONAD delibera que o ANDES-SN: 1. Apoie as ações da ADUEMS e outras ADs do setor das Estaduais contra a cobrança sindical, entendendo que essa arrecadação pode ser estendida a outros sindicatos em âmbito nacional; 2. Apoie As ações da ADUEMS contra a FESERP-MS; 3. Comprometa-se a buscar junto ao MTE o código sindical. **TR 13. Proposto pela diretoria –** Avaliação e atualização do plano de lutas do setor das IPES. A partir das discussões havidas, o 57º CONAD delibera priorizar a elaboração de um documento analítico sobre as condições de trabalho e as demissões em massa de docentes das IPES, com o objetivo de subsidiar a ação política do sindicato perante esta questão para o próximo período. **TR** 16 proposto pela diretoria – **VI Encontro Intersetorial do ANDES-SN** - O 57º CONAD delibera: Realizar, no segundo semestre de 2012, o VI

Encontro Intersetorial do ANDES-SN, de acordo com a planilha de custos a seguir, com o objetivo de organizar ações e atividades conjuntas em defesa do ANDES-SN, na luta pela valorização do trabalho docente e da educação pública ((Vide planilha na página 88 do Relatório do Tema IV)). A mesa informou ao plenário que o TR 12 já foi discutido no tema III. O presidente apresentou a metodologia de trabalho a ser utilizada pela mesa para a condução dos trabalhos. Inicialmente, os TRs seriam lidos e, logo em seguida, apresentada a situação deles nos grupos. Caso fossem aprovados, sem modificação, em todos os grupos, não haveria necessidade de apreciação do TR e, consequentemente, dos itens que o compunham, sendo posteriormente aprovados em bloco. Caso houvesse proposta de supressão do TR, a votação seria encaminhada da seguinte forma: manutenção ou supressão. Quando houvesse necessidade de discussão dos TR na plenária, seria feito o seguinte encaminhamento: acolhimento das inscrições pela mesa, intervenções feitas em bloco de cinco inscrições, sendo submetida à plenária, após o final das inscrições do bloco, houve a necessidade de novas intervenções. O tempo de intervenção proposto pela mesa foi de três minutos. A plenária aprovou a metodologia de trabalho proposta pela mesa. O presidente apresentou a situação da discussão do TR 10 nos grupos mistos: o grupo 1 aprovou-o integralmente e os grupos 2 e 3 aprovaram-no com modificações. O grupo 2 propôs duas inclusões: "Que seja incluída uma margem de segurança de 10% no cálculo das despesas do X Encontro Nacional das IEES/IMES (F13, C0, A0)"; "Que a diretoria analise a pertinência de acrescentar/revisar as entidades sugeridas para o X Encontro Nacional das IEES-IMES (FECIPAR/TO, FECOLINAS/TO, ADEEP - Escola de Engenharia de Piracicaba (Fund. Municipal), SindCentec-JN (Centro Tecnológico - Juazeiro do Norte), SindUERR (Universidade Estadual de Roraima) (F12; C0; A01)". O professor Fausto esclareceu que as entidades sugeridas na proposta do grupo 2 já estavam incluídas na tabela revisada pela diretora e que, portanto, não havia necessidade de discutir as propostas do grupo 2. A mesa entendeu que não havia necessidade de votação das propostas ficando mantida a proposta original. O presidente submeteu à votação o TR como um todo, que foi aprovado com 21 votos favoráveis, nenhum voto contrário e com o registro de uma abstenção. Na sequência, passou-se à discussão do **TR 11**. Situação nos grupos: aprovado com modificações nos grupos 1 e 3 e aprovado integralmente no grupo 2. Modificações: No item 3, substituir "Campanha conjunta dos SPF de 2012" por "Campanha conjunta dos SPF de 2013". Feitos os esclarecimentos, que é continuidade da Campanha 2012 e que somente no item 3 é preparação da campanha conjunta dos SPF de 2013, foi aprovada a substituição com a seguinte votação: 19 votos favoráveis, 01 voto contrário e 02 abstenções, ficando o item 3 com a seguinte redação final: **3. Desencadear o debate e as articulações políticas durante o segundo semestre de 2012 para preparar a Campanha conjunta dos SPF de 2013**. Na letra B, item 1, o grupo 3 propôs substituir "IFES" por "IFE". Submetia à votação, o texto foi mantido. O grupo 1 propôs substituir o item 2 pela seguinte redação: "**Intensificar a greve dos docentes das IFES, pautada em especial pela reestruturação da carreira e por melhores condições de trabalho. Ampliar esta greve envolvendo setores e instituições que dela ainda não fazem parte**. E **articular ações junto às demais federais da área de educação e do serviço público federal em geral."** Feita a votação, texto original versus texto substitutivo, o resultado foi: 23 votos favoráveis ao texto substitutivo, 01 voto favorável ao texto original e 01 abstenção. O grupo 1 propôs a inclusão de um novo item na letra "B": "Aprofundar a discussão sobre a proposta de careira docente do ANDES nos diferentes setores das IFES, inclusive com os docentes da EBTT, no sentido de melhor apropriação por parte da categoria e como estratégia de ampliação da mobilização política no contexto da greve." Submetida à votação da

inclusão de novo item e após ajustes feitos na plenária, o item foi aprovado com o seguinte resultado da votação: 23 votos favoráveis, 03 votos contrários e 03 abstenções, ficando o texto com a seguinte redação final: **Aprofundar a discussão sobre a proposta de careira docente do ANDES, nos diferentes setores das IFES, no sentido de melhor apropriação por parte da categoria e como estratégia de ampliação da mobilização política no contexto da greve."** O presidente submeteu à votação o TR com as modificações, que obteve o seguinte resultado: 20 votos favoráveis, 01 voto contrário e com o registro de uma abstenção. Na sequência, passou-se ao **TR – 13 - Atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES** *Diretoria do ANDES-SN* - A partir das discussões havidas, o 57º CONAD delibera priorizar a elaboração de um documento analítico sobre as condições de trabalho e as demissões em massa de docentes das IPES, com o objetivo de subsidiar a ação política do sindicato perante esta questão para o próximo período. Situação nos grupos: os grupos 1 e 3 aprovaram-no com modificações e o grupo 2 aprovou-o integralmente. Modificações propostas: O grupo 1 aprovou o seguinte texto substitutivo: "**O 57º CONAD delibera elaborar um documento analítico sobre as condições de trabalho e as demissões em massa de docentes das IPES, com o objetivo de subsidiar a ação política do sindicato perante esta questão para o próximo período.";** e o grupo 3 aprovou a inclusão de um novo item: "Atuar na criação de associações docentes nas IPES". A mesa colocou em discussão a proposta de substituição do *caput* pela proposta apresentada pelo grupo 1. Submetida à votação, a proposta foi aprovada com 21 votos favoráveis e com o registro de uma abstenção. Com relação à inclusão proposta pelo grupo 3, após discussão da plenária, foi aprovada a inclusão com 13 votos favoráveis, 8 votos contrários e com o registro de cinco abstenções, ficando com a seguinte redação final: A**rticular ações com vistas à criação de associações docentes nas IPES.** O presidente submeteu à votação o TR 13 com as modificações, que foi aprovado com 25 votos favoráveis e com o registro de uma abstenção. Passou-se então à discussão do **TR – 16 - VI ENCONTRO INTERSETORIAL DO ANDES-SN** *Diretoria do ANDES-SN-* **O 57º CONAD delibera: Realizar, no segundo semestre de 2012, o VI Encontro Intersetorial do ANDES-SN, de acordo com a planilha de custos (Vide planilha na página 88 do Relatório do Tema IV), com o objetivo de organizar ações e atividades conjuntas em defesa do ANDES-SN na luta pela valorização do trabalho docente e da educação pública.** Situação nos grupos: o grupo 1 remeteu-o à plenária com a recomendação de revisão da planilha; os grupos 2 e 3 aprovaram-no com modificações. Modificações propostas: o grupo 2 aprovou a seguinte inclusão de texto: "Que a diretoria do ANDES-SN analise a pertinência de acrescentar as entidades sugeridas a seguir, considerados os critérios já definidos para tal: - ADEEP – Piracicaba (SP) - Escola de Engenharia de Piracicaba (Fund. Municipal); AD da UFFS (Chapecó) – Universidade Federal da Fronteira Sul; - SindCentec-JN (Centro Tecnológico - Juazeiro do Norte); SindUERR (Universidade Estadual de Roraima)**.** O grupo 2 apresentou mais uma inclusão de texto: "Que seja incluída uma margem de segurança de 10% no cálculo das despesas do IV Encontro Intersetorial do ANES-SN"; o grupo 3 apresentou a inclusão das seguintes entidades na planilha: ADUFABC, ADESC e ADUEZO. Após o debate, a plenária entendeu que a planilha revisada pela diretoria contempla as inclusões de seções sindicais e ADs propostas pelos grupos 2 e 3. Com relação à proposta de inclusão de novo item após a planilha, foi aprovada por ampla maioria com a seguinte redação: A**utorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do VI Encontro Intersetorial do ANDES-SN."** Na sequência, o presidente submeteu à deliberação o TR 16 com as devidas modificações, que obteve o seguinte resultado: 21 votos favoráveis ao TR,

nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Após a conclusão da pauta da plenária, o presidente propôs a antecipação da plenária de encerramento, que foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa agradeceu à plenária e deu por encerrados os trabalhos, às doze horas e cinquenta e dois minutos, e eu, José Queiroz Carneiro, 2º Secretário, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelo presidente.

José Queiroz Carneiro
2º Secretário

Rondon Martins Souza de Castro
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO DO 57º CONAD DO ANDES-SN

Às doze horas do dia vinte e quatro de junho do ano de dois mil e doze, foi dado início à plenária de encerramento do 57º CONAD, no auditório do SESC Praia, situado na Estrada PI 116, Km 7,5, Praia do Barro Preto, Luís Correia – Piauí. A mesa foi composta pela professora Marinalva Silva Oliveira, presidente do ANDES-SN; pelo professor Márcio Antônio de Oliveira, secretário-geral; pelo professor Fausto de Camargo Junior, 1º tesoureiro; pelo professor Antônio Gonçalves Filho, 1º vice-presidente da Regional Nordeste I e pelo professor José Aléxis Bezerra Leite, diretor da ADUFPI Seção Sindical. Abertos os trabalhos, a professora Marinalva passou a palavra ao professor Alexis para a sua fala de despedida. O professor Aléxis disse em sua fala que saímos com a energia revigorada; que o Piauí agradece a presença de todos e que louva o esforço do pessoal de Parnaíba que se desdobrou na organização do CONAD. Em seguida, o professor Antônio falou da importância do CONAD no estado do Piauí. Na sequência, a presidente passou a palavra ao secretário-geral Márcio Antônio; este informou que havia 16 moções a serem apresentadas. Esclareceu que as moções seriam tratadas uma a uma; que, feita a leitura, seriam apresentados os destaques, discutidas e votadas as moções. Dessa forma, passou à apresentação das moções, a saber: Moção nº 1 – De repúdio à brutal repressão realizada contra os camponeses em Morumbi – Aprovado por unanimidade; Moção nº 2 – De posição contrária à presença de tropas brasileiras no Haiti – Aprovada por unanimidade; Moção nº 3 – De repúdio à repressão na Síria – Aprovada por unanimidade; Moção nº 4 – De repúdio à repressão perpetrada contra movimentos estudantis pela Polícia Militar no campus da USP – Aprovada por unanimidade; Moção nº 5 – De apoio e solidariedade à luta dos professores da UERN - Aprovada por unanimidade; Moção nº 6 – De apoio aos docentes da Rede pública de ensino do Estado do Amapá - Aprovada por unanimidade; Moção nº 7 – De repúdio contra as ações da Polícia Militar no Campus de Guarulhos da UNIFESP - Aprovada por unanimidade; Moção nº 8 – De solidariedade aos professores das universidades estaduais do Ceará - Aprovada por unanimidade; Moção nº 9 – De repúdio ao reitor da UFPI - Aprovada por unanimidade, com sugestões de ajustes; Moção nº 10 – Pela imediata retirada de todos os processos contra os estudantes e funcionários da USP – No entendimento da plenária, está moção já está contemplada na moção nº 4; Moção nº 11 – De apoio aos estudantes da UNIFESP de Guarulhos. A moção foi retirada pelo proponente por estar contemplada na moção nº 7; Moção nº 12 – De repúdio ao golpe de estado que destituiu o presidente Lugo - Aprovada por ampla maioria e com o registro de duas abstenções; Moção nº 13 – De apoio e solidariedade à luta das comunidades quilombolas do Maranhão - Aprovada por unanimidade; Moção nº 14 – De apoio aos docentes da Rede pública de ensino do Estado da Bahia - Aprovada por unanimidade; Moção nº 15 – De repúdio às ações de despejo impostas aos moradores da Ladeira do Glória - Aprovada por unanimidade; Moção nº 15 – De repúdio às práticas de atos coercitivos do IFPI frente ao movimento grevista dos docentes daquela instituição – Aprovada por unanimidade. Ao final da apresentação das moções, foi apresentado ao plenário, pelo professor Marcone, pedido de inclusão de nova moção tendo em vista o problema da greve, o que levou à perda do prazo. Submetida a questão ao plenário, foi autorizada a leitura. Feita a leitura, a moção foi aprovada por ampla maioria e tomou o nº 16. Em seguida, o secretário-geral fez a leitura da Carta de

Parnaíba. Logo após, a presidente do ANDES-SN fez uma breve avaliação do 57º CONAD e teceu agradecimentos à ADUFPI, à Comissão Organizadora e ao pessoal de apoio. Os trabalhos foram encerrados às treze horas e trinta minutos, e eu, Márcio Antônio de Oliveira, secretário-geral do ANDES-SN, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pela presidente.

Márcio Antônio de Oliveira	Marinalva Silva Oliveira
Secretário-geral	Presidente

CARTA DE PARNAÍBA

O 57º CONAD do ANDES-SN, convocado pela Diretoria e sediado pela ADUFPI - S. Sind., contando com a participação de 44 delegados, 54 observadores de 46 Seções Sindicais e 2 convidados, realizou-se em Parnaíba, no Piauí, no período de 21 a 24 de junho de 2012. A cidade de Parnaíba situa-se às margens do rio Igaraçu e é conhecida por suas belezas naturais, tendo como destaque o Delta do Parnaíba, um dos únicos do mundo em mar aberto. A cidade de Parnaíba é emblemática por suas lutas, com ampla participação popular. Ela foi o local de onde partiram os defensores da independência para enfrentar os portugueses na Batalha do Jenipapo, em Campo Maior. Símbolo de resistência, desde a emancipação da condição colonial, nela mantém-se, até os dias atuais, o espírito de luta e a continuidade do processo emancipatório diante das grandes oligarquias e em direção a uma sociedade justa e igualitária.

Tendo como tema "Defesa da Universidade Pública e do ANDES-SN: Autonomia, Democracia, Financiamento e Condições de Trabalho", o 57º CONAD analisou a conjuntura mundial e nacional com destaque para as consequências da crise econômica que repercutem diretamente na vida dos trabalhadores, com ataques aos direitos sociais e repressão aos movimentos de resistência. Em resposta a esses ataques, tem surgido uma onda de mobilizações e greves, como a vigorosa greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino - IFES, em defesa de sua carreira, de condições de trabalho e de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Nessas instituições cresce o movimento de grevista dos estudantes e dos técnico-administrativos, evidenciando, para toda a sociedade, as precárias condições da expansão do ensino superior sob o modelo do REUNI que privilegia a quantidade em detrimento da qualidade e das condições de trabalho. O 57º CONAD realiza-se em meio a uma forte mobilização da educação federal e também de universidades estaduais – UERN e UERJ. Foi ressaltada, ainda, a recente decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com o reconhecimento do ANDES-SN como representante dos docentes do ensino superior, reafirmando a sua legitimidade política e jurídica. Assim, o sindicato vê-se reconhecido legalmente, o que fortalece a luta e se soma ao mais importante que é a legitimidade que lhe conferem os seus milhares de sindicalizados e inúmeras organizações sindicais e entidades sociais.

Na abertura do evento ocorreu o ato de posse da Diretoria, biênio 2012-2014, eleita em eleição direta e democrática. A nova diretoria assumiu com o compromisso de dar curso à condução do plano de lutas aprovado pelo 31º Congresso do sindicato e que o 57º CONAD atualizou.

O 57º CONAD, também, aprovou a prestação de contas do Exercício 2011 do ANDES-SN e a previsão orçamentária para o Exercício de 2012. Discutiu e atualizou os planos de lutas da educação, direitos e organização dos trabalhadores e dos setores das Instituições Estaduais de Ensino – IEES, Instituições Municipais de Ensino Superior - IMES, das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e das Instituições Particulares de Ensino Superior - IPES. Aprovou as diretrizes para a definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia, como parte da atualização do Projeto do Sindicato para o Ensino Superior - Caderno 2. Para enfrentar as consequências nefastas da implementação da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP foi indicada a necessidade do aprofundamento do debate e de esclarecimentos junto à base da categoria sobre a irreversibilidade da adesão ao fundo, com a confecção de uma cartilha informativa e, ainda, a realização do XVII Encontro

Nacional do ANDES-SN sobre assuntos de aposentadoria, no segundo semestre de 2012. Em relação à saúde e condições de trabalho, foi aprovada a realização de estudos exploratórios sobre a saúde do docente, diante do quadro alarmante de adoecimento gerado pela intensificação do trabalho. O 57º CONAD deliberou encaminhar às seções sindicais a discussão de avaliação do I Congresso da CSP-Conlutas e, a partir dessa avaliação, possa aprimorar, no 32° Congresso do ANDES, as estratégias de intervenção do nosso sindicato nos diferentes espaços organizativos e deliberativos da CSP-Conlutas na perspectiva de sua consolidação político-organizativa e efetiva democratização de seus espaços deliberativos; Que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre sua participação à CSP-Conlutas, no sentido de sua consolidação no âmbito estadual e local, fazendo enraizar o processo de organização da classe trabalhadora em âmbito nacional protagonizado pela própria CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados.

Em relação ao setor dos docentes das IEES-IMES, foi aprovada a realização do X Encontro Nacional, com o objetivo de fortalecer e unificar a luta e subsidiar as seções sindicais nas discussões sobre a elaboração dos orçamentos estaduais e municipais. No que diz respeito ao Setor dos docentes das IPES, as perseguições e demissões dos docentes têm crescido aceleradamente como consequência das grandes fusões dos grupos econômicos. Nesse sentido foi aprovada a elaboração de um documento analítico sobre as condições de trabalho e as demissões com o objetivo de subsidiar a ação política do sindicato. Quanto aos docentes do Setor das IFES, foi discutido e reafirmado o plano de lutas aprovado no 31º Congresso do ANDES-SN, o qual está em plena aplicação na forte greve, que ocupa centralidade na conjuntura e que legitima e fortalece o sindicato.

A conjuntura e seus possíveis desdobramentos indicam a necessidade de ampliação do enraizamento do ANDES-SN. Para tanto, será de fundamental importância, o trabalho de suas Secretarias Regionais, como também uma maior unificação dos seus três setores que estarão reunidos, ainda em 2012, e por deliberação do 57º CONAD, no VI Encontro Nacional dos três setores.

O 57º CONAD foi um evento conciso e objetivo, o que demonstra a atualidade e justeza do plano de lutas aprovado pelo 31º Congresso. O 57º CONAD concluiu o seu trabalho traduzido no revigoramento da disposição de luta de seus participantes, reflexo da coragem e determinação dos milhares de professores que estão mobilizados em todo o país.

Parnaíba, 24 de junho de 2012

MOÇÕES

Moção 1

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatário(s): Embaixador da República do Paraguai
Endereço(s) do(s) destinatário(s): Brasília – DF

Moção de Repúdio

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, manifestam seu repúdio à brutal repressão realizada contra os camponeses em Morumbi, que deixou 17 trabalhadores da terra mortos, em terras griladas por latifundiários, situadas no distrito de Curuguaty, segundo informe da Comissão de Verdade e Justiça do Paraguai. Apoiamos a luta dos camponeses pela terra em toda a América Latina, submetida por séculos às leis dos latifundiários, originadas ainda nos tempos coloniais. Exigimos o respeito aos trabalhadores da cidade e do campo e que os responsáveis por atos tão violentos sejam investigados por uma Comissão Independente e punidos.

Moção 2

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatário(s): Ao Ministério de Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Endereço(s) do(s) destinatário(s): Brasília – DF

Fato Motivador da Moção: Foi divulgado recentemente que o que começou como uma operação emergencial de seis meses, com um custo previsto de R$ 150 milhões, completou oito anos de duração, a um preço de quase R$ 2 bilhões. A operação militar do Brasil no Haiti, iniciada em 1º de junho de 2004, como parte do plano do governo Lula para obter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, consumiu até agora mais de seis vezes o que foi gasto pelo governo federal com a Força Nacional brasileira entre 2006 e 2012, ou um montante equivalente ao orçamento anual da maior universidade federal, a UFRJ. Isto, para realizar operações de polícia em um país historicamente espoliado e ocupado pelo imperialismo europeu e norte-americano, responsáveis pelo seu estado de miséria e degradação social e ambiental, e que pretendem agora transformá-lo em uma plataforma de exportações de baixo valor agregado por conta de salários abaixo da miséria.

Moção

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, reafirmam sua posição contrária à presença de tropas brasileiras no Haiti, exigem a sua imediata retirada e o fim da intervenção imperialista naquele país.

Moção 3

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatário(s): Ao Sr. Embaixador da República da Síria

Endereço(s) do(s) destinatário(s): Brasília/DF

Fato Motivador da Moção: A repressão às manifestações populares na Síria, em seguida à sangrenta intervenção da OTAN na Líbia, sob qualquer pretexto, constitui um atentado à democracia, à autodeterminação dos povos e aos direitos humanos. Observadores sírios de direitos humanos afirmaram que mais de 7.600 pessoas morreram nos últimos 11 meses. As tropas do governo bombardeiam há vários dias as localidades de Homs (centro), assim como os bairros de Al Qarabees, Al Qusur, Jurat al Shayah e Al Jalidiya, na capital. Mais de 14 mil pessoas morreram durante os 15 meses de revolta no país

Moção

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, exigem o fim da repressão na Síria, comprometidos com a luta pela democracia, pela independência nacional contra qualquer intervenção externa imperialista e pela unidade internacional dos trabalhadores de todos os países.

Moção 4

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatário(s): Ao Reitor da Universidade de São Paulo (USP) Prof. João Grandino Rodas

Endereço(s) do(s) destinatário(s): São Paulo/SP

Moção de Repúdio

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, manifestam seu repúdio à repressão perpetrada contra movimentos estudantis pela Polícia Militar no campus da USP; exigem a retirada dos processos disciplinares, de expulsão ou de demissão que atingem funcionários e alunos da Universidade de São Paulo, e a retirada por parte da reitoria da interpelação judicial contra a diretoria da Adusp Seção Sindical (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo). Os docentes defendem energicamente a autonomia e a democracia universitária, incompatíveis com os métodos que vêm sendo usados na USP contra as manifestações críticas de segmentos da comunidade universitária.

.

Moção 5

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatário(s): Assembleia Legislativa do RN

Com cópia ao presidente da ADUERN

Moção de Solidariedade

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, manifestam o seu apoio e solidariedade à luta dos professores da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, sob a direção da ADUERN – Seção Sindical, em defesa da instituição, de condições de trabalho e de melhoria salarial.

Moção 6

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatário(s): Governo do Estado do Amapá, SINSEPEAP, Assembleia Legislativa, UECSA, Ministério Público, DCE-UNIFAP, SINDUFAP, CSP-Conlutas Estadual

Moção de Apoio

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, manifestam apoio aos docentes da Rede Pública de Ensino do Estado do Amapá, em greve, desde o dia 21 de abril, pela aplicação do Piso Salarial Nacional e atualização das promoções e progressões dos Professores, respeitando os padrões e graus da tabela do Plano de Carreira, que não vêm sendo executados pelo Governador Camilo Capiberibe.

O governo, que deveria buscar o diálogo com a categoria em greve, preferiu o confronto, o uso da truculência e o expediente arbitrário da ameaça e do corte de salários dos docentes. Essa atitude demonstra o perfil autoritário desse governo, que criminaliza as greves, um instrumento legítimo de luta da classe trabalhadora.

Os delegados solidarizam-se publicamente com os colegas professores da rede pública de ensino estadual do Amapá, que enfrentam a demagogia e o descaso oficial com a Educação.

Moção 7

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatário(s): **Reitoria da UNIFESP, Andifes e MEC**

Endereço(s) do(s) destinatário(s): São Paulo e Brasília

Moção de Repúdio

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, tornam público o seu repúdio contra as ações da Polícia Militar no campus de Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), realizadas na noite do dia 14 de junho de 2012.

Consideram tais ações violentas, desmedidas e descabidas, frente à manifestação de alunos que estavam em greve, além de ferir a autonomia universitária. Manifestam-se veementemente contra ações que criminalizem movimentos sociais ou atos políticos.

Moção 10 (compatibilizada com a Moção 4)

Moção 11 (contemplada pela Moção 7)

Moção 9

Proponente(s): ADUFPI
Destinatário(s): Magnífico Reitor da Universidade Federal do Piauí – UFPI, Luiz de Sousa Santos Junior; ANDIFES, MEC e Tribunal Regional Federal

Endereço(s) do(s) destinatário(s): bloco 6, Campus Universitário Ministro Petrônio Portella, Teresina – PI, CEO: 64049-550
Fax: (86) 3215-5511
E-mail: reitor@ufpi.edu.br

Fato Motivador da Moção: Não reconhecimento da greve nacional dos docentes das Universidades Federais e Criminalização do Movimento.

Moção de Repúdio

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, repudiam as ações do reitor da Universidade Federal do Piauí – UFPI, professor Luiz de Souza Santos Junior, pelas razões denunciadas: excessos administrativos, por constrangimentos e perseguições a docentes, por meio de processos administrativos e judiciais; criminalização de ações sindicais; não reconhecimento oficial do estado de greve dos professores; o não agendamento, com o Comando Local de Greve, para apreciação e discussão da Pauta Local de Reivindicações, encaminhada por ocasião da

deflagração da greve, em 17 de maio de 2012; pressão junto aos docentes substitutos ou em regime probatório para que estes não participem do movimento grevista da categoria, e desrespeito às atividades do movimento local de greve, determinando a retirada de todo e qualquer material de divulgação. Essas práticas não condizem com a imagem de uma instituição pública do porte da UFPI.

Moção 12

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatário(s): Embaixador da República do Paraguai
Endereço(s) do(s) destinatário(s): Brasília – DF

Moção de Repúdio

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, manifestam seu repúdio ao golpe de estado sumário que destituiu o presidente Lugo, da República do Paraguai, perpetrado pela maioria parlamentar conservadora do país, configurando uma brutal violência institucional a serviço das classes mais retrógradas do Paraguai e dos interesses imperialistas no continente.

Os docentes exigem a retomada do estado democrático de direito na República do Paraguai com o restabelecimento do presidente Lugo ao governo.

Fora o golpismo da América Latina, em defesa dos trabalhadores e dos povos do nosso continente!

Moção 13

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatários:

1. Casa Civil do Governo do Estado do Maranhão – Secretário Luís Fernando Silva
   Av. Jerônimo de Albuquerque s/n, Palácio Henrique de La-Rocque - Bairro Calhau - CEP: 65070 – 901 São Luis – MA
2. ITERMA – Instituto de Colonização e Terra Maranhão
   Rua Hortas, 270 – Centro- CEP: 65020-270
   São Luís - MA
3. Comissão Pastoral da Terra do Maranhão
   Rua Sol, 457 - Centro – CEP: 65020-590
   São Luís – MA
4. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
   Avenida Santos Dumont, 18 – Anil CEP: 65046-660 - São Luís – MA

5 – INCRA Federal
6 - Ministro da Justiça

Moção de Solidariedade

Os delegados ao 57º CONAD, realizado no período de 21 a 24 de junho de 2012, em Parnaíba-PI, manifestam apoio e solidariedade à luta das comunidades quilombolas do Maranhão, que ocupam a sede do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA) desde o dia 18 de junho de 2012, denunciando a violência no campo,

cobrando mais agilidade do governo estadual na demarcação dos antigos quilombos e a titulação dessas terras.

Moção 14

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN
Destinatários:
Governador da Bahia
Secretário de Administração
Secretário de Educação
MCE
APLB (Sindicato)
Assembleia Legislativa da Bahia
CSP-Conlutas
Conselho Estadual do Estado da Bahia
Endereço: Salvador/BA

Moção de Apoio

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, manifestam apoio aos docentes da Rede Pública de Ensino do Estado da Bahia, em greve desde o dia 11 de abril, pelo cumprimento do acordo firmado com o Governo do Estado em novembro de 2011 relativo ao pagamento do Piso Nacional dos Professores, respeitando os padrões e graus da tabela do Plano de Carreira, que não vem sendo cumprido pelo Governo Jaques Wagner, mesma prática utilizada em relação aos docentes do ensino superior das universidades estaduais baianas.

Por sua vez, o governo, invés de cumprir o acordo por ele firmado com a categoria, cortou os salários dos professores. Esse expediente demonstra, mais uma vez, o perfil truculento e autoritário desse governo no trato com os movimentos grevistas na Bahia.

Os delegados solidarizam-se publicamente com os colegas professores da rede pública de ensino estadual da Bahia, que enfrentam a demagogia e o descaso oficial para com a Educação, sofrem com a precarização e a desvalorização do trabalho docente.

Moção 15

Proponente(s): Diretoria do ANDES-SN

Destinatários:
- Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, de São Gonçalo e Niterói
- Governador do Rio de Janeiro

Moção de Repúdio

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, repudiam as ações de despejo impostas aos moradores da Ladeira da Glória – Ocupação Luiza Mahin – e de outras 25 ocupações em Niterói, Jacarepaguá, Campo Grande, São Gonçalo e outros espaços da cidade. Ademais, frente à agenda dos

megaeventos e à política de privatizações dos serviços públicos que se instalam na cidade do Rio de Janeiro e no estado do Rio de Janeiro, onde a violência tem sido uma constante no cenário social, há a possibilidade de uma reprise de Pinheirinhos (São José dos Campos – SP). Portanto, defendem o direito inalienável à moradia, aos serviços públicos de saúde e de educação de qualidade para todos.

Moção 16

Proponente(s): SINDIFPI
Destinatários:
- Reitor do IFPI – Francisco das Chagas Santana
- CONIF
- Sinasefe
- MEC
- SINDIFPI

Endereço:

- Reitor do IFPI – Francisco das Chagas Santana – Praça da Liberdade, 1597, Centro, Teresina/PI Cep.: 64000-000; fone/fax: 3215-5000 – e-mail: reitoria@ifpi.edu.br
- CONIF
- Sinasefe
- MEC
- SINDIFPI (sindcefetpi1@gmail.com)

Fato Motivador da Moção: Práticas antidemocráticas e antissindicais do reitor do IFPI com a categoria dos docentes do Instituto Federal de Educação do Piauí, que deflagrou greve por tempo indeterminado no dia 17 de maio de 2012, em consonância com a Constituição Federal e legislação específica em vigor. A paralisação no IFPI atinge 90% dos professores, em 7 dos 11 campi da instituição.

Moção de Repúdio

Os delegados ao 57° CONAD do ANDES-SN, realizado em Parnaíba/PI, de 21 a 24 de junho de 2012, manifestam repúdio às praticas e atos restritivos e coercitivos ao direito de greve, de organização sindical e de liberdade de expressão praticadas pelo reitor do Instituto Federal de Educação do Piauí, professor Francisco das Chagas Santana, que, diante da força política do movimento docente no IFPI, tem agido de forma autoritária, visando enfraquecer o movimento dos professores, pressionando-os a retornarem à sala de aula com ameaça de corte dos dias parados, negando-se a reconhecer a existência do Sindicato dos Docentes do Instituto Federal do Piauí – SINDIFPI/S.SIND, o que configura atitude discriminatória, antidemocrática e antissindical.

O respeito ao docente e a sua dignidade são imperativos. A proteção de seus direitos é dever institucional e coletivo. A observância a tais pressupostos é premissa inarredável para a educação de qualidade. Estes são compromissos necessários e urgentes de todos os envolvidos no processo educacional, especialmente dos dirigentes das instituições de ensino.

RESOLUÇÕES

RELATÓRIO DO TEMA II – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS – 57º DO ANDES-SN

I - ATUALIZAÇÃO DO CADERNO 2

TEXTO-DOCUMENTO

5. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O conhecimento científico e tecnológico – não obstante sua importância para a sobrevivência da humanidade e o avanço do desenvolvimento social e econômico – é apropriado por uma minoria, o que impede a socialização de seus benefícios. A tecnologia ganha cada vez mais o caráter de mercadoria, sendo tratada como pacote técnico ou meio de controle social e político. Assim, via desenvolvimento científico-tecnológico, controla-se cada vez mais o uso de recursos naturais, de recursos energéticos, a posse e distribuição da terra, a divisão e o uso do trabalho e a distribuição da renda, além de possibilitar a intervenção indevida nas prioridades da ação política.

Discutir ciência e tecnologia na perspectiva de construir uma sociedade justa e igualitária exige, por um lado, buscar novas respostas para velhas questões, tais como: o que motivaria a introdução de invenções e inovações nas relações sociais e humanas em uma economia capitalista? Qual seria o custo social de tais invenções e inovações? Não seria premente considerar os potenciais efeitos sociais da ausência de trabalho, da queda da qualidade de vida e da destruição dos ecossistemas com a adoção indiscriminada de inovações tecnológicas? Como se coloca, nesse contexto, a questão das relações universidade pública – empresa privada? Por outro lado, é preciso aprofundar o debate sobre os diferentes saberes e a racionalidade científico-tecnológica, sobre as várias formas de uso e apropriação da natureza, razão principal dos conflitos socioambientais, sobre a negligência das políticas públicas, tanto em escala mundial como nacional.

O Andes-SN acumulou um significativo acervo crítico na matéria, produzindo textos acerca desses temas, incluindo a análise crítica da lei de inovação tecnológica, a organização de seminários sobre ciência e tecnologia na Amazônia (principal base geográfica da biodiversidade brasileira e uma das mais importantes do planeta), realização de eventos na SBPC, seminários internacionais sobre ciência e tecnologia. Nossa perspectiva é de construir, nas Instituições de Ensino Superior (IES) em geral e institutos públicos de pesquisa, uma política alternativa de ciência e tecnologia para o país.

Os avanços científicos e tecnológicos e o aumento de produtividade têm como fim principal manter ou aumentar a taxa de acumulação do capital. O produto crescente do trabalho humano torna-se propriedade do capital, elevando ainda mais o processo de alienação e apropriação de mais-valia. Consequência disso é o progressivo aumento do desemprego, a exclusão da maioria da população do acesso aos benefícios do avanço científico e tecnológico, a promoção da exaustão dos recursos naturais, a destruição dos ecossistemas e a deterioração da qualidade de vida, criando ilhas de prosperidade e consumo cercadas de miséria.

No Brasil e em toda a América Latina, diversamente dos países centrais, praticamente toda a pesquisa científica está concentrada no setor público, em especial nas universidades e institutos de pesquisa públicos. O setor privado quase não investe em ciência e tecnologia, preferindo comprar "pacotes tecnológicos" no exterior, o que contribui para a dependência financeira, científica e tecnológica do país. Nas últimas décadas, o binômio Ciência e Tecnologia (C&T) foi transformado em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – como se inovação não fosse sempre decorrência do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico. A mudança não foi inocente: a chamada inovação foi elevada à condição de objetivo central da pesquisa científica. Essa distorção não só é utilitarista (o que já seria um forte argumento para questioná-la), mas é também o veículo por meio do qual se pretende subalternizar a universidade ao capital (o eufemismo usual é "setor produtivo"). A pesquisa passa a ter seu *valor* medido pela adaptação ao *mercado*, às necessidades do capital. O resultado desta inversão de prioridades é pouco surpreendente: uma pesquisa cada vez mais fragmentada, desqualificada – que nem mesmo os índices produtivistas conseguem ocultar – e descompromissada com as condições sociais e econômicas a que estão submetida a maioria da população brasileira.

O Andes-SN defende que a pesquisa e seu financiamento público sejam ampliados até atingir os patamares adequados para atender as necessidades da sociedade e não os interesses do mercado e do capital.

A apropriação sem precedentes de recursos naturais é paralela à construção de uma imagem social na qual a reprodução do processo econômico é vista como independente de suas bases materiais biofísicas. O discurso hoje hegemônico vê o sistema econômico como reprodutor da dimensão material monetária independentemente da dimensão material qualitativa dos valores de uso empregados na produção. A realidade factual do vínculo material biofísico que atravessa todo o sistema de produção expõe uma contradição que indica a necessidade de demonstrar que é preciso e possível construir social e politicamente outro paradigma para orientar a produção e o consumo. Por certo, tal empreendimento é complexo, mas desafiador.

Nas últimas décadas, ciência e tecnologia vincularam-se estreita e ineditamente com a questão ambiental e com a energética. A energia transformou-se em um tema-chave no debate internacional. Se antes era possível pensar em planejamento, organização e gestão de sistemas e processos energéticos sob os auspícios de um conjunto delimitado de áreas do saber, hoje o debate do meio ambiente e, acima de tudo, a necessidade sistêmica de avaliar uma grande quantidade de processos de produção, conversão, usos finais e diversidade de fontes requer uma visão de conjunto (ou "holística"), integrada, da energia, o que implica a contribuição de inúmeras áreas do conhecimento, para que a demanda da sociedade seja atendida com um equilíbrio das diferentes fontes primárias, e com um uso racional das mesmas, que minimize os impactos sobre o meio ambiente e a saúde.

Ciência e tecnologia constituem um dos principais vetores de produção, em um mundo onde a sujeição científico-tecnológica pode determinar a dependência econômica e a perda de soberania, além de se impor como agente que pode perenizar a pobreza e a injustiça social. Portanto, constitui um subterfúgio político e ideológico alegar a "neutralidade" da ciência e ignorar que os resultados dela decorrentes têm sido progressivamente monopolizados pelo capital e transformados em instrumentos de disputa de grupos econômicos. Mesmo na academia tem sido comum separar os docentes em "produtivos" e "improdutivos", como se a docência fosse separável da pesquisa e da extensão, o que deve ser urgentemente superado para não só discutir a

ciência a serviço da sociedade, como também mudar os métodos de construção e produção do conhecimento.

O processo tecnológico, que decorre do avanço da ciência, vem produzindo demandas de caráter sociopolítico de longo prazo e estilos de desenvolvimento que quase nunca vão ao encontro de demandas coletivas e/ou de necessidades da maioria da população. Assim, conhecimento e poder estreitam, cada vez mais, uma relação íntima. A não transparência da pesquisa contradiz o caráter público que atribuímos ao saber e à cultura. É fundamental atentar para o fato de que a opção por uma determinada tecnologia não se restringe ao seu aspecto exclusivamente técnico, mas revela também a adoção de concepções relacionadas ao padrão de consumo, à força de trabalho, a níveis de investimentos e, sobretudo, ao modo de exploração dos recursos naturais e energéticos, à estruturação do sistema educacional e da pesquisa científica.

As políticas de modernização conservadora adotadas pelos governos brasileiros, que têm influenciado as decisões das agências de fomento, além de promoverem uma drástica diminuição dos recursos destinados aos programas nacionais de ciência e tecnologia, continuaram mantendo a submissão a decisões imediatistas, que contemplam preferencialmente a aquisição de pacotes tecnológicos no exterior, a abertura indiscriminada para o capital estrangeiro e a busca indiscriminada, a qualquer custo, de inovações. Some-se, ainda, que um número significativo de cientistas e tecnólogos não questiona as relações entre as suas atividades e as condições de melhoria da qualidade de vida da sociedade, contribuindo para pesquisas ou implantação de projetos de exclusivo benefício do grande capital. A rediscussão sobre os objetivos e funções da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) impõe-se como mais necessária do que nunca.

No contexto internacional, a apropriação privada do conhecimento, sustentada por meio da imposição do sistema de patentes, aumenta também a defasagem tecnológica entre países periféricos e centrais. A prevalência dessa lógica de funcionamento atua poderosamente na formação de oligopólios e reserva aos países periféricos o papel de fornecedores de matérias-primas e produtos semiacabados, transformando-os em permanentes compradores de tecnologia. A partir de 1994, os acordos viabilizados sob os auspícios da Organização Mundial de Comércio (OMC), referentes a tarifas e trocas e a direitos de propriedade intelectual, são característicos da ordem internacional. O sistema mundial de patentes é um instrumento de controle da ciência e da tecnologia pelo capital, que impede o conhecimento público e a implementação de avanços científicos, privatiza recursos naturais, especialmente nos países periféricos, e faz proliferar um número infinito de patentes inúteis, ou apenas destinadas a exercer controle de determinada área científica ou tecnológica. O novo peso adquirido no mercado mundial por alguns países que se encontravam na sua periferia ou fora dele (os chamados "emergentes") não elimina nem atenua esses problemas; ao contrário, os acentua, acrescentando à espionagem científica e industrial a questão da "pirataria", que expressam as contradições da acumulação capitalista e da sua tendência a resolvê-las por meios ilegais, violentos e até bélicos.

No Brasil, o novo modelo de financiamento representou uma mudança da política de C&T. Os investimentos passaram a ter como prioridade a ênfase em Programas e Desenvolvimento, a maior articulação com o setor privado, a promoção de políticas industriais, a busca de imediatismos, e a avaliação dinâmica e permanente de resultados. Os fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico surgiram no bojo do processo de privatização e desregulamentação das atividades de infraestrutura no país.

Inicialmente, seu objetivo foi o de consolidar e ampliar os investimentos em C&T, que já eram feitos por empresas públicas, especialmente nos setores de energia elétrica, telecomunicações, gás e petróleo. Com as privatizações e as desregulamentações desses setores, perdeu-se uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias. Diversos centros de pesquisa foram fechados pelas novas controladoras, em geral corporações internacionais.

Os fundos setoriais (energia, recursos hídricos, transportes, atividades espaciais, interação universidade-empresa) são formados por percentuais de faturamento de empresas privatizadas ou por contribuições pela exploração de recursos naturais. Os recursos que alimentam os fundos já são previstos e cobrados, apenas não estavam sendo aplicados em ciência e tecnologia. São recursos coletados pelas agências reguladoras (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Agência Nacional de Petróleo - ANP, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL) e recolhidos ao Tesouro. Tal como foram concebidos, esses fundos deveriam ser considerados apenas como recursos adicionais, ainda assim articulados com uma proposta de política industrial e comercial não lesiva aos interesses da sociedade. Isso é algo muito distante das ações realizadas e anunciadas, não existindo motivo algum para justificar o açodamento de parte da comunidade científica nacional e dos reitores das Instituições de Ensino Superior Públicas (IESP) no que se refere à discussão desses fundos.

A Lei de Inovação Tecnológica vigente e sua regulamentação (Lei nº 10.973, de 2/12/2004 e Decreto nº 5.563, de 11/10/2005) flexibilizam as relações entre os pesquisadores, as instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas, além de possibilitar a estas a criação de fundos de investimentos para projetos tecnológicos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários. Para atrair os pesquisadores, oferece condições para que estes se licenciem de suas instituições para abrirem uma empresa de base tecnológica nos termos nela definidos. O docente de universidade pública pode afastar-se de suas funções acadêmicas para constituir sua empresa de base tecnológica e utilizar as instalações e laboratórios existentes na universidade em que trabalha, sem que esta tenha qualquer participação nos projetos e programas por ele desenvolvidos. Cria ainda condições para que o docente retorne às suas funções acadêmicas, na hipótese de falência do seu empreendimento. Em suma, essa lei oferece todas as condições para que as pesquisas se transformem em mercadoria, sem vínculo com a universidade ou o interesse público. Permite também que outro espaço de caráter privado seja criado nas instituições para que estas realizem o processo de gestão da inovação, os "núcleos de inovação tecnológica". Em conjunto com as fundações de apoio de direito privado, estes acabam definindo os rumos de cada universidade, especialmente as maiores, na sua atividade de pesquisa, com efeitos nocivos no ensino e na extensão. Esses núcleos já existem em muitas universidades brasileiras, transformando-as, celeremente, em centro de produção de mercadorias e de inovação, em benefício de empresas e não do desenvolvimento da sociedade e do país.

Assim, as universidades são afetadas no que constitui sua atividade básica: a produção e socialização do conhecimento numa visão crítica e criativa. Para cumprir satisfatoriamente esta tarefa, há necessidade de pesquisa científica e tecnológica de qualidade, o que só será possível mediante não apenas um fluxo contínuo de recursos financeiros que assegurem as condições plenas de desenvolvimento das pesquisas, mas também de uma política de C&T clara e definida no sentido do interesse público e sob controle social.

A pesquisa nas universidades e nos institutos especializados, ambos públicos, continua sendo subdimensionada, incapaz de fazer frente às necessidades do desenvolvimento

autônomo do país. A desativação de laboratórios, a desintegração de grupos de pesquisa, a ausência de uma política de apoio aos grupos emergentes, a evasão de cientistas para o exterior, o aumento da indução de aposentadorias de pesquisadores em plena atividade e o desestímulo da carreira científica são consequências de uma política de sucessivos governos, que deixa de apoiar de fato a pesquisa científica e tecnológica. A "política de modernização" atrelou a produção científica e tecnológica à produção industrial que, por sua vez, também tem sido subordinada a uma política de cunho neoliberal e privatista.

A partir dos anos de 1980 e 1990, ocorreu a consolidação de um projeto neoliberal que agravou drasticamente o problema das baixas remunerações imposto aos profissionais da área de C&T. Além do aviltamento das condições de trabalho e do desestímulo à incorporação de novos profissionais, o arrocho de salários tem sido um elemento por meio do qual se processa o direcionamento das atividades de pesquisa por organismos centrais do Estado e pelas empresas capitalistas. Rompe-se, na prática, com o pressuposto constitucional da autonomia universitária e estabelece-se um processo de sedução para que os profissionais da área assumam a privatização de seu trabalho, via terceirização da prestação de serviços desenvolvidos pelas fundações ditas "de apoio", deliberadamente forjadas nas IES.

Nos últimos anos, a proliferação dessas fundações nas universidades expressa mais uma forma de descaso do Estado com o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo do país. Por meio dessa estratégia, ficam fortalecidas a ideia e a alegação de que a "máquina estatal" é burocrática, pouco ágil. Dissimula-se que os verdadeiros problemas são a escassez de investimentos públicos para o financiamento de C&T, o não exercício da autonomia universitária e certas ineficiências administrativas instaladas para gerir os recursos existentes. Contudo, não se deve ignorar o fato de que esta estratégia privatizante, na maioria das vezes, tem conseguido relativo sucesso, pois um número não pouco expressivo de docentes de universidades públicas é levado a participar ou a se utilizar das fundações ditas "de apoio", muitos deles assumindo, inclusive, a defesa dessas fundações.

A situação se agrava na medida em que, na política de incentivos vigente, os serviços de assessoria, a participação em projetos contratados por empresas e as bolsas de pesquisa para complementação salarial representam mecanismos que envolvem a subordinação dos projetos de pesquisa e dos pesquisadores aos organismos financiadores. Os critérios de seleção, considerando o "mérito" científico, as condições de infraestrutura dos laboratórios e a capacitação de equipes de pesquisadores já consolidadas, levam à canalização dos recursos para esses grupos que, por sua vez, possuem forte influência nos organismos de financiamento; exclui-se assim a ascensão de grupos emergentes de pesquisa.

Nesse contexto, é fundamental a luta conduzida pelos movimentos populares para que sejam alteradas as prioridades do país, inclusive no que se refere à sua política internacional. Caso contrário, o projeto de C&T continuará sendo dominado pelos interesses das elites nacionais e estrangeiras, a não ser que se resgatem, como princípio e premissa básica, a formulação de políticas de desenvolvimento do país com vistas ao atendimento dos interesses e das necessidades da maioria da população, contribuindo, assim, para a melhoria de sua qualidade de vida. As relações de dominação impostas à sociedade visam a restringir o desenvolvimento autônomo do país. Diante disso, cabe ao Estado responsabilidade maior em assumir como de interesse público o financiamento em C&T, alavanca necessária à autonomia e ao desenvolvimento social.

As IES, sobretudo as públicas, têm um papel decisivo no desenvolvimento científico e tecnológico, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão quanto na formação de pessoal qualificado por meio do ensino de graduação e de pós-graduação. O Movimento Docente tem aprovado, nos fóruns deliberativos do Andes-SN, lutar por um conjunto de princípios para C&T, visando à melhoria das condições de vida da população e à soberania do país; exigir o cumprimento, por parte dos governos federal e estaduais, dos dispositivos constitucionais e a não privatização dos espaços públicos geradores de ciência e tecnologia.

O trabalho integrado e a discussão permanente com os demais setores organizados da sociedade devem ser uma tarefa constante do Movimento Docente para defender a universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, com a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e alcançar um desenvolvimento científico e tecnológico que contribua para reverter as precárias condições de vida a que está submetida a maioria da população brasileira.

5.1 Diretrizes para a Definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia

5.1.1 Desenvolvimento de projetos de C&T ligados aos interesses da sociedade a proteção à natureza e à melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de financiamento público.

5.1.2 Elaboração e execução de projetos de pesquisa sob a responsabilidade de organismos colegiados, democraticamente constituídos, a partir de diretrizes de política de pesquisa definidas autonomamente pelas universidades, em contraposição ao atrelamento a prioridades fixadas externamente por agências financiadoras, públicas ou privadas.

5.1.3 Criação, nas IES, de mecanismos transparentes para formulação, acompanhamento e avaliação dos trabalhos, de forma a garantir o fluxo contínuo de recursos financeiros para o desenvolvimento das pesquisas, de modo que a dedicação maior do pesquisador esteja centrada na execução do projeto.

5.1.4 Definição de políticas internas de C&T considerando:

5.1.4.1 valorização das características, vocações e necessidades regionais;

5.1.4.2 avaliação da produção científica e tecnológica de modo democrático, tomando por base a necessária responsabilidade social e acadêmica dessa produção;

5.1.4.3 busca da participação e do estreitamento das relações com as entidades científicas, no sentido das políticas defendidas pelo Andes-SN.

5.1.4.4 prioridade aos projetos coletivos de pesquisa no interior de cada IES e em pesquisas interinstitucionais;

5.1.4.5 garantia de que as informações e dados obtidos pelas pesquisas desenvolvidas com recursos públicos ou no interior das instituições públicas sejam sempre amplamente divulgados. A forma de divulgação deve ser estabelecida pela instituição e pela comunidade, não devendo estar sujeita aos interesses do órgão ou empresa financiadora;

5.1.4.6 avaliação dos impactos da introdução das novas tecnologias, estimulando o debate constante sobre a relação instituição de ensino *versus* empresas com o objetivo de pensar o público com o conjunto da sociedade.

5.1.5 Ampliação de verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, com pleno controle social e participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática desses órgãos de fomento federais e estaduais, bem como, na definição de políticas, prioridades e planejamentos do setor.

5.1.6 Defesa dos fundos estatais de pesquisa, ameaçados de privatização mediante fundações de direito privado.

5.1.7 Estímulo a pesquisas não vinculadas a demandas do mercado, mas que preencham necessidades sociais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, referendada pelas diretrizes e metas do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira.

5.1.8 Oposição às regulamentações de exploração do subsolo, à lei de telecomunicações, à lei de patentes e a outros projetos orientados para o mercado ou por interesses de multinacionais, que comprometam o desenvolvimento e a soberania do país.

5.1.9 Defesa dos direitos nacionais sobre os resultados das pesquisas oceânicas, nos limites das 200 milhas da costa brasileira.

5.1.10 Defesa dos direitos nacionais sobre os resultados das pesquisas realizadas na Amazônia e outros biomas brasileiros; o levantamento da biodiversidade desses biomas deve ser reservado ao Estado brasileiro e ser submetido a controle social, com garantia dos direitos dos povos tradicionais.

II - HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1. O 57º CONAD do ANDES-SN, *ad referendum* do 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUFF em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF Seção Sindical, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela ADUFF Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

2. O 57º CONAD do ANDES-SN, *ad referendum* do 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUEPB em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba – ADUEPB S.Sind, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como, todos os atos praticados pela ADUEPB Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

III - SEDE DO 58º CONAD DO ANDES-SN

O 58º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de Santa Maria, sob a organização da SEDUFSM Seção Sindical.

IV - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 31º CONGRESSO

O 57º CONAD do ANDES - Sindicato Nacional aprova a prestação de contas do 31º Congresso.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 31º CONGRESSO			
Especificação	**Total**	**Despesa Realizada ANDES-SN**	**Despesa Realizada Manaus**
1-PESSOAL			
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)			
VT e VR pessoal	0,00	0,00	0,00
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	17.009,37	11.409,37	5.600,00
Diárias	3.600,00	3.600,00	0,00
Horas extras	24.398,41	20.898,41	3.500,00
Subtotal	**45.007,78**	**35.907,78**	**9.100,00**
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇAO			
Arte do Folder	1.500,00	1.500,00	0,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	3.400,00	3.400,00	0,00
Cartazes Gráfica	0,00	0,00	0,00
Faixas	460,00	0,00	460,00
Convites (impressão)	0,00	0,00	0,00
Folder	300,00	0,00	300,00
Impressora para imprensa	300,00	0,00	300,00
Banner	1.810,00	0,00	1.810,00
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	5.760,00	0,00	5.760,00
Subtotal	**13.530,00**	**4.900,00**	**8.630,00**
3 – INFRAESTRUTURA			
Estrutura Física			
Cópias e Impressões	6.300,00	0,00	6.300,00
Combustível	755,00	0,00	755,00
Aluguel de Equipamentos de Informática	2.280,00	0,00	2.280,00
Suporte Técnico de Informática	1.100,00	0,00	1.100,00
Projetor Multimídia	1.040,00	0,00	1.040,00
Internet	1.980,00	0,00	1.980,00
Correio	1.846,20	1.646,20	200,00
Decoração/ Arranjos	250,00	0,00	250,00
Subtotal	**15.551,20**	**1.646,20**	**13.905,00**
Prestação de Serviços			
Encargos sociais	770,00	0,00	770,00
Biscoitos/Lanches	8.600,00	8.400,00	200,00
Transporte Fluvial	340,00	0,00	340,00
Táxi	704,00	113,00	591,00
Som e Filmagem	5.140,00	0,00	5.140,00

Pessoa de apoio (Acadêmicos)	5.850,00	0,00	5.850,00
Coffe Break	21.850,00	21.850,00	0,00
Água/Café	11.034,00	11.034,00	0,00
Apresentação Cultural	1.000,00	0,00	1.000,00
Alimentação Apoio (Acadêmicos)	1.260,00	0,00	1.260,00
Motorista	600,00	0,00	600,00
Subtotal	**57.148,00**	**41.397,00**	**15.751,00**
Material de Consumo			
Medicamentos farmácia	126,45	126,45	0,00
Material de Escritório e expediente	1.277,80	1.037,80	240,00
Material de Consumo	690,00	690,00	0,00
Papel A4	1.474,20	1.474,20	0,00
Toner e Cartucho de Tinta	535,00	417,00	118,00
	4.103,45	**3.745,45**	**358,00**
Material distribuído aos delegados e observadores			
Pastas/ Bolsas	2.950,00	2.950,00	0,00
Camisetas	4.450,00	4.450,00	0,00
Crachá	1.395,00	1.395,00	0,00
Canetas personalizadas	230,00	230,00	0,00
Blocos	0,00	0,00	0,00
Subtotal	**9.025,00**	**9.025,00**	**0,00**
Total	**144.365,43**	**96.621,43**	**47.744,00**
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA			
Diárias	2.580,00	1.500,00	1.080,00
Passagens Aéreas	3.741,00	3.041,00	700,00
Hospedagem	5.357,20	1.440,00	3.917,20
Subtotal	**11.678,20**	**5.981,00**	**5.697,20**
5- DESPESA C/TRANSPORTE DE UM DELEGADO DAS S.SINDICAIS C/MENOS DE 101 SIND.			
	0,00	0,00	0,00
	0,00	**0,00**	**0,00**

Total de Despesas:	**156.043,63**	**102.602,43**	**53.441,20**

Previsão de Despesa	**146.959,22**
Margem de Segurança (10%):	**14.695,22**
Valor usado da margem de segurança:	**14.476,06**

V - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2011

O 57º CONAD do ANDES - Sindicato Nacional aprova a prestação de contas do exercício de 2011.

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2011

ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	**2011**	**2010**	***DIFERENÇA***
	R$	***R$***	**R$**
DISPONIBILIDADES			
Caixa	65,23	3.174,32	(3.109,09)
Bancos c/Movimento	190.405,72	376.421,68	186.015,96)
Bancos c/Depósitos Bloqueados	916,96	0,00	916,96
Bancos c/Aplicações Financeiras	4.425.371,55	5.589.159,90	(1.163.788,35)
Devedores por Empréstimos	103.408,13	53.298,05	50.110,08
Tributos e Contribuições a Recuperar	0,00	228,35	(228,35)
Devedores da Entidade	302.981,33	288.886,60	14.094,73
Créditos Diversos	247.060,09	182.855,84	64.204,25
Adiantamento a Funcionários	16.036,45	36.628,93	(20.592,48)
Adiantamento a Fornecedores	174.081,50	99.598,50	74.483,00
Adiantamento a Diretores - Gestão 96/98	585,26	585,26	0,00
Adiantamento a Diretores - Gestão 98/00	2.816,23	2.816,23	0,00
Adiantamento a Regionais	232.229,03	177.200,53	55.028,50

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL SINTÉTICO
31 de Dezembro de 2011

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	**2011**	**2010**
	R$	***R$***
DISPONIBILIDADES		
Caixa	65,23	3.174,32
Bancos c/Movimento	190.405,72	376.421,68
Bancos c/Depósitos Bloqueados	916,96	0,00
Bancos c/Aplicações Financeiras	4.425.371,55	5.589.159,90
Devedores por Empréstimos	103.408,13	53.298,05
Tributos e Contribuições a Recuperar	0,00	228,35
Devedores da Entidade	302.981,33	288.886,60
Créditos Diversos	247.060,09	182.855,84
Adiantamento a Funcionários	16.036,45	36.628,93
Adiantamento a Fornecedores	174.081,50	99.598,50
Adiantamento a Diretores - Gestão 96/98	585,26	585,26
Adiantamento a Diretores - Gestão 98/00	2.816,23	2.816,23
Adiantamento a Regionais	232.229,03	177.200,53
Adiantamento para Eventos	0,00	10.000,00
Total do Ativo Circulante	***5.695.957,48***	***6.820.854,19***
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
DIREITOS REALIZÁVEIS		
Depósitos Judiciais	0,00	224.019,12
Total do Direitos Realizáveis	**0,00**	**224.019,12**
IMOBILIZADO		
Imobilizado	4.094.028,23	2.771.222,65
(-)Depreciação		

	(94.437,76)	(94.437,76)
Total do Imobilizado	**3.999.590,47**	**2.676.784,89**
INTANGÍVEL		
Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27
(-)Amortização	(222,76)	(222,76)
Total do Intangível	**15.635,51**	**15.635,51**
Total do Ativo Não Circulante	***4.015.225,98***	***2.916.439,52***
TOTAL DO ATIVO	***9.711.183,46***	***9.737.293,71***

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2011 que apresenta um total de R$ 9.711.183,46 (nove milhões, setecentos e onze mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2011

MARINA BARBOSA PINTO	**HÉLVIO ALEXANDRE MARIANO**	**IÊDA MENDES CORREA**
Presidente	*1º Tesoureiro*	Contadora
CPF: 817.396.727-04	*CPF: 206.311.888-43*	CRC/DF: 013.720/O-8

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2011

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	***2011***	***2010***
	R$	**R$**
Fornecedores	10.191,03	2.148,25
Obrigações Sociais e Trabalhistas	93.369,56	27.361,04
Obrigações Fiscais e Tributárias	32.389,71	20.930,84
Credores da Entidade	22.963,53	58.200,24
Valores a Compensar	4.507,38	6.383,09
Depósitos de Diversas Origens	55.163,66	118.887,15
Credores por Empréstimo	522.439,96	0,00
Fundos p/Financiamento de Campanha	2.787.121,71	2.768.914,55
Total do Passivo Circulante	***3.528.146,54***	***3.002.825,16***
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Superávit Acumulado	6.734.468,55	5.806.565,56
Ajustes de Exercícios Anteriores	(338.950,90)	0,00
Déficit do Período	(212.480,73)	927.902,99
Total do Patrimônio Líquido	***6.183.036,92***	***6.734.468,55***
TOTAL DO PASSIVO	***9.711.183,46***	***9.737.293,71***

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2011 que apresenta um total de R$ 9.711.183,46 (nove milhões, setecentos e onze mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2011

MARINA BARBOSA PINTO
Presidente
CPF: 817.396.727-04

HÉLVIO ALEXANDRE MARIANO
1º Tesoureiro
CPF: 206.311.888-43

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
CRC/DF: 013.720/O-8

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
RESUMO DAS DESPESAS
1º SEMESTRE de 2011

	DESPESAS	*jan/11*	*fev/11*	*mar/11*	*abr/11*	*mai/11*	*jun/11*	*Total*
1	Pessoal e Encargos	160.420,53	140.248,85	97.097,01	99.056,21	118.219,30	142.569,91	**757.611,81**
2	Diárias Diretores	10.283,50	51.160,00	18.400,00	31.977,48	26.858,40	30.800,00	**169.479,38**
3	Diárias Funcionários	-	900,00	-	-	-	-	**900,00**
4	Diárias Colaboradores	800,00	2.070,00	1.000,00	800,00	600,00	3.100,00	**8.370,00**
5	Material de Consumo	5.023,33	7.972,79	7.165,21	11.069,07	27.605,28	17.850,21	**76.685,89**
6	Assessoria Jurídica - PF	12.218,44	7.026,57	6.811,30	2.868,55	2.783,91	2.868,55	**34.577,32**
8	Limpeza e Conservação - PF	-	-	-	-	648,81	77,38	**726,19**
10	INSS s/Serviços - PF	-	-	-	1.911,93	2.030,14	2.063,41	**6.005,48**
11	Outros Serviços - PF	12.543,97	-	324,40	1.097,64	2.733,07	6.392,63	**23.091,71**
15	Assessoria Jurídica - PJ	82.422,98	72.216,00	17.562,59	92.025,16	13.390,67	69.197,97	**346.815,37**
16	Assessoria Contábil - PJ	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	5.675,28	**34.051,68**
17	Transportes e Fretes	-	3.970,00	8.110,00	14.820,00	9.760,00	29.973,30	**66.633,30**
18	Conduções e Transportes Urbanos	3.347,11	4.160,67	3.834,41	8.662,64	6.416,55	8.437,42	**34.858,80**
19	Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	32.542,32	27.037,72	51.232,04	63.507,24	82.469,92	87.750,19	**344.539,43**
20	Hospedagem	68.751,65	1.903,57	5.130,90	24.286,32	34.108,56	37.130,16	**171.311,16**
21	Telefone	6.842,67	14.711,45	12.346,86	10.287,38	12.298,37	8.952,39	**65.439,12**
22	Energia Elétrica	3.114,89	3.545,86	2.824,35	3.413,75	3.697,19	3.100,81	**19.696,85**
23	Água e Esgoto	1.417,36	1.579,16	2.173,17	401,40	101,28	56,96	**5.729,33**
24	Alimentação	-	239,48	-	-	1.402,61	3.587,13	**5.229,22**
25	Aluguel de Imóveis	4.170,75	6.467,83	3.646,31	8.221,81	10.605,17	17.463,38	**50.575,25**
26	Condomínio	2.544,97	11.675,13	10.321,84	6.866,64	1.557,90	7.192,88	**40.159,36**
27	Manutenção e Reparos de Bens Móveis - PJ	719,99	510,10	964,18	1.441,26	747,10	1.463,85	**5.846,48**
28	Serviços Gráficos	-	18.000,00	-	2.500,00	4.220,00	70.075,00	**94.795,00**
29	Limpeza e Conservação - PJ	-	927,15	-	-	-	-	**927,15**
30	Manutenção de Sistemas de Informática	449,01	209,07	1.983,88	-	-	-	**3.171,96**
31	Assinaturas e Periódicos	800,00	-	102,80	530,00	-	318,13	**1.750,93**
32	Internet	231,23	384,53	478,33	108,16	48,40	1.835,39	**3.086,04**
33	Fotocópias/Encadernações	-	2.800,00	-	-	80,00	13,00	**2.893,00**
34	Assinatura de TV a Cabo	103,30	-	103,30	258,26	254,98	271,06	**990,90**
35	Serviços da Embratel	25,22	103,31	124,22	-	-	-	**252,75**
36	Correios e Telegráfos	410,85	720,95	6.871,55	5.537,10	19.574,50	1.138,79	**34.253,74**
37	Reembolso de Kilometragem	1.239,00	1.371,10	150,00	2.748,18	925,50	3.355,92	**9.789,70**
38	Estacionamento/Pedágios	504,71	264,00	4,50	805,70	539,30	901,30	**3.019,51**
39	Serviços Fotográficos - PJ	6.175,00	-	-	-	-	637,00	**6.812,00**
40	Anúncios e Publicações	485,92	1.959,54	-	-	1.350,00	1.350,00	**5.145,46**
41	Revisa Universidade e Sociedade	-	16.000,00	-	-	-	2.550,00	**18.550,00**

42	Serviços de Terceiros - Revista/Jornal	15.440,00	0,00	2.648,14	-	-	-	**18.088,14**
43	Serviços Técnico Profissional - PJ	-	4.675,00	-	3.200,00	13.135,00	-	**21.010,00**
44	Despesas em Geral	-	7,46	1.275,00	-	-	275,19	**1.557,65**
45	Jornal Informandes	-	-	-	59.500,00	-	-	**59.500,00**
46	Seguros em Geral	-	-	-	12,08	12,08	12,08	**36,24**
47	Serviços Terceiros - Fundos	-	-	-	53,32	-	66,67	**119,99**
48	Locações de Veículos	-	-	-	6.570,00	760,00	11.600,00	**18.930,00**
49	Custas e Emolumentos	-	-	150,61	4.230,87	816,48	9.935,40	**15.133,36**
50	Seminários, Congressos e Convenções	-	-	19.250,00	-	-	-	**19.250,00**
51	Manutenção e Reparo de Bens Imóveis - PJ	-	-	-	2.000,00	-	-	**2.000,00**
52	Serviços de Terceiros Diversos - PJ	50,00	3.148,24	-	55,00	-	-	**3.253,24**
53	Despesas Tributárias	105,68	2.458,15	-	35.709,52	29.591,29	316,30	**68.180,94**
54	Despesas Financeiras	3.784,65	856,60	997,46	3.465,31	756,25	2.395,01	**12.255,28**
55	Contribuições /Doações	31.273,87	20.033,57	22.756,66	58.030,60	40.436,44	38.898,72	**211.429,86**
56	Despesas c/Regionais	46.748,02	40.396,91	61.654,05	72.320,54	63.996,80	85.594,02	**370.710,34**
57	Despesas Diversas	11.832,19	-	-	-	-	-	**11.832,19**
	Total das Despesas	**532.498,39**	**477.386,04**	**373.170,35**	**646.024,40**	**540.206,53**	**717.242,79**	**3.287.058,50**

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
RESUMO DAS DESPESAS
2º SEMESTRE de 2011

	DESPESAS	***jul/11***	***ago/11***	***set/11***	***out/11***	***nov/11***	***dez/11***	***Total***
1	Pessoal e Encargos	153.289,97	153.678,39	120.409,51	141.816,68	149.597,65	201.943,24	**920.735,44**
2	Diárias Diretores	50.500,00	40.700,00	41.850,00	25.714,70	41.450,00	10.050,00	**210.264,70**
3	Diárias Funcionários	-	200,00			-	-	**200,00**
4	Diárias Colaboradores	1.200,00	1.100,00		3.700,00	4.200,00		**10.200,00**
5	Material de Consumo	15.833,09	31.728,97	13.005,33	11.712,57	13.656,13	19.667,80	**105.603,89**
6	Assessoria Jurídica - PF		5.737,10	2.868,55	2.868,55	2.868,55	2.868,55	**17.211,30**
7	Manutenção e Reparo de Bens Móveis - PF	562,59			1.666,66			**2.229,25**
8	Limpeza e Conservação - PF	1.125,00	77,38		648,81			**1.851,19**
9	Serviços Fotográficos - PF	350,00						**350,00**
10	INSS s/Serviços - PF	6.242,73	2.996,34	860,32	3.436,86	2.338,97	2.016,75	**17.891,97**
11	Outros Serviços - PF	21.355,88	4.291,87	1.127,97	416,66	3.386,88	535,72	**31.114,98**
12	Manutenção e Reparo de Bens Imóveis - PF	24.030,33	1.547,62					**25.577,95**
13	Tradução/Revisão de Textos - PF	3.515,10	1.417,86	25,00	238,09	1.559,57	2.669,29	**9.424,91**
14	Assessoria de Imprensa - PF				1.785,72			**1.785,72**
15	Assessoria Jurídica - PJ	87.842,12	19.507,65	36.271,91	48.821,51	83.122,00	42.383,39	**317.948,58**
16	Assessoria Contábil - PJ	5.675,28		8.702,00	11.350,56		17.025,84	**42.753,68**
17	Transportes e Fretes	18.660,00	27.129,00		87.419,00	7.600,00	44.699,00	**185.507,00**
18	Conduções e Transportes Urbanos	10.960,14	13.304,61	8.139,73	7.966,28	11.218,77	5.878,67	**57.468,20**

19	Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas	73.749,71	104.341,62	108.469,57	102.179,85	116.641,29	27.554,50	**532.936,54**
20	Hospedagem	64.866,64	23.655,30	28.011,20	44.170,51	38.408,40	26.728,69	**225.840,74**
21	Telefone	11.014,83	11.288,20	8.992,82	6.621,65	15.596,48	10.473,20	**63.987,18**
22	Energia Elétrica	3.641,12	3.550,66	2.074,06	6.671,50	3.669,50	3.514,95	**23.121,79**
23	Água e Esgoto	56,96	56,96	57,20	60,86		60,86	**292,84**
24	Alimentação		3.885,00			2.878,40	59,92	**6.823,32**
25	Aluguel de Imóveis	44.533,09	9.976,08	8.137,33	12.162,73	14.976,16	5.107,96	**94.893,35**
26	Condomínio	3.489,59	6.638,71	6.833,39	7.637,80	8.042,84	14.279,48	**46.921,81**
27	Manutenção e Reparos de Bens Móveis - PJ	1.737,01	1.515,62	2.081,84	4.907,26	1.069,52	1.253,90	**12.565,15**
28	Serviços Gráficos		7.920,00	5.610,00	15.300,00		3.300,00	**32.130,00**
31	Assinaturas e Periódicos	270,70				102,50		**373,20**
32	Internet	1.885,72	1.814,57	2.046,56	20,00	1.685,64	3.486,41	**10.938,90**
33	Fotocópias/Encadernações	280,00	20,00	103,40		260,18	-	**663,58**
34	Assinatura de TV a Cabo	271,06	271,06	279,06	279,06	279,06	283,36	**1.662,66**
36	Correios e Telegráfos	12.982,35	7.059,25	4.284,20	7.864,45	6.620,95		**38.811,20**
37	Reembolso de Kilometragem	2.181,00	1.255,83	1.390,00	1.186,44	2.262,72	672,00	**8.947,99**
38	Estacionamento/Pedágios	258,00	246,80	464,90	150,10	391,20	279,60	**1.790,60**
39	Serviços Fotográficos - PJ	1.550,00				32,94	900,00	**2.482,94**
40	Anúncios e Publicações		1.350,00				1.501,85	**2.851,85**
41	Revisa Universidade e Sociedade	10.400,00	31.800,00		27.470,00	2.100,00	60.870,00	**132.640,00**
42	Serviços de Terceiros - Revista/Jornal	1.280,00						**1.280,00**
43	Serviços Técnico Profissional - PJ	23.140,00	18.749,00	21.800,00	17.200,00	70.942,13	1.650,00	**153.481,13**
44	Despesas em Geral			25,00	300,00	1.500,00		**1.825,00**
45	Jornal Informandes	42.000,00		43.280,00	51.930,00	42.804,00	24.440,00	**204.454,00**
46	Seguros em Geral	12,08	12,08		12,08	24,16	1.877,50	**1.937,90**
47	Serviços Terceiros - Fundos		66,66		47,62		53,34	**167,62**
48	Locações de Veículos	590,70	6.100,00		180,00	11.000,00	100,00	**17.970,70**
49	Custas e Emolumentos	269,57	873,56	1.128,51	133,49	3.904,01	213,31	**6.522,45**
50	Seminários, Congressos e Convenções				1.980,00			**1.980,00**
51	Manutenção e Reparo de Bens Imóveis - PJ		4.475,00					**4.475,00**
52	Serviços de Terceiros Diversos - PJ	7.966,80			50,00			**8.016,80**
53	Despesas Tributárias	417,76	772,75	619,79	1.481,95	16.285,53	738,44	**20.316,22**
54	Despesas Financeiras	2.494,43	1.906,22	1.053,82	2.321,85	2.465,93	10.789,30	**21.031,55**
55	Contribuições /Doações	52.722,72	49.593,77	33.885,94	54.443,69	44.449,52	60.342,65	**295.438,29**
56	Despesas c/Regionais	76.331,19	164.051,41	124.090,17	113.460,38	112.183,01	95.527,81	**685.643,97**
57	Despesas Diversas	75,04	0,50		1.230,42			**1.305,96**
	Total das Despesas	**841.610,30**	**766.663,40**	**637.979,08**	**831.016,34**	**841.574,59**	**705.797,28**	**4.624.640,99**

VI - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2013

O 57º CONAD do ANDES - Sindicato Nacional aprova a previsão orçamentária para 2013.

Receita	2013
Receita Total	**7.775.530,49**
Receita de Contribuições	7.273.630,49
Receita de aplicações financeiras	307.965,00
Outras Receitas (Contribuição Sind. não identificadas).	193.935,00

Despesas	2013
Pessoal e Encargos	1.561.770,00
Diárias de Diretores	367.500,00
Material de Consumo	173.250,00
Assessoria Jurídica Pessoa Física	36.750,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	404.775,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	390.075,00
Assessoria Contábil	94.500,00
Correios, Transportadoras e Fretes	189.000,00
Conduções e Passagens Urbanas	78.750,00
Passagens Aéreas e Terrestres	850.500,00
Hospedagem	304.500,00
Telefone	168.000,00
Energia Elétrica	47.250,00
Água e Esgoto	8.400,00
Alimentação	6.300,00
Aluguel de Bens Imóveis	162.750,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	99.750,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	12.600,00
Custas e Emolumentos	21.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	73.500,00
Digitalização dos Documentos	42.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	11.550,00
Assinaturas e Periódicos	2.625,00
Reembolso de Kilometragem	23.100,00
Xerox do Brasil	9.450,00
Estacionamentos / Pedágios	4.725,00
Revista - Universidade & Sociedade	84.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	157.500,00
INSS s/Serviços	26.250,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	68.250,00
Despesas Financeiras	42.000,00
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	378.046,56
Contribuições – Auditoria Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nacional Florestan Fernandes	24.000,00

Despesas com Regionais	892.500,00
Despesas Diversas	90.300,00
Total de despesas	**R$ 6.931.216,56**
Fundo de Reserva	**761.083,44**

VII - O CUSTEIO DA GREVE

O 57º CONAD autoriza, durante a greve das IFES, que a diretoria do Andes-SN, em havendo necessidade, a utilizar ate 30% do FNM para auxiliar a greve.

VII - RECOMENDAÇÕES

1. Que a prestação de contas de cada exercício fiscal deve apresentar para cada item o valor previsto aprovado no CONAD anterior e o valor realizado no exercício em questão. Diferenças significativas entre os valores previstos e realizados devem ser justificadas no texto de apoio.

2. Que o ANDES-SN promova reuniões da diretoria em sua totalidade para discutir dificuldades, compartilhar experiências e promover a discussão de possíveis ações para fortalecimento do trabalho das regionais junto às seções sindicais.

RELATÓRIO DO TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITO E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

I – SEGURIDADE SOCIAL

O 57º CONAD delibera:

1. Em relação à Lei nº 12.618/2012, que criou o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público – FUNPRESP:

1.1 indicar às seções sindicais que aprofundem a discussão com o conjunto da categoria sobre as consequências nefastas da implantação do FUNPRESP para os docentes a serem contratados, alertando os atuais docentes no que se refere à opção de adesão a este fundo de previdência, que, uma vez feita, será irretratável e irrevogável;

1.2 indicar a realização, no 2º semestre de 2012, do XVII Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Assuntos de Aposentadoria;

1.3 produzir, no 2º semestre de 2012, uma cartilha para informar e orientar os(as) professores(as) sobre as consequências de adesão ao FUNPRESP.

2. Em relação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH:

2.1 intensificar a luta pela rejeição, nos Conselhos Universitários, da contratação da EBSERH;

2.2 participar dos Fóruns Contra a Privatização dos Serviços Públicos nos Estados e Municípios, fortalecendo a luta contra a privatização da saúde.

3. Em relação à saúde do docente:

3.1 indicar a realização de atividades, nas seções sindicais, que aprofundem o debate sobre a saúde do trabalhador docente e posterior aplicação de instrumento construído na oficina do GTSS/A, nas seções sindicais que se dispuserem, para a realização de um estudo exploratório piloto sobre a saúde do docente, com o objetivo de definir estratégias de ação e apreensão da temática em relação à categoria, sob a orientação da Coordenação do GTSS/A e Encarregatura de Assuntos de Aposentadoria.

II - SINDICAL

1. O 57° CONAD, compreendendo a importância da construção e consolidação da CSP-Conlutas, delibera:

1.1. Que o ANDES-SN encaminhe às seções sindicais a discussão de avaliação do I Congresso da CSP-Conlutas e, a partir dessa avaliação, possa aprimorar, no 32° Congresso do ANDES-SN, as estratégias de intervenção do nosso sindicato nos diferentes espaços organizativos e deliberativos da CSP-Conlutas, na perspectiva de sua consolidação político-organizativa e efetiva democratização de seus espaços deliberativos.

1.2. Que as seções sindicais aprofundem a discussão sobre sua participação na CSP-Conlutas, no sentido de sua consolidação no âmbito estadual e local, fazendo enraizar o

processo de organização da classe trabalhadora em âmbito nacional protagonizado pela própria CSP-Conlutas e suas entidades e movimentos filiados.

1.3. Que o GTPFS discuta estratégias de enraizamento das seções sindicais do ANDES-SN na CSP-Conlutas.

2. Apoiar as ações da ADUEMS e de outras ADs no setor das estaduais contra a cobrança do imposto sindical, entendendo que situações similares à ocorrida no Mato Grosso do Sul possam estar ocorrendo em outras regiões do país.

3. Apoiar as ações da ADUEMS contra a FESERP-MS.

III – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 57º CONAD delibera:

1. Lutar pela anulação da Lei de Inovação Tecnológica

2. Lutar para que seja realizado inventário detalhado dos aproveitamentos hidráulicos e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico. Este plano, sob controle público, permitiria organizar a sequência das usinas a serem construídas, bem como, o descarte daquelas que apresentarem questões sociais e ambientais insuperáveis.

RESOLUÇÕES DO TEMA IV - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES

I - Atualização do plano de lutas do Setor das IEES/IMES

O 57º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Realizar no X Encontro das IEES e IMES um minicurso (ou seminário) que subsidie as seções sindicais do referido setor nos debates sobre a elaboração dos orçamentos estaduais e municipais e dos orçamentos das IES.

2. Que as secretarias regionais realizem encontros preparatórios para aprofundar a discussão das temáticas e encaminhamentos dos encontros anteriores;

3. Aprovar a planilha a seguir, para a realização do X Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES, com a duração de três dias, no segundo semestre, em Brasília:

Planilha de despesas do X Encontro Nacional das IEES/IMES
Segundo semestre de 2012 – Brasília/DF

SEÇÃO SINDICAL	**Trechos**	**Despesa com Deslocamento - BSB**	**Despesa com Hospedagem**	**Despesa com Diárias**
Regional Norte 1				
SIND-UEA	MAO/BSB/MAO	R$ 642,00	R$ 450,00	R$ 300,00
1 convidado da UERR	BVB/BSB/BVB	R$ 819,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Norte 2				
SINDUEPA	BEL/BSB/BSB	R$ 700,00	R$ 450,00	R$ 300,00
1convidado da UEAP	MCP/BSB/MCP	R$ 876,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Nordeste 1				
1 convidado da UEMA	SLZ/BSB/SLZ	R$ 572,00	R$ 450,00	R$ 300,00
SINDCENTEC-JN		R$ 700,00	$ 450,00	R$ 300,00
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/BSB/REC	R$ 618,00	R$ 450,00	R$ 300,00
1 Convidado das Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco	REC/BSB/REC	R$ 618,00	R$ 450,00	R$ 300,00
ADUPE	REC/BSB/REC	R$ 618,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Rio de Janeiro				
ADUEZO	RIO/BSBRIO	R$ 342,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Leste				
SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	R$ 220,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Planalto				
1 convidado da Unitins	PMW/BSB/PMW	R$ 292,00	R$ 450,00	R$ 300,00
ADUEG	GYN/BSB/GYN	R$ 275,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Fecipar –TO	Paraíso-TO	R$ 482,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Fecolinas – TO	Colinas-TO	R$ 482,00	R$ 450,00	R$ 300,00
SESDFESG	Goiatuba-Go	R$ 375,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Sul				
Aprudesc	FLN/BSB/FLN	R$ 586,00	R$ 450,00	R$ 300,00

Regional Rio Grande do Sul				
1 convidado da UERGS	POA/BSB/POA	R$ 568,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Totais		**R$ 9.185,00**	**R$ 8.850,00**	**R$ 5.400,00**
Total		**23.435,00**		

HOTEL BSB = ST. PAUL R$ 150,00 (3 diárias final de semana)
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE

II - Atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES

O 57º CONAD do ANDES-SN delibera:

A - NO ÂMBITO DOS SPF

1. Intensificar a ação na CNESF para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF.

2. Dar continuidade à Campanha 2012 dos SPF, a partir dos eixos e do calendário construídos na CNESF, e do patamar de lutas alcançado no primeiro semestre, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar integrando o Fórum das entidades de servidores públicos federais.

3. Desencadear o debate e as articulações políticas durante o segundo semestre de 2012 para preparar a Campanha conjunta dos SPF de 2013.

4. Durante o segundo semestre de 2012, prosseguir e fortalecer as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais, ampliando a experiência e as ações da jornada de lutas e do Espaço de Unidade de Ação.

B - QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E AGENDA DO SETOR

1. Intensificar a luta em torno da pauta do Setor - Campanha 2012, focando na reestruturação da carreira docente e na melhoria das condições de trabalho docente nas IFES de forma articulada entre a pauta nacional e as pautas locais.
2. Intensificar a greve dos docentes das IFE, pautada em especial pela reestruturação da carreira e por melhores condições de trabalho. Ampliar esta greve envolvendo setores e instituições que dela ainda não fazem parte. Articular ações junto às demais federais da área de educação e do serviço público federal em geral.
3. Aprofundar a discussão sobre a proposta de careira docente do ANDES-SN, nos diferentes setores das IFES, no sentido de melhor apropriação por parte da categoria e como estratégia de ampliação da mobilização política no contexto da greve.

III - Atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES

1. O 57º CONAD delibera elaborar um documento analítico sobre as condições de trabalho e as demissões em massa de docentes das IPES, com o objetivo de subsidiar a ação política do sindicato perante esta questão para o próximo período.

2. Articular ações com vistas à criação de associações docentes nas IPES.

IV – SOBRE A REALIZAÇÃO DO VI ENCONTRO INTERSETORIAL DO ANDES-SN

O 57º CONAD delibera:

1. Realizar, no segundo semestre de 2012, o VI Encontro Intersetorial do ANDES-SN, de acordo com a planilha de custos a seguir, com o objetivo de organizar ações e atividades conjuntas em defesa do ANDES-SN na luta pela valorização do trabalho docente e da educação pública.

2. Autoriza a diretoria do ANDES-SN a proceder ajustes, caso sejam necessários, na planilha do VI Encontro Intersetorial do ANDES-SN."

Seção Sindical	Nº Filiados	Trechos[2]	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Diárias
Regional Norte I					
SIND-UEA	138	Manaus	608,00	300,00	300,00
SINDUERR		Boa Vista	700,00	300,00	300,00
Regional Norte II					
ADUFRA	90	Belém	800,00	300,00	300,00
SINDUFAP	169	Macapá	930,00	300,00	300,00
SINDUEPA		Belém	800,00	300,00	300,00
SINDUFPA-MAR		Marabá	945,00	300,00	300,00
SINDUFOPA		Santarém	945,00	300,00	300,00
SINDIFAP	15	Macapá	930,00	300,00	300,00
Regional NE 1					
SINDIUVA	100	Fortaleza	700,00	300,00	300,00
ADUNIFOR	174	Fortaleza	700,00	300,00	300,00
SINDURCA	162	Juazeiro do Norte	700,00	300,00	300,00
SINDCENTEC	30	Fortaleza	700,00	300,00	300,00
SINDCEFET-PI	31	Teresina	760,00	300,00	300,00
SINDUECE	262	Fortaleza	700,00	300,00	300,00
Regional NE II					
ADUFCG-PATOS	76	Patos	680,00	300,00	300,00
ADESA-PE	37	Arco Verde	780,00	300,00	300,00
SINDFAFICA	45	Caruaru	780,00	300,00	300,00
ADUC	47	Cajazeiras	680,00	300,00	300,00
ADUFERSA	220	Mossoró	1.080,00	300,00	300,00
SINDUNIVASF	50	Petrolina	630,00	300,00	300,00
ADUPE	890	Recife	618,00	300,00	300,00
Regional NE III					
ADUCSAL	214	Salvador	594,00	300,00	300,00
APUR	101	Cruz das Almas	630,00	300,00	300,00

[2] Os trechos se referem a ida e volta para Brasília

Regional Leste					
SINDFAFEID	82	Belo Horizonte	260,00	300,00	300,00
ADUNIFAL	147	Alfenas	260,00	300,00	300,00
SINDCEFET-OP	89	Ouro Preto	260,00	300,00	300,00
ADOM	25	Teófilo Otoni	260,00	300,00	300,00
Regional Planalto					
ADCAC	173	Catalão	280,00	300,00	300,00
ADCAJ	25	Jataí	250,00	300,00	300,00
ADUEG	206	Goiânia	275,00	300,00	300,00
SESDFESG		Goiatuba	375,00	300,00	300,00
Regional Pantanal					
Adleste	21	Campo Grande	400,00	300,00	300,00
Regional RJ					
SESDUENF	189	Rio de Janeiro	400,00	300,00	300,00
ADUEZO	15	Rio de Janeiro	400,00	300,00	300,00
Regional SP					
ADAFA	87	Pirassununga	400,00	300,00	300,00
ADUNIMEP	229	Piracicaba	400,00	300,00	300,00
ADUFABC	106	São Paulo	400,00	300,00	300,00
ADEEP	52	Piracicaba	400,00	300,00	300,00
Regional Sul					
ADUNIOESTE	244	Cascavel	730,00	300,00	300,00
ADUNICENTRO	140	Guarapuava	350,00	300,00	300,00
SINDUEPG	233	Ponta Grossa	350,00	300,00	300,00
APRUDESC	211	Florianópolis	400,00	300,00	300,00
S. Sind do ANDES na UFSC	87	Florianópolis	400,00	300,00	300,00
SINDUFFS		Chapecó	2.300,00	300,00	300,00
Regional RGS					
S. Sin do ANDES na UFRGS	25	Porto Alegre	435,00	300,00	300,00
SESUNIPAMPA	111	Bagé	435,00	300,00	300,00
		Total:	**27.002,00**	**13.800,00**	**13.800,00**
		TOTAL:	**54.602,00**		

Observação: Tarifas gol voando nos dias 19 e 21 de outubro de 2012

RATEIO DE DESPESAS DO 57º CONAD

Nº	SSIND	Nº Filiados	Nº de Delegados Presentes	COTA	Transporte	Taxa Observ.	Pagar Receber (-)
	NORTE I						
1	SESDUF-RR	280	1	1.429,42	1.550,10	40,00	-80,68
2	ADUA	856	1	2.458,73	1.141,74	0,00	1.316,99
	NORTE II						
3	SINDUFAP	169	1	1.231,06	1.471,14	40,00	-200,08
4	ADUFPA	1.588	1	3.766,82	1.030,74	0,00	2.736,08
	NORDESTE 1						
5	APRUMA	1.049	1	2.803,62	417,54	0,00	2.386,08
6	ADUFPI	1.293	1	3.239,65	0,00	160,00	3.399,65
7	SINDUECE	262	1	1.397,25	500,34	0,00	896,91
8	ADCESP	358	1	1.568,81	48,00	0,00	1.520,81
	NORDESTE 2						
9	ADUFPB	2.403	1	5.223,22	1.174,14	0,00	4.049,08
10	ADFURRN/ADUERN	948	1	2.623,14	1.295,40	80,00	1.407,74
11	ADUFERPE	663	1	2.113,84	856,74	120,00	1.377,10
12	ADUFEPE	2.158	1	4.785,41	856,74	0,00	3.928,67
13	ADUFCG	732	1	2.237,14	1.177,14	120,00	1.180,00
	NORDESTE 3						
14	ADUFS-BA	553	1	1.917,27	805,14	0,00	1.112,13
15	ADUFS	1.063	1	2.828,64	773,22	0,00	2.055,42
16	ADUSB	734	1	2.240,72	807,54	40,00	1.473,18
17	ADUSC	466	1	1.761,80	816,97	80,00	1.024,83
18	ADUNEB	879	1	2.499,83	729,54	80,00	1.850,29
	LESTE						
19	ASPUV	957	1	2.639,22	667,07	40,00	2.012,15
20	ADUFES	1.563	1	3.722,14	1.180,74	40,00	2.581,40
21	APESJF	1.049	1	2.803,62	1.259,94	0,00	1.543,68
22	ADUFU	1.259	1	3.178,89	1.259,94	0,00	1.918,95
23	ADFUNREI	445	1	1.724,28	607,23	80,00	1.197,05
24	ADUFOP	538	1	1.890,47	643,25	80,00	1.327,22
25	ADUFLA	536	1	1.886,89	662,24	0,00	1.224,65
	PANTANAL						
26	ADUFMAT	1.301	1	3.253,95	1.067,34	80,00	2.266,61
27	ADUNEMAT	255	1	1.384,75	1.079,34	0,00	305,41
28	ADUEMS	332	1	1.522,34	1.135,08	40,00	427,26
	PLANALTO						
29	ADUNB	2.273	1	4.990,91	989,34	240,00	4.241,57
30	APUG	229	1	1.338,28	1.114,80	40,00	263,48
31	SESDUFT	336	1	1.529,49	1.033,80	40,00	535,69
	RIO DE JANEIRO						
32	ADUR-RJ	873	1	2.489,11	969,54	80,00	1.599,57
33	ADUNIRIO	709	1	2.196,04	969,54	40,00	1.266,50
34	ADUFF	2.458	1	5.321,51	969,54	40,00	4.391,97
35	ASDUERJ	1.215	1	3.100,27	969,54	80,00	2.210,73
	SÃO PAULO						
36	ADUNICAMP	2.129	1	4.733,58	865,14	0,00	3.868,44
37	ADUSP	2.765	1	5.870,12	1.215,54	160,00	4.814,58

	SUL						
38	APUFPR	2.932	1	6.168,54	701,94	40,00	5.506,60
39	SINDUTF-PR	896	1	2.530,21	701,94	120,00	1.948,27
	RGS						
40	APROFURG	748	1	2.265,74	1.186,02	40,00	1.119,72
41	ADUFPEL	1.253	1	3.168,17	1.138,14	0,00	2.030,03
42	SEDUFSM	1.282	1	3.219,99	1.181,19	40,00	2.078,80
		44.787	**42**	**119.054,89**	**39.020,35**	**2.080,00**	**82.114,54**

Previsão da Prestação de Contas do 57º CONAD

Nº	ITEM	Total	Previsão ANDES	Previsão ADUFPI
1	**Pessoal**			
1.1	**ANDES-SN**			
	Horas Extras	10.500,00	10.500,00	0,00
	Diárias	4.200,00	4.200,00	0,00
	Passagem Aérea	4.203,11	4.203,11	0,00
	Passagem Terrestre	270,00	270,00	0,00
	Hospedagem	4.520,00	4.520,00	0,00
	SUBTOTAL	**23.693,11**	**23.693,11**	**0,00**
1.2	**Apoio**			
	Serviço de Apoio	3.370,00	0,00	3.370,00
	Transporte/carro	1.050,00	800,00	250,00
	Táxi	78,00	0,00	78,00
	Apresentação Cultural	300,00	0,00	300,00
	Serviço de Enfermagem	0,00	0,00	480,00
	Material Médico	0,00	0,00	109,78
	Transporte/ônibus	0,00	8.140.00	0,00
	Combustível	750,00	300,00	450,00
	SUBTOTAL	**14.277,78**	**9.240,00**	**5.037,78**
2	**Imprensa e Divulgação**			
	Cartaz (impressão e despacho via correios)	0,00	0,00	0,00
	Crachas	2.100,00	2.100,00	0,00
	Banner	205,00	0,00	205,00
	Transportadora	2.915,00	2.915,00	0,00
	Informandes	2.000,00	0,00	2.000,00
	Faixas	450,00	120,00	330,00
	SUBTOTAL	**7.670,00**	**5.135,00**	**2.535,00**
3	**Infraestrutura**			
	Material de Escritório	482,37	325,27	157,10
	Material de Copa	130,00	0,00	130,00
	Material de Limpeza	0,00	0,00	0,00
	Papel A4	472,00	347,00	125,00
	Computador/ Notebook	2.200,00	0,00	2.200,00
	Aluguel Copiadora/ Impressora	2.700,00	0,00	2.700,00
	Correios	45,00	45,00	0,00
	Coffe Break	9.000,00	0,00	9.000,00
	Serviços Prestados de Filmagem	1.415,25	0,00	1.415,25
	Ornamentação	405,00	0,00	405,00
	Água Mineral	960,00	0,00	960,00
	Provedor de Internet	2.400,00	0,00	2.400,00

	Locação Kit Multimídia	3.600,00	0,00	3.600,00
	SUBTOTAL	**23.809,62**	**717,27**	**23.092,35**
4	**Material Distribuído para Delegados e Observadores**			
	Bolsas	1.875,00	1.875,00	0,00
	Camisetas	2.225,00	2.225,00	0,00
	Tonner	783,00	616,00	167,00
	Canetas	250,00	250,00	0,00
	Bloco de anotações	1.750,00	1.750,00	0,00
	SUBTOTAL	**6.883,00**	**6.716,00**	**167,00**
5	**Gastos com Comissão Organizadora**			
	Diárias	2.500,00	500,00	2000,00
	Hospedagem	452,00	452,00	0,00
	Passagens Aéreas	1.526,00	1.526,00	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	1.320,00	1.320,00	0,00
	SUBTOTAL	**5.798,00**	**3.798,00**	**2.000,00**
	TOTAL	**82.131,51**	**49.299,38**	**32.832,13**

	Total de Despesas Previstas	**82.131,51**

CADERNO DE TEXTOS

57º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional

TEMA CENTRAL: Defesa da Universidade Pública e do ANDES-SN. Autonomia
Democracia
Financiamento
Condições de Trabalho

Parnaíba/PI, 21 a 24 de junho de 2012

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior
SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF
Fone: (61) 3962-8400
Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2010-2012
Presidente: Marina Barbosa Pinto
Secretário-geral: Márcio Antônio de Oliveira
1º Tesoureiro: Hélvio Alexandre Mariano
Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

SUMÁRIO

Proposta de Cronograma e Pauta do 57º CONAD	
Proposta de Regimento do 57º CONAD	
TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 31º CONGRESSO	
Texto 1 - Movimento Docente e Conjuntura – *Diretoria do ANDES-SN*	
TEMA II: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 2 - Atualização do Caderno 2 - Diretoria do ANDES-SN	
Texto 3 - Homologação de seção sindical – *Diretoria do ANDES-SN*	
Texto 4 - Sede do 58º CONAD - *Diretoria do ANDES-SN*	
Texto 5 - Prestação de Contas do 31º CONGRESSO – *Diretoria do ANDES-SN*	
Texto 6 - Prestação de Contas do Exercício 2011 – *Diretoria do ANDES-SN*	
Texto 7 - Previsão orçamentária para 2013 – *Diretoria do ANDES-SN*	
Texto 8 – Repasse das seções sindicais - *Diretoria do ANDES-SN*	
TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 9 - Atualização do Plano de Lutas dos temas relacionados ao GTSS/A - *Diretoria do ANDES-SN*	
TEMA IV - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
Texto 10 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - *Diretoria do ANDES-SN*	
Texto 11- Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES - *Diretoria do ANDES-SN*	
Texto 12 – Imposto Sindical - *Contribuição dos professores Wilson Brum Trindade Júnior e Roseli Rocha – Diretores da ADUEMS Seção Sindical*	
Texto 13 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES - *Diretoria do ANDES-SN*	

Os Textos Resolução receberam a mesma numeração que os Textos Apoio correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, sejam utilizados como propostas de Resoluções durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA II: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR/TD 2 - Atualização do Caderno 2	
TR 3 - Homologação de seção sindical	
TR 4 - Sede do 58º CONAD	
TR 5 - Prestação de Contas do 31º CONGRESSO	
TR 6 - Prestação de Contas do Exercício 2011	
TR 7 - Previsão orçamentária para 2013	
TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 9 - Atualização do Plano de Lutas dos temas relacionados ao GTSS/A	
TEMA IV - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 10 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	
TR 11- Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES	
TR 12 – Imposto Sindical	
TR 13 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES	

Apresentação

O 57º CONAD – Conselho do ANDES - Sindicato Nacional, convocado pela Diretoria e organizado pela ADUFPI Seção Sindical, será realizado no período de 21 a 24 de junho de 2012, na cidade de Parnaíba/PI, tendo como tema "Defesa da Universidade Pública: Autonomia, Democracia, Financiamento, Condições de Trabalho".

O 57º CONAD ocorre em um momento de intensificação das mobilizações dos docentes em âmbito nacional e nos Estados por salários, por condições de trabalho, por mais recursos para as instituições de ensino superior públicas. Nessa sequência, cobra-se o exercício estrito da autonomia universitária, desrespeitada pela criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH e pelo funcionamento das Fundações ditas de apoio, atuando de forma paralela e desmerecendo a autonomia e democracia interna nessas instituições públicas.

Também, a luta pela valorização do trabalho docente e financiamento/autonomia reforça a concepção de universidade que se deseja com padrão de qualidade socialmente referenciada. Em algumas situações trata-se de estabelecer a condição primordial para que o professor tenha condições dignas de trabalhar. No caso das federais, trata-se de respeitar o esforço dos docentes na luta pela recomposição de sua carreira, que vem sendo descaracterizada há anos pela imposição de padrões mercadológicos pelo governo federal à categoria. Assim, caberá ao 57º CONAD avaliar essas mobilizações e a execução do Plano de Lutas estabelecido pelo 31º congresso.

De um modo geral, observa-se que as tarefas determinadas para o ano de 2012 vêm sendo encaminhadas a contento ou já estão programadas para o 2º semestre, o que não demanda um leque de atualização em relação às políticas.

Nas questões organizativas e financeiras estarão sendo avaliadas a Prestação de Contas de 2011 e a Previsão Orçamentária para 2013. Além disso, por delegação do 31º Congresso ao 57º CONAD, será apresentado para apreciação e deliberação o capítulo atualizado de Ciência e Tecnologia do "Caderno 2 – Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira", instrumento fundamental na luta do ANDES-SN pela Universidade e a Educação no Brasil.

Na abertura do 57º CONAD tomará posse a Diretoria eleita para o biênio 2012-2014. Termina uma gestão, outra lhe dá continuidade. Cresce o Sindicato e amplia-se o espaço para o exercício da democracia, aprofundada no debate e na reflexão coletiva, referência e garantia do cumprimento das decisões de nossas instâncias superiores.

Com esses propósitos estaremos no 57º CONAD, aprofundaremos os nossos instrumentos de luta e faremos avançar o Sindicato!

Até Parnaíba!

A Diretoria

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA E DO 57º CONAD

5ª feira (21/6)	6ª feira (22/6)	Sábado (23/6)	Domingo (24/6)
9h às 12h Credenciamento **10h às 12h** Plenária de Abertura Posse da Diretoria	**9h às 12h** Grupo Misto - Tema II	**9h às 12h** Grupo Misto - Tema IV	**9h às 12h** Plenária Tema IV
14h às 16h Plenária de Instalação **14h às 18h** Credenciamento	**15h às 18h** Grupo Misto - Tema III	**15h às 18h** Plenária Tema II	Plenária de Encerramento **15h às 17h**
18h às 20h Plenária Tema I		**19h às 22h** Plenária Tema III	

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 31° CONGRESSO.

Tema II: Questões organizativas e financeiras

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema IV: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 57º CONAD

Capítulo I
Do 57º CONAD

Art. 1º O 57º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (57º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, do Estatuto do ANDES-SN, reunir-se-á de 21 a 24 de junho de 2012, na cidade de Parnaíba/PI, organizado pela ADUFPI Seção Sindical.

Parágrafo único. O período de realização do 57º CONAD poderá ser estendido, pela Plenária de Encerramento, até o dia 25 de junho de 2012.

Art. 2º O 55º Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN (57º CONAD do ANDES-SN) tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e seus parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 57º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22, do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II
Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 57º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 31º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 31º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 31º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV – exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN nos termos do seu Estatuto;

V – examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela Diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da Diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de Seções Sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de Associações de Docentes (AD) em Seções Sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, quando houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO do ANDES-SN imediatamente subsequente.

Capítulo III
Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 57º CONAD:

I – um(a) delegado(a) de cada Seção Sindical (S.Sind) ou AD - Seção Sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II – um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais (SR) respectivas, escolhido(a) na forma deliberada por sua Assembleia Geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III – por observadores(as) de base das S.SINDs ou AD-S.SINDs e Secretarias Regionais, com direito a voz;

IV – o presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V – os demais membros em exercício na Diretoria (Art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), com direito a voz.

Parágrafo único. Os membros em exercício da Diretoria, cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional (Art. 32, V), na qualidade de delegados ou observadores de suas respectivas S.SINDs ou AD-S.SINDs.

VI - os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Diretora do 57º CONAD, com direito a voz;

VII – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e pela Comissão Diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as) do 57º CONAD, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 57º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) - comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente do 57º CONAD e registrar a respectiva substituição junto à Comissão Diretora;

b) – os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas Assembleias Gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas Assembleias Gerais dos sindicalizados via SR, devem estar credenciados(as) como observadores(as) ao 57º CONAD;

c) - quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via SR comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º A (O) Presidenta(e) do ANDES-SN preside o 57º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV
Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) ao 57º CONAD será das 9h (nove horas) às 12h (doze horas) e das 14h (quatorze horas) às 18h (dezoito horas), do dia 21 de junho de 2012, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela Plenária de Instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observadores (as) de S.Sind e AD-S.Sind. escolhidos(as) em Assembleia Geral, será exigida ata (ou extrato), e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. que os indicou.

§ 3º Para credenciamento de observadores (as) de sindicalizados(as), via SR, deve ser apresentada a ata da Assembleia Geral que os(as) indicou.

§ **4**º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes;

§ **5**º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou SR, mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na Plenária de Instalação**,** que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 57º CONAD:

I - Comissão Organizadora;

II - Comissão Diretora;

III - Grupos Mistos;

IV – Plenárias.

§ 1º As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da convocação do 57º CONAD.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 57º CONAD.

§ 3º O quórum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 57º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto. Deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quórum previsto no § 3° deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 10. A Comissão Organizadora é constituída por 2 (dois) representantes da ADUFPI Seção Sindical e por 3 (três) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 57º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura do 57º CONAD;

III – providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes do 57º CONAD, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela Plenária de Instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 57º CONAD, organizando o rateio entre as S.Sind e AD- S.Sind.;

V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 57º CONAD.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 12. A Comissão Diretora do 57º CONAD é composta pela Diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 57º CONAD;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III – elaborar a prestação de contas do 57º CONAD, para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 57º CONAD, que deverão ser constituídas por membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos do 57º CONAD, em consonância com o disposto no art. 14, deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da Comissão Diretora, cabe recurso à Plenária subsequente.

Seção IV
Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I – delegados(as) de S.Sind, de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito a voz e a voto;

II – observadores(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as),via SR, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III – diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz;

Parágrafo único. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 40 (quarenta) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por um(a) Coordenador(a), um(a) Relator(a) e um(a) Secretário(a).

§ 1º Os membros da Mesa Coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do mesmo.

§ 2º O(a) Coordenador(a) da Mesa Coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as) componentes do mesmo.

§ 3º O(a) Relator(a) e o(a) Secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art.16. Compete ao(à) Coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II – participar dos trabalhos previstos no art. 21, deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) Secretário(a) auxiliar o(a) Coordenador(a) e o(a) Relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários previstos no cronograma do 57º CONAD, observado o quórum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo,

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma nova lista de frequência.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

Art. 20. Os(as) Relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à Comissão Diretora o Relatório de seu grupo, digitado, garantidas pela Comissão Organizadora as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Excetuam-se do prazo estabelecido no *caput* deste artigo relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após as 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos relatórios dos grupos mistos será feita pelos membros da Comissão Diretora, para tal designados, e, sempre que necessário**,** em conjunto com os(as) Relatores(as) dos diversos grupos mistos.

Art. 22. Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às Plenárias do 57º CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e, sempre que necessário, por esta última em conjunto com os (as) Relatores(as).

Art. 23. A duração de cada grupo misto, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Grupo Misto Tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

II - Grupo Misto Tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Grupo Misto Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

Seção V
Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I – delegados(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados(as), e pelo Presidente do ANDES-SN, todos com direito a voz e a voto;

II – observadores(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as), via SR, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - membros das Comissões Diretora e Organizadora do 57º CONAD, com direito a voz;

IV – convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 25. Os trabalhos das Plenárias do 57º CONAD serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um(a) Presidente, um(a) Vice-Presidente, um(a) 1º(1ª) Secretário(a) e um(a) 2º(2ª) Secretário(a).

§ 1º A Comissão Diretora indica, entre os membros da Diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da Mesa Coordenadora de cada Plenária.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 57º CONAD ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

Art. 26. Compete ao(à) Presidente da Mesa Coordenadora:

I – preparar, junto com o(a) 1º (1ª) Secretário(a), a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao (à) Vice-Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) Presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) Secretário(a):

I – preparar, junto com o(a) Presidente, a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária;

III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 57° CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único No caso das plenárias de Instalação, Inicial e Encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo da sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) Secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) Secretário(a) em suas atividades

II - elaborar a ata da Plenária.

III – entregar à Comissão Organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do 57° CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada Plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I- Plenária de Abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de Instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do Tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do Tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

V - Plenária do Tema III: 3 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VI - Plenária do Tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VII - Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

§ 2º - Compete à Plenária de Instalação:

I - aprovar o Regimento e cronograma do 57º CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca dos credenciamentos ao 57º CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 57º CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no Anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à Plenária do Tema I apresentar e discutir os textos de conjuntura.

§ 4º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da Plenária anterior.

Art. 31. A verificação do quórum, no início das Plenárias do 57º CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da Seção Sindical ou AD-Seção Sindical ou Secretaria Regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da Plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI
Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do plenário ou do grupo misto, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão de todos os tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo ou Plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as).

§ 2º Somente serão apreciadas e deliberadas nas Plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes nos grupos mistos;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora ou por esta em conjunto com os Relatores, nos termos do art. 22, deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

Art. 35. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à Plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28, do Estatuto do ANDES - SN.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 57º CONAD, até as 15 (quinze horas), do dia 23 de junho de 2012, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 57º CONAD o teor das moções propostas, até as 20h (vinte horas), do dia 23 de junho de 2012.

§ 2º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38. As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39. Nos grupos mistos e nas Plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas Plenárias, somente constarão do Relatório Final aquelas apresentadas, por escrito, à Mesa Coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a Mesa Coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 57º CONAD, para divulgar o respectivo Relatório Final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso à Plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 57º CONAD do ANDES-SN.

Parnaíba/PI, 21 de junho de 2012

Atendendo ao disposto no art. 37 do Regimento do 57º CONAD, a Comissão Diretoria sugere que as moções apresentadas no 57º CONAD obedeçam ao seguinte formulário.

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s)_____
_____
_____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)
_____
_____
_____

Endereço(s) do(s) destinatário(s):
_____**Cidade** _____**Cep**.:_____

Fax: _____ **e-mail** _____

Fato Motivador da Moção:
_____
_____
_____

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 57º CONAD do ANDES-SN, realizado de 21 a 24 de junho de 2012, manifestam
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 31º Congresso.

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

No primeiro semestre de 2012, a situação internacional permanece dominada pela crise mundial, decorrente da recessão da economia mundial que se seguiu ao colapso do banco Lehman Brothers, em 2008, com suas consequências sociais e políticas incidindo, principalmente, na Europa. A dívida grega é insustentável; Itália, Espanha e mesmo a França se encontram sob a ameaça direta, no médio prazo, de afundar nas areias movediças da recessão. O círculo vicioso da austeridade que agrava a recessão e o endividamento não se interrompe, achatando a produção que não encontra mercado suficiente devido ao desemprego e aos cortes salariais.

O desespero e a revolta começam a ganhar contornos de classe, por exemplo, na greve geral na Espanha. Os círculos dirigentes do capital alemão e francês expressaram abertamente sua preocupação de que a indignação popular na Grécia se transforme numa revolução social, com consequências diretas em toda Europa. A eventual anulação da dívida, única saída, tem a sua própria lógica. Requer a adoção de medidas imediatas contra a ameaça de colapso econômico-social: a nacionalização dos bancos e os setores econômicos estratégicos, e a reorganização da economia de acordo com as necessidades sociais e não nos benefícios capitalistas. Não é o Estado capitalista, dentro dos marcos do sistema, que dará uma saída à crise que não comprometa a sobrevivência dos trabalhadores e suas famílias. Somente a classe trabalhadora pode tirar a sociedade do beco sem saída. A Europa do Sul (Grécia, Espanha, Itália) pode ser a ponte entre a primavera árabe com os trabalhadores, os desempregados e as massas empobrecidas da Europa, que já estão nas ruas e nas praças, indignadas e ultrajadas.

A crise também passou a afetar a China, com uma forte desaceleração de suas taxas de crescimento, afetando os "emergentes" (Brasil incluído) que já começam a sofrer a queda nas vendas ao gigante asiático. A possível reeleição de Obama e a vitória dos socialistas na França evidenciam o fracasso político crescente das alternativas direitistas, diante do tamanho da crise social. A esquerda radical há pouco eleitoralmente marginal obteve votações significativas na França, onde o candidato do PS venceu a situação. O capital, no seu conjunto, está sendo obrigado a uma readequação tática para evitar a transformação da crise econômico-social em profunda crise política e institucional.

Na América Latina, a crise mundial começa a desenhar fortes confrontos nacionais, como no caso da Argentina, afetada por um forte déficit comercial devido à importação crescente de energia, que levou à "nacionalização" da YPF-Repsol. A pretensão do governo argentino de seguir o modelo da Petrobras mostra os limites capitalistas desse enfrentamento, sem falar do ressarcimento que o Estado argentino deveria reclamar pelas condições fraudulentas que rodearam a entrega da YPF à Repsol, na década de 1990. A ação sobre a YPF colocou em alerta o conjunto da estrutura privada do setor petroleiro, em mãos de grandes grupos internacionais. Por outro lado, as greves na Bolívia, o impasse político na Venezuela, deixam claro que a política nacionalista de conciliação de classes está atingindo seus limites.

O Brasil e a Crise Mundial

Qual é, nesse quadro, a situação do Brasil, sexta economia do mundo (superando pela primeira vez o PIB da Inglaterra)? A balança comercial brasileira registrou, em 2011, superávit de quase US$ 30 bilhões, o maior nos últimos quatro anos, com um aumento de 47,8% (as vendas ao exterior somaram US$ 256 bilhões, um aumento de 26,8% em relação a 2010, as exportações brasileiras atingiram a marca histórica de US$ 1 bilhão por dia útil): China, Estados Unidos e alguns países da África foram os principais destinos das exportações brasileiras; aumento real do salário mínimo (com um reajuste acumulado em dez anos de 65,96%) cujo novo valor é de R$ 622. Em relação ao anterior (R$ 545), o novo valor representa um aumento nominal de 14,13% e de 9,2% reais, descontada a inflação de 2011.

No entanto, com o reajuste do mínimo, o valor diário do salário mínimo corresponde a R$ 20,73, e o valor (médio) pago pela hora de trabalho será de R$ 2,83. Isto não leva em conta o ainda volumoso trabalho "informal" ou temporário, com remuneração bem menor ainda. E R$ 2,83 (US$ 1,50, aproximadamente) por hora continua sendo um salário de miséria, entre os mais baixos do mundo. Isso sem contar as oficialmente calculadas 800 mil famílias (cinco milhões de pessoas) que vivem em condições de miséria absoluta, um número aquém da realidade, em que pese 325 mil dessas famílias estarem incluídas nos programas e benefícios sociais do governo Dilma, que afirma querer "um país de classe média que consuma e seja capaz de produzir". Os investimentos continuam estagnados, e a produção, extensiva e cada vez (percentualmente) mais primária (soja, sobretudo para o mercado chinês, minério de ferro, petróleo), está voltada ao aumento das exportações, para nichos cuja capacidade de compra está caindo com o aprofundamento da crise mundial. As importações, por sua vez, alcançaram US$ 226 bilhões, ou seja, 24,5% a mais do que o registrado no ano passado. No segundo semestre de 2011, houve queda significativa da demanda de crédito do BNDES para compra de máquinas e equipamentos, indicando queda absoluta do investimento privado, especialmente industrial.

Isso repercute diretamente no salário *médio* que, contrariamente à propaganda governamental, tem sofrido queda real nos últimos anos, pois, para um salário médio industrial de R$ 1700 ele é de R$ 1440 no setor de serviços, e de R$ 1300 no setor comercial, setores estes que avançam percentualmente no emprego total devido à "primarização" da economia brasileira. O governo Dilma, além disso, promoveu em 2012 um corte no orçamento de R$ 60 bilhões, superando os R$ 50 bilhões de 2011, visando o cumprimento da meta cheia de superávit primário, de 3,1% do PIB. Nada de requalificar os serviços públicos e oferecê-los a dezenas de milhões de brasileiros, hoje sem acesso a eles. Dilma Roussef já disse que o governo não pretende reajustar os salários dos servidores públicos, sob o argumento de que seria necessária austeridade fiscal para enfrentar a crise econômica mundial, a mesma contra a qual o Brasil estaria, supostamente, blindado. Ora, as próprias estatísticas oficiais demonstram que os gastos do governo com o pagamento de pessoal têm caído (muito) em proporção ao PIB. Os gastos com pessoal (ativo e aposentado), na conta Receita Corrente Líquida da União, caíram de 56,2% em 1995, para 33,3% em 2010. Na lei orçamentária de 2012 houve uma redução nos gastos com pessoal, proporcional ao PIB, de 4,89% em 2009 para 4,15% em 2012, uma queda de 0,75% do PIB.

Ao lado disso, os gastos com a dívida, incluindo pagamento de juros e amortizações, consumirão 22,37% do PIB em 2012, ou seja, mais do que o quíntuplo dos gastos com servidores públicos. Em 2009, esses gastos somaram 20,17% do PIB. Ou seja, há um decréscimo no gasto com pessoal (serviço público universal), e há um aumento no

pagamento dos juros. Os aumentos nos "gastos sociais" (programas focalizados, não universais), que não consomem mais que 0,5% do PIB, são financiados com uma fração pouco significativa desse 2,20% do PIB pago "a mais" aos especuladores financeiros (nacionais e internacionais). Apesar de ter aumentado a previsão da receita em mais R$ 32,1 bilhões em relação ao projeto enviado pelo governo, o orçamento 2012 não incluiu qualquer índice de reposição para os servidores públicos, mantendo apenas a previsão para cobrir as correções salariais dos acordos firmados em 2011 entre os sindicatos e o MPOG, atingindo quase 950 mil servidores públicos federais. Também não se prevê dotação para reajuste das aposentadorias e pensões do INSS. O governo tem se mantido irredutível diante da corrosão salarial dos servidores públicos. Nem mesmo os servidores do judiciário, que há dois anos lutam por reajuste salarial, tiveram suas reivindicações atendidas. O mais importante: o orçamento também manteve a previsão para o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública mobiliária, que totalizam R$ 1,014 trilhão para 2012 (mais de US$ 600 bilhões), ou seja, quase metade do orçamento total, de R$ 2,150 trilhões.

De 2006 e 2010, o grupo de construtoras com faturamento acima de R$ 1 bilhão passou de cinco para 11 empresas. Assim, ao grupo dos cinco composto por Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Delta Construções foi adicionada a OAS, Galvão Engenharia, Construcap, Mendes Júnior, ARG e Egesa. A marca principal de todas é a dependência de contratos públicos. Assim, fica mais claro quem são os grandes beneficiados dos grandes projetos das hidrelétricas na Amazônia, da Copa de 2014, da Olimpíada de 2016: as grandes empreiteiras, agora donas de grande parte dos setores considerados estratégicos, como telefonia, petróleo, química, energia, rodovias, metrô, portos e aeroportos, associados com os fundos de pensão, a partir de gigantescos recursos subsidiados do BNDES. A ilusão quanto o papel “desenvolvimentista” dos fundos de pensão é a mesma dos governos militares. A principal empresa do PAC, a Delta, que faturou em 2011 quase R$ 900 milhões com obras federais, está agora no centro de um novo esquema de corrupção, o “Deltaduto”, que inclui farto financiamento de campanhas eleitorais. Some-se a isso o escândalo do esquema Cachoeira.

É preciso ficar claro que capital “produtivo” é beneficiado com a desoneração da folha de pagamentos, através do corte de impostos, em nome dos “altos custos dos encargos da mão de obra”. Desde 1995, no entanto, as estatísticas oficiais comprovam que a produtividade do trabalho aumentou 14%, enquanto os salários se mantiveram no mesmo patamar. Em inícios de abril, Dilma anunciou um corte nas contribuições patronais de 20%, e uma isenção fiscal beneficiando quinze setores manufatureiros. O “pacote de benesses” tem, oficialmente, um custo de R$ 7,2 bilhões para a União. Os cortes no orçamento federal (só o setor de Saúde teve um corte de R$ 5,5 bi), e também nos orçamentos estaduais e municipais, já ameaçaram provocar uma crise institucional. Foi o que se evidenciou na greve salarial, em fevereiro passado, das polícias e bombeiros militares de Bahia e do Rio de Janeiro, que fazem parte da coluna vertebral do Estado e sustentam a repressão contra os movimentos de luta pela terra e, sobretudo, contra as ocupações urbanas. A reforma agrária, por outro lado, foi enterrada pelo governo Dilma, que contingenciou 70% das verbas de custeio do INCRA. Não se trata de uma medida isolada. Ao lado da queda das taxas de juros (Selic e dos bancos) e do anúncio mais programas sociais – creches – se produz um avanço na política de privatização da Saúde com o EBSERH, a privatização da previdência social com o FUNPRESP, ataques aos direitos sociais e repressão aos movimentos de resistência dos trabalhadores. Os assassinatos de lideranças dos sem-terra e de indígenas é o outro lado perverso desta realidade.

No campo educacional, o governo ignorou a campanha dos 10% do PIB para educação pública já! O relatório do deputado Angelo Vanhoni (PT-PR) acena com a meta de ampliação, em regime de colaboração, do investimento público em educação de forma a atingir no final do decênio, no mínimo, sete e meio por cento do PIB do País considerando o investimento direto e oito por cento, considerando o investimento total. Ao mesmo tempo, o Presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputado Newton Lima Neto (PT-SP), em reunião que convocou para tratar das verbas para educação, disse que o partido acompanhará a proposta do relator e defendeu a necessidade de se criar um movimento para lutar por um percentual das verbas do pré-sal para a educação.

No interior das Instituições de Ensino Superior também se faz notar cada vez mais a ação antidemocrática de algumas reitorias na repressão das lutas dos servidores e estudantes, com demissões e uma política de criminalização dos movimentos, como se pode ver na USP, na Unicamp, na UNIR (Rondônia) e no Piauí. Os docentes das instituições particulares de Ensino Superior sofrem cada vez mais com demissões em massa decorrente das fusões entre os grupos econômicos que atuam no setor. Em vários estados, por conta da precarização das condições de trabalho e achatamento salarial, também houve greve na saúde, na educação, além de movimentos de reação aos problemas causados pela preparação da infraestrutura para acomodar os grandes eventos.

Está colocada uma vasta luta pela independência de classe, pela ruptura das organizações de classe com o governo e o Estado. A desmobilização das massas, com escassas exceções, foi a tônica dominante nos últimos anos. Mas isso está, agora, mudando. Além de incorporação de numerosos dirigentes aos diversos escalões do Estado, a cooptação baseou-se no fortalecimento dos aparelhos sindicais com base nas contribuições compulsórias. Em 2010 foram R$ 84,3 milhões para as centrais sindicais: segundo o Ministério do Trabalho, as duas maiores centrais, CUT e Força Sindical, receberam R$ 27,3 milhões e R$ 23,6 milhões, respectivamente – valores que representam 80% do orçamento da Força e 60%, da CUT. Em seguida, os maiores beneficiados foram a União Geral dos Trabalhadores (UGT), com R$ 14 milhões; Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que embolsou R$ 9,9 milhões; Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), R$ 5,3 milhões; e Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), R$ 3,9 milhões. Mais do que nunca, está colocada a luta contra o Imposto Sindical e todas as taxas compulsórias do Estado, para tornar as organizações de classe independentes da burguesia e seu Estado.

A campanha salarial dos servidores públicos federais e a greve geral da educação (a maioria dos estados sequer paga o piso salarial nacional já aprovado) estão na ordem do dia. No âmbito do setor público houve deflagração de greves estaduais de professores da educação básica e superior, da área da segurança e da saúde; no contexto dos servidores públicos federais vivenciou-se o fortalecimento da Coordenação Nacional dos Servidores Públicos federais (CNESF), do FORUM das Entidades do Serviços Públicos Federais e do Espaço de Unidade de Ação, que repercutiu positivamente no lançamento da Campanha Salarial 2012, na realização da Marcha em Brasília em 28/03. Ainda nesse âmbito, particularmente, desenvolve-se a greve das IFES, em razão do não cumprimento pelo governo do acordo feito com o ANDES-SN em 2011 e, principalmente, em busca da carreira, movimento antecedido por paralisações como a da UNIFESP, desnudando a farsa do REUNI.

As greves nas grandes hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, nas obras de Belo Monte, assim como luta dos indígenas por suas terras, marcam o caminho da retomada das mobilizações. Está na hora de unificar as lutas, pelo programa de reivindicações

prementes: as lutas contra o congelamento salarial e as demissões, os movimentos contrários às hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, as obras de Belo Monte, assim como luta dos indígenas por suas terras, contra os contratos de trabalho precários, contra a privatização da previdência social, pela liberdade de organização dos trabalhadores e da juventude, reforma agrária, pelo não pagamento da usurária dívida pública, por mais recursos para a saúde, educação, transporte público e assistência social de emergência. Por jornadas de lutas unitárias nacionais, na perspectiva da greve geral.

Nessa direção, consideramos fundamental que se ampliem as diretrizes de ação do 1º Congresso da CSP Conlutas no sentido de fortalecer a Central nos Estados, na perspectiva de fazê-la crescer como núcleo polarizador das lutas pelas transformações sociais tendo à frente os setores classistas e populares. Por isto, apontamos como fundamental a necessária a ampliação do trabalho no interior da CSP-Conlutas e a necessidade desta se preparar para construir uma unidade na luta entre os setores que a compõem com os demais movimentos de resistência a política governamental em curso.

Salientamos ainda a importantíssima vitória político-jurídica obtida com a decisão do TST de assegurar o nosso registro sindical. O sindicato vê-se reconhecido legalmente o que fortalece a luta e se soma ao mais importante que é a legitimidade que lhe conferem os seus milhares de sindicalizados e inúmeras organizações sindicais e entidades sociais do Brasil.

Destacamos ainda a realização do processo eleitoral realizado democraticamente de acordo com as deliberações de nossas instâncias. Uma conquista a mais para o nosso sindicato que segue comprometido com os docentes de todo o país, com a universidade pública e gratuita e com as lutas pelas transformações em prol dos trabalhadores.

Neste processo de constante renovação, o ANDES-SN reafirma-se como representante dos docentes das instituições de ensino superior de todo o país, dispõe a continuar articulado com os trabalhadores brasileiros na perspectiva classista da construção, dia a dia, da luta pelos direitos sociais e da conquista de uma nova sociedade.

Tema II: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 2

Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO DO CADERNO 2

TEXTO APOIO

Seguindo a deliberação do 31º CONGRESSO, a diretoria do ANDES-SN apresenta, para deliberação do 57º CONAD, o Texto-Documento sobre Ciência e Tecnologia que será incluído no Caderno 2.

TR - 2

57º CONAD aprova o Texto-Documento sobre Ciência e Tecnologia para atualização do Caderno 2 – Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira

TEXTO-DOCUMENTO

5. CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O conhecimento científico e tecnológico – não obstante sua importância para a sobrevivência da humanidade e o avanço do desenvolvimento social e econômico – é apropriado por uma minoria, o que impede a socialização de seus benefícios. A tecnologia ganha cada vez mais o caráter de mercadoria, sendo tratada como pacote técnico ou meio de controle social e político. Assim, via desenvolvimento científico-tecnológico, controla-se cada vez mais o uso de recursos naturais, de recursos energéticos, a posse e distribuição da terra, a divisão e o uso do trabalho e a distribuição da renda, além de possibilitar a intervenção indevida nas prioridades da ação política.

Discutir ciência e tecnologia na perspectiva de construir uma sociedade justa e igualitária exige, por um lado, buscar novas respostas para velhas, questões tais como: o que motivaria a introdução de invenções e inovações nas relações sociais e humanas em uma economia capitalista? Qual seria o custo social de tais invenções e inovações? Não seria premente considerar os potenciais efeitos sociais da ausência de trabalho, da queda da qualidade de vida e da destruição dos ecossistemas com a adoção indiscriminada de inovações tecnológicas? Como se coloca, nesse contexto, a questão das relações universidade pública – empresa privada? Por outro lado, é preciso aprofundar o debate sobre os diferentes saberes e a racionalidade científico-tecnológica, sobre as várias formas de uso e apropriação da natureza, razão principal dos conflitos sócioambientais, sobre a negligência das políticas públicas, tanto em escala mundial como nacional.

O Andes-SN acumulou um significativo acervo crítico na matéria, produzindo textos acerca desses temas, incluindo a análise crítica da lei de inovação tecnológica, a organização de seminários sobre ciência e tecnologia na Amazônia (principal base geográfica da biodiversidade brasileira e uma das mais importantes do planeta), realização de eventos na SBPC, seminários internacionais sobre ciência e tecnologia. Nossa perspectiva é de construir, nas universidades e institutos públicos de pesquisa, uma política alternativa de ciência e tecnologia para o país.

Os avanços científicos e tecnológicos e o aumento de produtividade têm como fim principal manter ou aumentar a taxa de acumulação do capital. O produto crescente do trabalho humano torna-se propriedade do capital, elevando ainda mais o processo de alienação e apropriação de mais-valia. Consequência disso é o progressivo aumento do desemprego, a exclusão da maioria da população do acesso aos benefícios do avanço científico e tecnológico, a promoção da exaustão dos recursos naturais, a destruição dos ecossistemas e a deterioração da qualidade de vida, criando ilhas de prosperidade e consumo cercadas de miséria.

No Brasil e em toda a América Latina, diversamente dos países centrais, praticamente toda a pesquisa científica está concentrada no setor público, em especial nas universidades e institutos de pesquisa públicos. O setor privado quase não investe em ciência e tecnologia, preferindo comprar "pacotes tecnológicos" no exterior, o que contribui para a dependência financeira, científica e tecnológica do país. Nas últimas décadas, o binômio Ciência e Tecnologia (C&T) foi transformado em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) – como se inovação não fosse sempre decorrência do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico. A mudança não foi inocente: a chamada inovação foi elevada à condição de objetivo central da pesquisa científica. Essa distorção não só é utilitarista (o que já seria um forte argumento para questioná-la), mas é também o veículo por meio do qual se pretende subalternizar a universidade ao capital (o eufemismo usual é "setor produtivo"). A pesquisa passa a ter seu *valor* medido pela adaptação ao *mercado*, às necessidades do capital. O resultado desta inversão de prioridades é pouco surpreendente: uma pesquisa cada vez mais fragmentada, desqualificada – que nem mesmo os índices produtivistas conseguem ocultar – e descompromissada com as condições sociais e econômicas a que estão submetidas a maioria da população brasileira.

O Andes-SN defende que a pesquisa e seu financiamento público sejam ampliados até atingir os patamares adequados para atender as necessidades da sociedade e não os interesses do mercado e do capital.

A apropriação sem precedentes de recursos naturais é paralela à construção de uma imagem social na qual a reprodução do processo econômico é vista como independente de suas bases materiais biofísicas. O discurso hoje hegemônico vê o sistema econômico como reprodutor da dimensão material monetária independentemente da dimensão material qualitativa dos valores de uso empregados na produção. A realidade factual do vínculo material biofísico que atravessa todo o sistema de produção expõe uma contradição que indica a necessidade de demonstrar que é preciso e possível construir social e politicamente outro paradigma para orientar a produção e o consumo. Por certo, tal empreendimento é complexo, mas desafiador.

Nas últimas décadas, ciência e tecnologia vincularam-se estreita e ineditamente com a questão ambiental e com a energética. A energia transformou-se em um tema-chave no debate internacional. Se antes era possível pensar em planejamento, organização e gestão de sistemas e processos energéticos sob os auspícios de um conjunto delimitado de áreas do saber, hoje o debate do meio ambiente e, acima de tudo, a necessidade sistêmica de avaliar uma grande quantidade de processos de produção, conversão, usos finais, diversidade de fontes, requer uma visão de conjunto (ou "holística"), integrada, da energia, o que implica a contribuição de inúmeras áreas do conhecimento, para que a demanda da sociedade seja atendida com um equilíbrio das diferentes fontes primárias, e com um uso racional das mesmas, que minimize os impactos sobre o meio ambiente e a saúde.

Ciência e tecnologia constituem um dos principais vetores de produção, em um mundo onde a sujeição científico-tecnológica pode determinar a dependência econômica e a perda de soberania, além de se impor como agente que pode perenizar a pobreza e a injustiça social. Portanto, constitui um subterfúgio político e ideológico alegar a "neutralidade" da ciência e ignorar que os resultados dela decorrentes têm sido progressivamente monopolizados pelo capital e transformados em instrumentos de disputa de grupos econômicos. Mesmo na academia tem sido comum separar os docentes em "produtivos" e improdutivos, como se a docência fosse separável da pesquisa e da extensão, e em militantes e sindicalistas, o que deve ser urgentemente superado para não só discutir a ciência a serviço da sociedade, como também mudar os métodos de construção e produção do conhecimento.

O processo tecnológico, que decorre do avanço da ciência, vem produzindo demandas de caráter sociopolítico de longo prazo e estilos de desenvolvimento que quase nunca vão ao encontro de demandas coletivas e/ou de necessidades da maioria da população. Assim, conhecimento e poder estreitam, cada vez mais, uma relação íntima. A não transparência da pesquisa contradiz o caráter público que atribuímos ao saber e à cultura. É fundamental atentar para o fato de que a opção por uma determinada tecnologia não se restringe ao seu aspecto exclusivamente técnico, mas revela também a adoção de concepções relacionadas ao padrão de consumo, à força de trabalho, a níveis de investimentos e, sobretudo, ao modo de exploração dos recursos naturais e energéticos, à estruturação do sistema educacional e da pesquisa científica.

As políticas de modernização conservadora adotadas pelos governos brasileiros, que têm influenciado as decisões das agências de fomento, além de promoverem uma drástica diminuição dos recursos destinados aos programas nacionais de ciência e tecnologia, continuaram mantendo a submissão a decisões imediatistas, que contemplam preferencialmente a aquisição de pacotes tecnológicos no exterior, a abertura indiscriminada para o capital estrangeiro e a busca indiscriminada, a qualquer custo, de inovações. Some-se, ainda, que um número significativo de cientistas e tecnólogos não questiona as relações entre as suas atividades e as condições de melhoria da qualidade de vida da sociedade, contribuindo para pesquisas ou implantação de projetos de exclusivo benefício do grande capital. A rediscussão sobre os objetivos e funções da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) impõe-se como mais necessária do que nunca.

No contexto internacional, a apropriação privada do conhecimento, sustentada por meio da imposição do sistema de patentes, aumenta também a defasagem tecnológica entre países periféricos e centrais. A prevalência dessa lógica de funcionamento atua poderosamente na formação de oligopólios e reserva aos países periféricos o papel de fornecedores de matérias-primas e produtos semiacabados, transformando-os em permanentes compradores de tecnologia. A partir de 1994, os acordos viabilizados sob os auspícios da Organização Mundial de Comércio (OMC), referentes a tarifas e trocas e a direitos de propriedade intelectual, são característicos da ordem internacional. O sistema mundial de patentes é um instrumento de controle da ciência e da tecnologia pelo capital, que impede o conhecimento público e a implementação de avanços científicos, privatiza recursos naturais, especialmente nos países periféricos, e faz proliferar um número infinito de patentes inúteis, ou apenas destinadas a exercer controle de determinada área científica ou tecnológica. O novo peso adquirido no mercado mundial por alguns países que se encontravam na sua periferia ou fora dele (os chamados "emergentes") não elimina nem atenua esses problemas, ao contrário, os

acentua, acrescentando à espionagem científica e industrial a questão da "pirataria", que expressam as contradições da acumulação capitalista e da sua tendência a resolvê-las por meios ilegais, violentos e até bélicos.

No Brasil, o novo modelo de financiamento representou uma mudança da política de C&T. Os investimentos passaram a ter como prioridade a ênfase em Programas e Desenvolvimento, a maior articulação com o setor privado, a promoção de políticas industriais, a busca de imediatismos, e a avaliação dinâmica e permanente de resultados. Os fundos setoriais de apoio ao desenvolvimento tecnológico surgiram no bojo do processo de privatização e desregulamentação das atividades de infraestrutura no país. Inicialmente, seu objetivo foi o de consolidar e ampliar os investimentos em C&T, que já eram feitos por empresas públicas, especialmente nos setores de energia elétrica, telecomunicações, gás e petróleo. Com as privatizações e as desregulamentações desses setores, perdeu-se uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias. Diversos centros de pesquisa foram fechados pelas novas controladoras, em geral corporações internacionais.

Os fundos setoriais (energia, recursos hídricos, transportes, atividades espaciais, interação universidade-empresa) são formados por percentuais de faturamento de empresas privatizadas ou por contribuições pela exploração de recursos naturais. Os recursos que alimentam os fundos já são previstos e cobrados, apenas não estavam sendo aplicados em ciência e tecnologia. São recursos coletados pelas agências reguladoras (Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Agência Nacional de Petróleo - ANP, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL) e recolhidos ao Tesouro. Tal como foram concebidos, estes fundos deveriam ser considerados apenas como recursos adicionais, ainda assim articulados com uma proposta de política industrial e comercial não lesiva aos interesses da sociedade. Isso é algo muito distante das ações realizadas e anunciadas, não existindo motivo algum para justificar o açodamento de parte da comunidade científica nacional e dos reitores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no que se refere à discussão desses fundos.

A Lei de Inovação Tecnológica vigente e sua regulamentação (Lei nº 10.973, de 2/12/2004 e Decreto nº 5.563, de 11/10/2005) flexibilizam as relações entre os pesquisadores, as instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas, além de possibilitar a estas a criação de fundos de investimentos para projetos tecnológicos, regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários. Para atrair os pesquisadores, oferece condições para que estes se licenciem de suas instituições para abrirem uma empresa de base tecnológica nos termos nela definidos. O docente de universidade pública pode afastar-se de suas funções acadêmicas para constituir sua empresa de base tecnológica e utilizar as instalações e laboratórios existentes na universidade em que trabalha, sem que esta tenha qualquer participação nos projetos e programas por ele desenvolvidos. Cria ainda condições para que o docente retorne às suas funções acadêmicas, na hipótese de falência do seu empreendimento. Em suma, essa lei oferece todas as condições para que as pesquisas se transformem em mercadoria, sem vínculo com a universidade ou o interesse público. Permite também que outro espaço de caráter privado seja criado nas instituições para que estas realizem o processo de gestão da inovação, os "núcleos de inovação tecnológica". Em conjunto com as fundações de apoio de direito privado, estes acabam definindo os rumos de cada universidade, especialmente as maiores, na sua atividade de pesquisa, com efeitos nocivos no ensino e na extensão. Esses núcleos já existem em muitas universidades brasileiras, transformando-as, celeremente, em centro de produção de mercadorias e de inovação, em benefício de empresas e não do desenvolvimento da sociedade e do país.

Assim, as universidades são afetadas no que constitui sua atividade básica: a produção e socialização do conhecimento numa visão crítica e criativa. Para cumprir satisfatoriamente esta tarefa, há necessidade de pesquisa científica e tecnológica de qualidade, o que só será possível mediante não apenas um fluxo contínuo de recursos financeiros que assegurem as condições plenas de desenvolvimento das pesquisas, mas também de uma política de C&T clara e definida no sentido do interesse público e sob controle social.

A pesquisa nas universidades e nos institutos especializados, ambos públicos, continua sendo subdimensionada, incapaz de fazer frente às necessidades do desenvolvimento autônomo do país. A desativação de laboratórios, a desintegração de grupos de pesquisa, a ausência de uma política de apoio aos grupos emergentes, a evasão de cientistas para o exterior, o aumento da indução de aposentadorias de pesquisadores em plena atividade e o desestímulo da carreira científica são consequências de uma política de sucessivos governos, que deixa de apoiar de fato a pesquisa científica e tecnológica. A "política de modernização" atrelou a produção científica e tecnológica à produção industrial que, por sua vez, também tem sido subordinada a uma política de cunho neoliberal e privatista.

A partir dos anos de 1980 e 1990, ocorreu a consolidação de um projeto neoliberal que agravou drasticamente o problema das baixas remunerações imposto aos profissionais da área de C&T. Além do aviltamento das condições de trabalho e do desestímulo à incorporação de novos profissionais, o arrocho de salários tem sido um elemento por meio do qual se processa o direcionamento das atividades de pesquisa por organismos centrais do Estado e pelas empresas capitalistas. Rompe-se, na prática, com o pressuposto constitucional da autonomia universitária e estabelece-se um processo de sedução para que os profissionais da área assumam a privatização de seu trabalho, via terceirização da prestação de serviços desenvolvidos pelas fundações ditas "de apoio", deliberadamente forjadas nas IES.

Nos últimos anos, a proliferação dessas fundações nas universidades expressa mais uma forma de descaso do Estado com o desenvolvimento científico e tecnológico autônomo do país. Por meio dessa estratégia, ficam fortalecidas a ideia e a alegação de que a "máquina estatal" é burocrática, pouco ágil. Dissimula-se que os verdadeiros problemas são a escassez de investimentos públicos para o financiamento de C&T, o não exercício da autonomia universitária e certas ineficiências administrativas instaladas para gerir os recursos existentes. Contudo, não se deve ignorar o fato de que esta estratégia privatizante, na maioria das vezes, tem conseguido relativo sucesso, pois um número não pouco expressivo de docentes de universidades públicas é levado a participar ou a se utilizar das fundações ditas "de apoio", muitos deles assumindo, inclusive, a defesa dessas fundações.

A situação se agrava na medida em que, na política de incentivos vigente, os serviços de assessoria, a participação em projetos contratados por empresas e as bolsas de pesquisa para complementação salarial representam mecanismos que envolvem a subordinação dos projetos de pesquisa e dos pesquisadores aos organismos financiadores. Os critérios de seleção, considerando o "mérito" científico, as condições de infraestrutura dos laboratórios e a capacitação de equipes de pesquisadores já consolidadas, levam à canalização dos recursos para esses grupos que, por sua vez, possuem forte influência nos organismos de financiamento; exclui-se assim a ascensão de grupos emergentes de pesquisa.

Nesse contexto, é fundamental a luta conduzida pelos movimentos populares para que sejam alteradas as prioridades do país, inclusive no que se refere à sua política internacional. Caso contrário, o projeto de C&T continuará sendo dominado pelos interesses das elites nacionais e estrangeiras, a não ser que se resgatem, como princípio e premissa básica, a formulação de políticas de desenvolvimento do país, com vistas ao atendimento dos interesses e das necessidades da maioria da população, contribuindo, assim, para a melhoria de sua qualidade de vida. As relações de dominação impostas à sociedade visam a restringir o desenvolvimento autônomo do país. Diante disso, cabe ao Estado responsabilidade maior em assumir como de interesse público o financiamento em C&T, alavanca necessária à autonomia e ao desenvolvimento social.

As IES, sobretudo as públicas, têm um papel decisivo no desenvolvimento científico e tecnológico, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão, quanto na formação de pessoal qualificado por meio do ensino de graduação e de pós-graduação. O Movimento Docente tem aprovado, nos fóruns deliberativos do Andes-SN, lutar por um conjunto de princípios para C&T, visando à melhoria das condições de vida da população e à soberania do país; exigir o cumprimento, por parte dos governos federal e estaduais, dos dispositivos constitucionais e a não privatização dos espaços públicos geradores de ciência e tecnologia.

O trabalho integrado e a discussão permanente com os demais setores organizados da sociedade devem ser uma tarefa constante do Movimento Docente para defender a universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, com a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e alcançar um desenvolvimento científico e tecnológico que contribua para reverter as precárias condições de vida a que está submetida a maioria da população brasileira.

5.1 Diretrizes para a Definição de Políticas Acadêmicas de Ciência e Tecnologia

5.1.1 Desenvolvimento de projetos de C&T ligados aos interesses da sociedade e à melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de financiamento público.

5.1.2 Elaboração e execução de projetos de pesquisa sob a responsabilidade de organismos colegiados, democraticamente constituídos, a partir de diretrizes de política de pesquisa definidas autonomamente pelas universidades, em contraposição ao atrelamento a prioridades fixadas externamente por agências financiadoras, públicas ou privadas.

5.1.3 Criação, nas IES, de mecanismos transparentes para formulação, acompanhamento e avaliação dos trabalhos, de forma a garantir o fluxo contínuo de recursos financeiros para o desenvolvimento das pesquisas, de modo que a dedicação maior do pesquisador esteja centrada na execução do projeto.

5.1.4 Definição de políticas internas de C&T considerando:

5.1.4.1 valorização das características, vocações e necessidades regionais;

5.1.4.2 avaliação da produção científica e tecnológica de modo democrático, tomando por base a necessária responsabilidade social e acadêmica dessa produção;

5.1.4.3 busca da participação e do estreitamento das relações com as entidades científicas;

5.1.4.4 prioridade aos projetos coletivos de pesquisa no interior de cada IES e em pesquisas interinstitucionais;

5.1.4.5 garantia de que as informações e dados obtidos pelas pesquisas desenvolvidas com recursos públicos ou no interior das instituições públicas sejam sempre amplamente divulgados. A forma de divulgação deve ser estabelecida pela instituição e pela comunidade, não devendo estar sujeita aos interesses do órgão ou empresa financiadora;

5.1.4.6 avaliação dos impactos da introdução das novas tecnologias, estimulando o debate constante sobre a relação instituição de ensino *versus* empresas com o objetivo de pensar o público com o conjunto da sociedade.

5.1.5 Ampliação de verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, com pleno controle social e participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática desses órgãos de fomento federais e estaduais bem como, na definição de políticas, prioridades e planejamentos do setor.

5.1.6 Defesa dos fundos estatais DE pesquisa, ameaçados de privatização mediante fundações de direito privado.

5.1.7 Estímulo a pesquisas não vinculadas a demandas do mercado, mas que preencham necessidades sociais, garantindo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, referendada pelas diretrizes e metas do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira.

5.1.8 Luta pela anulação da Lei de Inovação Tecnológica.

5.1.9 Oposição às regulamentações de exploração do subsolo, à lei de telecomunicações, à lei de patentes e a outros projetos orientados para o mercado ou por interesses de multinacionais, que comprometam o desenvolvimento e a soberania do país.

5.1.10 Defesa dos direitos nacionais sobre os resultados das pesquisas oceânicas, nos limites das 200 milhas da costa brasileira.

5.1.11 Defesa dos direitos nacionais sobre os resultados das pesquisas realizadas na Amazônia; o levantamento da biodiversidade da Amazônia deve ficar reservado ao Estado brasileiro e ser submetido a controle social.

5.1.12 Inventário detalhado dos aproveitamentos hidráulicos e eólicos, com o ordenamento segundo o mérito social, ambiental e econômico. Este plano, sob controle público, permitiria organizar a sequência das usinas a serem construídas, bem como o descarte daquelas que apresentarem questões sociais e ambientais insuperáveis.

TEXTO 3

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

TR - 3

I - RATIFICAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1 - O 57º CONAD do ANDES-SN, ad referendum do 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUFF em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF Seção Sindical, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como todos os atos praticados pela ADUFF Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

2 - O 57º CONAD do ANDES-SN, ad referendum do 32º CONGRESSO, ratifica a transformação da ADUEPB em Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba – ADUEPB S.Sind, realizada no X Congresso, Curitiba, 18 a 23 de fevereiro de 1991, que, por um lapso, foi omitida da ata do Tema IV – Questões Organizativas e Financeira, bem como todos os atos praticados pela ADUEPB Seção Sindical desde 23 de fevereiro de 1991, em decorrência da sua condição de seção sindical.

TEXTO 4

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 58º CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 58º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 18h do dia 21/6/12, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 4

O 58º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da ..... Seção Sindical.

TEXTO 5

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 31º CONGRESSO

TR – 5

O 57º CONAD aprova a prestação de contas do 31º CONGRESSO.

Especificação	Previsão	Despesas realizadas ANDES-SN	Despesas realizadas Manaus
1-PESSOAL			
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)			
VT e VR pessoal	0,00	0,00	0,00
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	17.009,37	11.409,37	5.600,00
Diárias	3.600,00	3.600,00	0,00
Hora extras	24.398,41	20.898,41	3.500,00
Subtotal	**45.007,78**	**35.907,78**	**9.100,00**
2 - IMPRENSA E DIVULGAÇAO			
Arte do Folder	1.500,00	1.500,00	0,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	3.400,00	3.400,00	0,00
Cartazes Gráfica	0,00	0,00	0,00
Faixas	460,00	0,00	460,00
Convites (impressão)	0,00	0,00	0,00
Folder	300,00	0,00	300,00
Impressora para imprensa	300,00	0,00	300,00
Banner	1.810,00	0,00	1.810,00
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	5.760,00	0,00	5.760,00
Subtotal	**13.530,00**	**4.900,00**	**8.630,00**
3 – INFRAESTRUTURA			
Estrutura Física			
Cópias e Impressões	6.300,00	0,00	6.300,00
Combustível	755,00	0,00	755,00
Aluguel de Equipamentos de Informática	2.280,00	0,00	2.280,00
Suporte Técnico de Informática	1.100,00	0,00	1.100,00
Projetor Multimídia	1.040,00	0,00	1.040,00
Internet	1.980,00	0,00	1.980,00
Correio	1.846,20	1.646,20	200,00
Decoração/ Arranjos	250,00	0,00	250,00
	15.551,20	**1.646,20**	**13.905,00**
Prestação de Serviços			
Encargos sociais	770,00	0,00	770,00

Biscoitos/Lanches	8.600,00	8.400,00	200,00
Transporte Pluvial	340,00	0,00	340,00
Táxi	704,00	113,00	591,00
Som e Filmagem	5.140,00	0,00	5.140,00
Pessoa de apoio (Acadêmicos)	5.850,00	0,00	5.850,00
Coffe Break	21.850,00	21.850,00	0,00
Água/Café	11.034,00	11.034,00	0,00
Apresentação Cultural	1.000,00	0,00	1.000,00
Alimentação Apoio (Acadêmicos)	1.260,00	0,00	1.260,00
Motorista	600,00	0,00	600,00
	57.148,00	**41.397,00**	**15.751,00**
Material de Consumo			
Medicamentos farmácia	126,45	126,45	0,00
Material de Escritório e expediente	1.277,80	1.037,80	240,00
Material de Consumo	690,00	690,00	0,00
Papel A4	1.474,20	1.474,20	0,00
Toner e Cartucho de Tinta	535,00	417,00	118,00
	4.103,45	**3.745,45**	**358,00**
Material distribuído aos delegados e observadores			
Pastas/ Bolsas	2.950,00	2.950,00	0,00
Camisetas	4.450,00	4.450,00	0,00
Crachá	1.395,00	1.395,00	0,00
Canetas personalizadas	230,00	230,00	0,00
Blocos	0,00	0,00	0,00
	9.025,00	**9.025,00**	**0,00**
Subtotal	**144.365,43**	**96.621,43**	**47.744,00**
4 - COMISSÃO ORGANIZADORA			
Diárias	2.580,00	1.500,00	1.080,00
Passagens Aéreas	3.741,00	3.041,00	700,00
Hospedagem	5.357,20	1.440,00	3.917,20
Subtotal	**11.678,20**	**5.981,00**	**5.697,20**
5- DESPESA C/TRANSPORTE DE UM DELEGADO DAS S.SINDICAIS C/MENOS DE 101 SIND.			
	6.756,22	0,00	0,00
Subtotal	**6.756,22**	**0,00**	**0,00**
Total Despesas:	**162.799,85**	**102.602,43**	**53.441,20**
		156.043,63	
Margem de Segurança (10%):	**16.279,99**		
Margem utilizada	**6.756,22**		

TEXTO 6

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO 2011

TEXTO DE APOIO

A receita do exercício de 2011 atingiu o montante de R$7.699.218,76 dos quais R$6.927.267,14 foram advindos de contribuição dos sindicalizados, R$269.547,41 de aplicações financeiras e R$ 373.363,33 relativos à venda de bens patrimoniais (apartamento situado na SQN 408- Brasília/DF) do Andes-SN. As despesas atingiram R$ 7.911.699,49, gerando um resultado operacional negativo de **R$212.480,73**. Neste período, o Andes-SN adquiriu um novo imóvel em Brasília/DF (situado no SQS-102) por R$ 1.350.000,00. A diferença entre a venda do imóvel situado na SQN 408- Brasília/DF e a aquisição do novo apartamento foi de R$ 976.999,27, sendo que este valor foi pago pelo Caixa Nacional, sem recorrer a empréstimos a nenhum dos Fundos geridos pelo Sindicato Nacional. A saída deste valor do Caixa Nacional foi um dos responsáveis pelo saldo negativo.

TR - 6

O 57º CONAD aprova a prestação de contas do exercício 2011.

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2011

ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	**2011**	**2010**	***DIFERENÇA***
	R$	***R$***	**R$**
DISPONIBILIDADES			
Caixa	65,23	3.174,32	(3.109,09)
Bancos c/Movimento	190.405,72	376.421,68	186.015,96)
Bancos c/Depósitos Bloqueados	916,96	0,00	916,96
Bancos c/Aplicações Financeiras	4.425.371,55	5.589.159,90	(1.163.788,35)
Devedores por Empréstimos	103.408,13	53.298,05	50.110,08
Tributos e Contribuições a Recuperar	0,00	228,35	(228,35)
Devedores da Entidade	302.981,33	288.886,60	14.094,73
Créditos Diversos	247.060,09	182.855,84	64.204,25
Adiantamento a Funcionários	16.036,45	36.628,93	(20.592,48)
Adiantamento a Fornecedores	174.081,50	99.598,50	74.483,00
Adiantamento a Diretores - Gestão 96/98	585,26	585,26	0,00

	Adiantamento a Diretores - Gestão 98/00	2.816,23	2.816,23	0,00
	Adiantamento a Regionais	232.229,03	177.200,53	55.028,50
	Adiantamento para Eventos	0,00	10.000,00	(10.000,00)
	Total do Ativo Circulante	***5.695.957,48***	***6.820.854,19***	***(1.124.896,71)***
	ATIVO NÃO CIRCULANTE			
	DIREITOS REALIZÁVEIS			
	Depósitos Judiciais	0,00	224.019,12	(224.019,12)
	Total do Direitos Realizáveis	**0,00**	**224.019,12**	**(224.019,12)**
	IMOBILIZADO			
	Imobilizado	4.094.028,23	2.771.222,65	1.322.805,58
	(-)Depreciação	(94.437,76)	(94.437,76)	0,00
	Total do Imobilizado	**3.999.590,47**	**2.676.784,89**	**1.322.805,58**
	INTANGÍVEL			
	Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27	0,00
	(-) Amortização	(222,76)	(222,76)	0,00
	Total do Intangível	**15.635,51**	**15.635,51**	**0,00**
	Total do Ativo Não Circulante	***4.015.225,98***	***2.916.439,52***	**1.098.786,46**
	TOTAL DO ATIVO	***9.711.183,46***	***9.737.293,71***	**(26.110,25)**

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2011

PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE	***2011***	***2010***	***SALDO***
	R$	**R$**	**R$**
Fornecedores	10.191,03	2.148,25	8.042,78
Obrigações Sociais e Trabalhistas	93.369,56	27.361,04	66.008,52
Obrigações Fiscais e Tributárias	32.389,71	20.930,84	11.458,87
Credores da Entidade	22.963,53	58.200,24	(35.236,71)
Valores a Compensar	4.507,38	6.383,09	(1.875,71)
Depósitos de Diversas Origens	55.163,66	118.887,15	(63.723,49)
Credores por Empréstimo	522.439,96	0,00	522.439,96
Fundos p/Financiamento de Campanha	2.787.121,71	2.768.914,55	18.207,16
Total do Passivo Circulante	***3.528.146,54***	***3.002.825,16***	**525.321,38**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Superávit Acumulado	6.734.468,55	5.806.565,56	927.902,99
Ajustes de Exercícios Anteriores	(338.950,90)	0,00	(338.950,90)
Déficit do Período	(212.480,73)	927.902,99	(1.140.383,72)
Total do Patrimônio Líquido	***6.183.036,92***	***6.734.468,55***	**(551.431,63)**
TOTAL DO PASSIVO	***9.711.183,46***	***9.737.293,71***	**(26.110,25)**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2011 que apresenta um total de R$ 9.711.183,46 (nove milhões, setecentos e onze mil, cento e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2011

MARINA BARBOSA PINTO
Presidente
CPF: 817.396.727-04

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
CRC/DF: 013.720/O-8

ANDES - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
31 de Dezembro de 2011
DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT

RECEITAS	***2011***	***2010***	***SALDO***
	R$	**R$**	**R$**
(+) Receita Contribuições	6.927.267,14	6.572.405,22	354.861,92
(+) Outras Receitas	129.040,88	173.180,12	(44.139,24)
(+) Receitas Financeiras	269.547,41	274.331,42	(4.784,01)
(+) Receitas de Vendas de Bens Patrimoniais	373.363,33	0,00	373.363,33
Total das Receitas	**7.699.218,76**	**7.019.916,76**	**679.302,00**
DESPESAS			
(-) Despesas c/Pessoal e Encargos	1.678.347,25	1.326.523,91	351.823,34
(-) Despesas c/Diárias	399.414,08	380.850,00	18.564,08
(-) Despesas c/Material de consumo	182.289,78	160.788,38	21.501,40
(-) Despesas c/Serviços - PF	177.144,06	80.683,23	96.460,83
(-) Despesas c/Serviços - PJ	3.776.359,72	2.751.209,65	1.025.150,07
(-) Despesas Tributárias	88.497,16	63.331,57	25.165,59
(-) Despesas Financeiras	33.286,83	37.737,25	(4.450,42)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	506.868,15	367.861,72	139.006,43
(-) Despesas c/Regionais	1.056.354,31	839.476,00	216.878,31
(-) Despesas Diversas	13.138,15	83.552,06	(70.413,91)
Total das Despesas	**7.911.699,49**	**6.092.013,77**	**1.819.685,72**
(=) Superávit/Déficit do período	**(212.480,73)**	**927.902,99**	**(1.140.383,72)**

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Superávit/Déficit que apresenta no exercício em referência um déficit de R$ 212.480,73 (duzentos e doze mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e três centavos), estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2011

MARINA BARBOSA PINTO
Presidente
CPF: 817.396.727-04

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
CRC/DF: 013.720/O-8

TEXTO 7

Diretoria do ANDES-SN

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2013

TEXTO DE APOIO

Estamos prevendo para 2013 uma receita de R$ **7.692.300,00**, cerca de 5% superior à de 2011. A receita de contribuições está prevista em **R$ 7.190.400,00.** A receita de aplicações financeiras em **R$ 307.965,00**. As despesas estão orçadas em **R$ 6.931.216,56,** com **R$ 761.083,44** de Fundo de Reserva.

TR - 7

O 57º CONAD aprova a Previsão Orçamentária para 2013.

Previsão Orçamentária 2013

Receita	2013
Receita Total	**7.692.300,00**
Receita de Contribuições	7.190.400,00
Receita de aplicações financeiras	307.965,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	193.935,00

Despesas	2013
Pessoal e Encargos	1.561.770,00
Diárias de Diretores	367.500,00
Material de Consumo	173.250,00
Assessoria Jurídica Pessoa Física	36.750,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - Regionais	404.775,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica - AJN	390.075,00
Assessoria Contábil	94.500,00
Correios, Transportadoras e Fretes	189.000,00
Conduções e Passagens Urbanas	78.750,00
Passagens Aéreas e Terrestres	850.500,00
Hospedagem	304.500,00
Telefone	168.000,00
Energia Elétrica	47.250,00
Água e Esgoto	8.400,00
Alimentação	6.300,00
Aluguel de Bens Imóveis	162.750,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	99.750,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	12.600,00
Custas e Emolumentos	21.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	73.500,00
Digitalização dos Documentos	42.000,00

Locação de Equipamentos e Veículos	11.550,00
Assinaturas e Periódicos	2.625,00
Reembolso de Kilometragem	23.100,00
Xerox do Brasil	9.450,00
Estacionamentos / Pedágios	4.725,00
Revista - Universidade & Sociedade	84.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	157.500,00
INSS s/Serviços	26.250,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	68.250,00
Despesas Financeiras	42.000,00
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	378.046,56
Contribuições – Auditoria Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nacional Florestan Fernandes	24.000,00
Despesas com Regionais	892.500,00
Despesas Diversas	90.300,00
Total de despesas	**R$ 6.931.216,56**
Fundo de Reserva	**761.083,44**

TEXTO 8

Diretoria do ANDES-SN

REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS

TEXTO DE APOIO

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís – MA, 26 a 29/7/07, a Diretora está apresentando o quadro com o repasse das seções sindicais ao ANDES-SN, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

CONTRIBUIÇÃO MENSAL / ANDES-SN

CONTRIBUIÇÃO MENSAL			JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Nº	SEÇÃO SINDICAL	sindic	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL	R. MENSAL
	REGIÃO NORTE 1		VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
1	ADUA	786	8.678,30	8.678,30	8.747,70			
2	SESDUF-RR	235	3.564,02					
3	ADUNIR	304	2.161,30	2.161,30				
4	ADUFAC	502	6.742,67	6.671,83	6.667,42			
5	SIND-UEA	144	234,40	234,40	234,40			
	TOTAIS	**1.971**	**21.380,69**	**17.745,83**	**15.649,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO NORTE 2		VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
6	ADUFRA-ADFCAP	102	1.416,30	1.413,58	1.235,70	1.302,55		
7	ADUFPA	1.586	20.694,36	20.657,58	20.685,36			
8	SINDUFAP	168						
9	SINDUEPA	50						
	TOTAIS	**1.906**	**22.110,66**	**22.071,16**	**21.921,06**	**1.302,55**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO NE 1		VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)

10	APRUMA	1.029	6.730,21	6.721,92	6.778,97			
11	ADUFPI	1.287	3.825,66					
12	ADCESP	301	2.013,90	2.013,90	2.013,90			
13	SESDUFC	12						
14	ADUNIFOR	238						
15	SINDCEFET-PI	31						
16	SINDCENTEC	95						
17	SINDIUVA	121	1.561,55	1.603,53				
18	SINDUECE	232	2.288,32	2.288,32	2.290,73			
19	SINDURCA	162	1.306,59	1.391,26	1.451,49			
	TOTAIS	**3.508**	**17.726,23**	**14.018,93**	**12.535,09**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO NE 2		**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
20	ADESA-PE	40	197,37					
21	ADESB	38						
22	ADUFRRN/ADUERN	878	5.765,66	5.810,25	2.618,25			
23	ADUC	50						
24	ADUEPB	562						
25	ADUFCG	726	8.774,46	8.774,46	8.774,46			
26	ADUFCG-PATOS	78						
27	ADUFEPE	2.069	25.945,00	25.949,00	25.903,00			
28	ADUFERPE	664	10.514,75	10.544,74	10.513,17			
29	ADUFPB	2.109	17.025,98	17.025,98				
30	ADUPE	830						
31	ADURN	2.009						
32	ASDESAM	110	205,60	205,60	205,60			
33	SINDFAFICA	45						
34	SINDFAVIP	32						
35	SINDUNIVASF	50						
	TOTAIS	**10.290**	**68.428,82**	**68.310,03**	**48.014,48**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO NE 3		**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
36	ADUFAL	1.188						
37	APUB	2.731						

38	ADUNEB	922	3.288,87					
39	ADUFS-BA	521	2.317,40	2.317,40				
40	ADUFS	668	7.206,08					
41	ADUSB	720	661,00	661,00	661,00			
42	ADUCSAL	408						
43	APUNI	52						
44	SINDESP-BA	73						
45	SINDESP-Sudoeste/BA	18						
46	SINDESP-Extremo Sul/BA	45						
47	SINDFUNESA	15						
48	ADUSC	406	1.874,14					
	TOTAIS	**7.767**	**15.347,49**	**2.978,40**	**661,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO PLANALTO		**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
49	ADCAC	78						
50	ADCAJ	25	147,96	97,96	97,96	111,16	104,56	185,43
51	ADUEG	206						
52	ADUFG	1.762						
53	ADUNB	1.760	16.200,20	16.200,00	16.200,20	16.200,00		
54	ADUCB	11						
55	APUG	238	2.125,88	2.141,50	2.094,72			
56	SESDFIMES	35						
57	SESDUEG	102						
58	SESDUFT	324	2.815,05	2.147,00	2.147,00	2.147,00		
59	SINDCEFET-GO	73						
60	SINDUNICALDAS	66						
	TOTAIS	**4.680**	**21.289,09**	**20.586,46**	**20.539,88**	**18.458,16**	**104,56**	**185,43**
	REGIÃO LESTE		**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
61	ADFMTM	207						
62	ADFUNREI	375	3.324,01	3.225,39				
63	ADOM	25						
64	ADUFES	1.359	18.957,74	18.900,87	18.986,03			
65	ADUFLA	490	4.567,10	5.186,75	4.794,10	4.817,73		

66	ADUFOP	515	7.321,20	7.317,19				
67	ADUFU	1.218	14.856,03	14.997,73	15.121,13			
68	ADUNIFAL	116	249,00	249,00	249,00			
69	ADUNIFEI	242	216,45	216,45	216,45	216,45		
70	ADUNIMONTES	460	1.489,79	1.489,79	1.489,79			
71	APESJF	1.030	12.679,74	12.667,40	12.731,34			
72	ASPUV	904	15.889,00	15.946,00	15.940,00			
73	SINDICEFET-MG	406	3.848,51	4.332,02	4.324,82	4.339,59		
74	SINDICEFET-OP	89						
75	SINDFAFEID	72	338,75	333,68				
76	SINDUNIT	8						
	TOTAIS	**7.516**	**83.737,32**	**84.862,27**	**72.362,87**	**9.373,77**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO PANTANAL		**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
77	ADUFMAT	1.250	10.636,67	10.636,67	10.636,67			
78	ADUFMS	715						
79	ADUNEMAT	257	4.644,97	3.795,32	3.769,35			
80	ADUFMAT-ROO	131						
81	ADUEMS	384	1.120,52	1.120,52	1.120,52			
82	ADUFDOURADOS	150	829,57	829,57				
83	ADLESTE	18						
	TOTAIS	**2.905**	**17.231,73**	**16.382,08**	**15.526,54**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO RJ		**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
84	ASDUERJ	1.330	12.248,02	12.748,16				
85	ADUFRJ	3.201	60.681,62	60.516,23	60.351,91			
86	ADUNI-RIO	703	3.026,92	2.944,19	2.944,19			
87	ADUEZO							
88	ADCEFET-RJ	531						
89	ADUFF	2.388	39.787,48	39.934,46	40.172,88			
90	ADUR-RJ	823	12.082,84	12.082,84				
91	SESDUENF	189	1.134,00	1.134,00				
	TOTAIS	**9.165**	**128.960,88**	**129.359,88**	**103.468,98**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO SP		**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**

92	ADAFA	87						
93	ADEEP							
94	ADFATEC	383						
95	ADFMM/ADFAMEMA	237	1.261,78	1.261,78	1.261,78			
96	ADUFABC							
97	ADUFSCAR	803						
98	ADUNESP	1.558	9.477,42	9.470,24	9.467,65	9.536,90		
99	ADUNICAMP	2.091	26.393,44	26.695,43	26.644,10			
100	ADUNIFESP	602	4.011,97	3.996,61	4.033,59	4.003,59		
101	ADUNIMEP	264	1.434,80	1.434,80	1.434,80			
102	ADUSP	2.768	46.904,73	46.958,13	46.937,20	46.991,27		
	TOTAIS	**8.793**	**89.484,14**	**89.816,99**	**89.779,12**	**60.531,76**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO SUL		**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
103	ADUNICENTRO	140						
104	ADUNIOESTE	172	2.419,00					
105	APRUDESC	227						
106	APUFPR	2.780	36.744,87	36.857,71	36.958,25	36.923,11		
107	SINDUEPG	212	1.802,70	1.802,66	1.820,77			
108	SINDUTF-PR	887	16.097,52	16.097,52	12.019,12			
109	S. Sind UFSC	101						
110	SESDUEM	255	2.013,08	2.046,89	2.132,57			
	TOTAIS	**5.116**	**59.077,17**	**56.804,78**	**52.930,71**	**36.923,11**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO RGS		**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
111	S.Sind. Na UFRGS	19	126,33	126,33	126,33			
112	APROFURG	667	11.130,94	11.148,85	11.166,31			
113	ADUFPEL	1.196	15.768,58	15.824,13	15.897,71	15.986,46	16.044,02	
114	SEDUFSM	1.177	17.850,00	17.785,12				
115	SESUNIPAMPA	13						
	TOTAIS	**3.072**	**44.875,85**	**44.884,43**	**27.190,35**	**15.986,46**	**16.044,02**	**0,00**
		66.689	**589.650,07**	**567.821,24**	**480.579,60**	**142.575,81**	**16.148,58**	**185,43**

FUNDO DE SOLIDARIEDADE

F. SOLIDARIEDADE		JANEIRO		FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Nº	SEÇÃO SINDICAL	F. SOLID		F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID	F. SOLID
	REGIÃO NORTE 1	DATA	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
1	ADUA		347,13	347,13	399,91			
2	SESDUF-RR							
3	ADUNIR		179,60	179,60				
4	ADUFAC							
5	SIND-UEA		23,00	23,00	23,00	23,00		
	TOTAIS		**549,73**	**549,73**	**422,91**	**23,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO NORTE 2	DATA	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
6	ADUFRA							
7	ADUFPA		20.694,36	20.657,58	20.685,36			
8	SINDUFAP							
9	SINDUEPA							
	TOTAIS		**20.694,36**	**20.657,58**	**20.685,36**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO NE 1	DATA	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
10	APRUMA		6.730,21	6.721,92	6.778,97			
11	ADUFPI		3.825,66					
12	ADCESP		2.013,90	2.013,90	2.013,90			
13	SESDUFC							
14	ADUNIFOR							
15	SINDCEFET-PI							
16	SINDCENTEC							
17	SINDIUVA		62,68	62,47	64,14			
18	SINDUECE		91,54	91,54	91,63			
19	SINDURCA		52,26	55,65	58,05			
	TOTAIS		**12.776,25**	**8.945,48**	**9.006,69**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

	REGIÃO NE 2	DATA	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
20	ADESA-PE		7,89					
21	ADESB							
22	ADUFRRN/ADUERN		230,63	232,41				
23	ADUC							
24	ADUEPB							
25	ADUFCG		350,97	350,97	350,97			
26	ADUFCG-PATOS							
27	ADUFEPE		1.297,00	1.298,00	1.295,00			
28	ADUFERPE		420,59	421,78	420,52			
29	ADUFPB		681,04	681,04				
30	ADUPE							
31	ADURN							
32	ASDESAM							
33	SINDFAFICA							
34	SINDFAVIP							
35	SINDUNIVASF							
	TOTAIS		**2.988,12**	**2.984,20**	**2.066,49**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO NE 3	DATA	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
36	ADUFAL							
37	APUB							
38	ADUNEB		107,16					
39	ADUFS-BA		92,15	92,15				
40	ADUFS		362,55					
41	ADUSB							
42	ADUCSAL							
43	APUNI							
44	SINDESP-BA							
45	SINDESP-Sudoeste/BA							
46	SINDESP-Extremo Sul/BA							

47	SINDFUNESA							
48	ADUSC		101,50	101,50				
	TOTAIS		**663,36**	**193,65**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO PLANALTO	**DATA**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
49	ADCAC							
50	ADCAJ		5,92	3,92	3,92	4,45	4,19	7,42
51	ADUEG							
52	ADUFG							
53	ADUNB		648,00	648,00	648,00	648,00		
54	ADUCB							
55	APUG		85,04	85,66	83,79			
56	SESDFIMES							
57	SESDUEG							
58	SESDUFT					84,00		
59	SINDCEFET-GO							
60	SINDUNICALDAS							
	TOTAIS		**738,96**	**737,58**	**735,71**	**736,45**	**4,19**	**7,42**
	REGIÃO LESTE	**DATA**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
61	ADFMTM							
62	ADFUNREI		291,06	290,29				
63	ADOM							
64	ADUFES		756,03					
65	ADUFLA		182,68	207,47	191,76	192,71		
66	ADUFOP		292,86	294,85				
67	ADUFU		594,24	599,91	604,85			
68	ADUNIFAL		8,80	8,80	8,80			
69	ADUNIFEI		116,42	116,42	116,42			
70	ADUNIMONTES							
71	APESJF		507,18	506,69	509,25			
72	ASPUV		635,00	637,00	637,00			

73	SINDICEFET-MG		153,94	173,28	172,99	173,58		
74	SINDICEFET-OP							
75	SINDFAFEID		13,55	13,35				
76	SINDUNIT							
	TOTAIS		**3.551,76**	**2.848,06**	**2.241,07**	**366,29**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO PANTANAL	**DATA**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
77	ADUFMAT		412,50	412,50	412,50			
78	ADUFMS							
79	ADUNEMAT		185,80	151,81	150,77			
80	ADUFMAT-ROO							
81	ADUEMS		44,82	44,82	44,82			
82	ADUFDOURADOS		24,00	24,00				
83	ADLESTE							
	TOTAIS		**667,12**	**633,13**	**608,09**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO RJ	**DATA**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
84	ASDUERJ		489,92	509,93				
85	ADUFRJ		1.820,45	1.815,49	1.810,56			
86	ADUNI-RIO		121,07	177,25	177,25			
87	ADUEZO							
88	ADCEFET-RJ							
89	ADUFF		1.591,50	1.597,38	1.606,92			
90	ADUR-RJ		483,31	483,31				
91	SESDUENF		45,36	45,36				
	TOTAIS		**4.551,61**	**4.628,72**	**3.594,73**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO SP	**DATA**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
92	ADAFA							
93	ADEEP							
94	ADFATEC							
95	ADFMM/ ADFAMEMA		50,47	50,47	50,47			
96	ADUFABC							

97	ADUFSCAR							
98	ADUNESP		379,10	378,81	378,81	382,47		
99	ADUNICAMP		1.055,74	1.067,82	1.065,76			
100	ADUNIFESP		160,47	159,86	160,14	160,14		
101	ADUNIMEP		143,48	143,48	143,48			
102	ADUSP		1.876,16	1.878,32	1.877,48	1.879,65		
	TOTAIS		**3.665,42**	**3.678,76**	**3.676,14**	**2.422,26**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO SUL	**DATA**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
103	ADUNICENTRO							
104	ADUNIOESTE							
105	APRUDESC							
106	APUFPR		1.469,79	1.474,31	1.478,33	1.476,92		
107	SINDUEPG		90,13	90,13	91,03			
108	SINDUTF-PR		678,65	678,65	507,78			
109	S.Sind. UFSC							
110	SESDUEM		80,52	81,88	85,30			
	TOTAIS		**2.319,09**	**2.324,97**	**2.162,44**	**1.476,92**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO RGS	**DATA**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
111	Seção Sind. Na UFRGS		3,00	3,00	3,00			
112	APROFURG		445,23	445,95	446,65			
113	ADUFPEL		627,64	632,97	632,78	636,32	638,62	
114	SEDUFSM		692,60	690,00				
115	SESUNIPAMPA							
	TOTAIS		**1.768,47**	**1.771,92**	**1.082,43**	**636,32**	**638,62**	**0,00**
			54.934,25	**49.953,78**	**46.282,06**	**5.661,24**	**642,81**	**7,42**

FUNDO NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO

FNM		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Nº	SEÇÃO SINDICAL	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM	FNM
	REGIÃO NORTE 1	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
1	ADUA	213,50	213,50	215,25			
2	SESDUF-RR						
3	ADUNIR						
4	ADUFAC	127,25	126,25	126,25			
5	SIND-UEA	9,30	9,30	9,30	9,30	9,30	
	TOTAIS	**350,05**	**349,05**	**350,80**	**9,30**	**9,30**	**0,00**
	REGIÃO NORTE 2	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
6	ADUFRA-ADFCAP	22,00	22,50	21,75	22,50		
7	ADUFPA	396,75	397,00	397,00			
8	SINDUFAP						
9	SINDUEPA						
	TOTAIS	**418,75**	**419,50**	**418,75**	**22,50**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO NE 1	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)	VALOR (R$)
10	APRUMA	262,75	262,75	263,50			
11	ADUFPI	309,25					
12	ADCESP						
13	SESDUFC						
14	ADUNIFOR						
15	SINDCEFET-PI						
16	SINDCENTEC						
17	SINDIUVA	30,25	30,50	31,00			
18	SINDUECE	64,50	64,50	64,50			
19	SINDURCA	40,75	40,75	42,25			
	TOTAIS	**707,50**	**398,50**	**401,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

	REGIÃO NE 2	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
20	ADESA-PE	9,25					
21	ADESB						
22	ADUFRRN/ADUERN	236,00	237,00				
23	ADUC						
24	ADUEPB						
25	ADUFCG	181,50	181,50	181,50			
26	ADUFCG-PATOS						
27	ADUFEPE	524,00	524,00	522,50			
28	ADUFERPE	166,25	166,75	167,75			
29	ADUFPB	567,50	567,50	567,50			
30	ADUPE						
31	ADURN						
32	ASDESAM						
33	SINDFAFICA						
34	SINDFAVIP						
35	SINDUNIVASF						
	TOTAIS	**1.684,50**	**1.676,75**	**1.439,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO NE 3	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
36	ADUFAL						
37	APUB						
38	ADUNEB	148,19					
39	ADUFS-BA	130,50	130,50				
40	ADUFS	173,15					
41	ADUSB						
42	ADUCSAL						
43	APUNI						
44	SINDESP-BA						
45	SINDESP-Sudoeste/BA						

46	SINDESP-Extremo Sul/BA						
47	SINDFUNESA						
48	ADUSC	74,97	74,97				
	TOTAIS	**526,81**	**205,47**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO PLANALTO	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
49	ADCAC						
50	ADCAJ	3,00	3,00	3,00	3,00	3,25	3,50
51	ADUEG						
52	ADUFG						
53	ADUNB	520,50	520,50	520,50	520,50		
54	ADUCB						
55	APUG	57,75	57,50				
56	SESDFIMES						
57	SESDUEG						
58	SESDUFT				84,00		
59	SINDCEFET-GO						
60	SINDUNICALDAS						
	TOTAIS	**581,25**	**581,00**	**523,50**	**607,50**	**3,25**	**3,50**
	REGIÃO LESTE	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
61	ADFMTM						
62	ADFUNREI	110,75	111,25				
63	ADOM						
64	ADUFES	378,50	380,50				
65	ADUFLA	132,25	134,00	134,25	134,00		
66	ADUFOP	132,50	133,25				
67	ADUFU	303,50	306,25	309,50			
68	ADUNIFAL	28,00	28,00	28,00			
69	ADUNIFEI	60,50	60,50	60,50			
70	ADUNIMONTES						
71	APESJF	260,00	262,50	262,25			

72	ASPUV	238,75	239,50	240,25			
73	SINDICEFET-MG	116,50	116,75	116,50	116,75		
74	SINDICEFET-OP						
75	SINDFAFEID	17,50	17,25				
76	SINDUNIT						
	TOTAIS	**1.778,75**	**1.789,75**	**1.151,25**	**250,75**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO PANTANAL	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
77	ADUFMAT	681,50	681,50	681,50			
78	ADUFMS						
79	ADUNEMAT	64,50	63,25	63,25			
80	ADUFMAT-ROO						
81	ADUEMS	85,75	85,75	85,75			
82	ADUFDOURADOS	39,75	39,75	39,75			
83	ADLESTE	4,50	4,75	5,25	5,25		
	TOTAIS	**876,00**	**875,00**	**875,50**	**5,25**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO RJ	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
84	ASDUERJ	327,50	327,00				
85	ADUFRJ	805,00	803,50	800,50			
86	ADUNI-RIO	175,50	117,25	117,76			
87	ADCEFET-RJ						
88	ADUEZO						
89	ADUFF	615,00	612,50	615,75			
90	ADUR-RJ	205,75	205,75				
91	SESDUENF	47,25	47,25				
	TOTAIS	**2.176,00**	**2.113,25**	**1.534,01**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO SP	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
92	ADAFA						
93	ADEEP						
94	ADFATEC						
95	ADFMM/ ADFAMEMA						

96	ADUFABC						
97	ADUFSCAR						
98	ADUNESP	295,50	297,00	296,75	296,76		
99	ADUNICAMP	527,50	527,50	691,75			
100	ADUNIFESP	155,25	155,25	155,25	155,25		
101	ADUNIMEP	61,00	61,00	61,00			
102	ADUSP	691,75	692,50	692,25			
	TOTAIS	**1.731,00**	**1.733,25**	**1.897,00**	**452,01**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO SUL	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
103	ADUNICENTRO						
104	ADUNIOESTE						
105	APRUDESC						
106	APUFPR	714,25	714,25	713,50			
107	SINDUEPG	53,15	53,15	53,75			
108	SINDUTF-PR	306,67	306,67	230,75			
109	S.Sind. UFSC						
110	SESDUEM	69,25	70,50	74,00			
	TOTAIS	**1.143,32**	**1.144,57**	**1.072,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
	REGIÃO RGS	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**	**VALOR (R$)**
111	S. Sind na UFRGS	3,00	4,00	4,00	4,00		
112	APROFURG	187,75	187,25	187,75			
113	ADUFPEL	311,25	311,25	312,50	314,00	314,00	
114	SEDUFSM	319,25	320,00				
115	SESUNIPAMPA						
	TOTAIS	**821,25**	**822,50**	**504,25**	**318,00**	**314,00**	**0,00**
		12.795,18	**12.108,59**	**10.167,56**	**1.665,31**	**326,55**	**3,50**

ANEXO AO TEXTO 8
Seções Sindicais com ACORDOS Vigentes (Posicionamento até o mês de Abril/12)

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR	Situação
Norte1	ADUNIR	1) Foi feito um novo acordo no 30º Congresso, sobre os débitos pendentes de 1997 a 2010, totalizando R$ 34.641,39 que será dividido em 36 parcelas, de R$ 962,26. Está na 13/36 2) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R$ 6.134,84.	R$ 21.241,75 e R$ 6.134,34	OK e Pendente
	SESDUF-RR	1) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R$ 6.608,40.	R$ 6.608,40	Pendente
	ADUA	1) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R$ 35.076,37, em 7 parcelas de R$ 5.010,91, iniciando em maio/12.	R$ 35.076,37	
Norte2	SINDUFAP	1) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R$ 2.780,24.	R$ 2.780,24	Pendente
NE1	ADUNIFOR	1) No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a 3 meses de mensalidades pendentes de 2009, no valor de R$ 2.134,67, mensalidades de mar a dez/10, no valor de R$ 18.981,40 e mensalidades de jan a dez/11, no valor de R$ 22.77,68, totalizando R$ 43.893,75, dividido em 36 parcelas de R$ 1.219,27.	R$ 43.893,75	Pendente
NE2	ADUFPB	No 31º Congresso, foi feito um novo acordo referente às mensalidades pendentes de jul a dez/11, no valor de R$ 110.367,04 e acordo anterior que era: 1) R$ 45.131,13 2) R$ 145.435,55 3) R$ 30.457,55 4) R$ 3.351,28 Totalizando R$ 334.022,42, dividido em 60 parcelas de R$ 5.567,04, para março/12. Está na 2/60.	R$ 322.888,34	OK
	ADESA-PE	1) Parcelamento de débitos do período de março/06 a dez/09 no valor de R$ 7.441,91 incluindo os fundos, dividido em 43 parcelas de R$ 173, 07, sendo a primeira em fevereiro/10. Está na 24/43	R$ 3.288,23	OK
	ADUPE	1) No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a mensalidades e fundos pendentes de 2009 a 2011, no valor de R$ 102.167,00, dividido em 100 parcelas de R$ 1.021,67.	R$ 102.167,00	Pendente

	ADUFERPE	1) Parcelamento da dívida do período de junho a outubro/10 no total de R$ 48.976,00, que será dividido em 23 parcelas de R$ 2.129,39. Está na 14/23	R$ 19.164,54	OK
	ADUFCG-PATOS	1) Parcelamento da dívida referente a set/11 a fev/12, que totaliza R$ 5.310,42, dividido em 8 parcelas de R$ 663,80, que será pago juntamente com o repasse do mês.	R$ 5.310,42	Pendente
	SINDUNIVASF	1) Parcelamento das mensalidades e fundos pendentes no valor de R$ 1.098,21, que foi dividido em 8 parcelas de R$ 109,82. Está na 3/8.	R$ 768,75	Pendente
	ADUEPB	1) Foi feito um acordo no 30º Congresso, sobre o parcelamento da dívida do período de jan a dez/07, jan a dez/08, jan a dez/09 e jan a dez/10, totalizando R$ 247.121,52, que será dividido em 100 parcelas de R$ 2.417,21. 2) Pendente o Rateio do 30º Congresso, no valor de R$ 65,56.	R$ 247.121,52	Pendente
NE3	ADUCSAL	1) 30 parcelas de R$ 419,11 ref. débitos do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 - incluindo fundos 2/30 (Pagou a 2ª parcela em 23/4/09). Último pagamento dia 23/4/09.	R$ 11.316,11	Pendente
	ADUNEB	1) Parcelamento do Rateio do 56º CONAD, no valor total de R$ 1.589,54, que foi dividido em 3 parcelas de R$ 529,85	R$ 1.589,54	Pendente
	ADUSC	1) No 31º Congresso, foi feito um novo acordo, referente às mensalidades pendentes no valor de R$ 9.370,70, um acordo anterior no valor de R$ 1.791,15 e fundos pendentes no valor de R$ 1.529,10, totalizando R$ 12.686,95, dividido em 24 parcelas de R$ 528,95. Está na 3/24.	R$ 11.100,10	OK
	ADUFAL	1) Foi feito um novo acordo, referente ao anterior, repasses mensais e fundos de jan a mar/12 no valor de R$ 19.033,38, parcelas do 55º CONAD, R$ 1.717,20 e 56º CONAD, R$ 1.039,70, parcelas do acordo anterior R$ 5.712,42 e mensalidade e fundo do mês de março/12 R$ 6.400,23, totalizando R$ 33.902,83, dividido em 14 parcelas de R$ 2.421,63, começando em maio/12 e finalizando em junho/13.	R$ 33.902,83	Pendente
LESTE	ADUNIMONTES	1) 100 parcelas de R$ 232, 64, totalizando R$ 23.264,00 (Está na 7ª parcela); 2) R$ 170,01 ref. Rateio III CONGRESSO Extraordinário.	R$ 21.900,80 e R$ 170,01 R$ 22.070,81	Pendente
	SINDFAFEID	1) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R$ 1.117,09 em 10 parcelas de R$ 111,70. Está na 1/10.	R$ 1.005,39	OK
	ADFUNREI	1) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R$ 3.626,68.	R$ 3.626,68	Pendente

PLANALTO	APUG	1) Foi feito um novo acordo no 31º Congresso, de mensalidades pendentes de set a dez/11 e acordo anterior, que restavam duas parcelas no total de R$ 4.086,42, totalizando R$ 9.339,20 parcelado em 4 vezes de: 1ª parcela R$ 3.326,71 fevereiro/12 2ª parcela R$ 3.372,76 março/12 3ª parcela R$ 1.314,98 abril/12 4ª parcela R$ 1.324,98 maio/12	R$ 1.324,98	OK
	ADCAC	1) Parcelamento dos repasses em atraso referente aos meses de mar a dez/11, no valor de R$ 9.297,37, dividido em 9 parcelas de R$ 1.033,04.	R$ 9.297,37	Pendente
	ADUNB	1) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R$ 5.610,83.	R$ 5.610,83	Pendente
PANTANAL	ADUNEMAT	1) 100 parcelas de R$ 300,00. Está na 75/100.	R$ 7.764,33	OK
	ADLESTE	1)Parcelamento do Rateio do 30º Congresso no valor total de R$ 5.245,85 que foi dividido em 50 parcelas de R$ 104,91. Está na 1/50 2) Pendente Rateio do 56º CONAD, no valor de R$ 157,67.	R$ 5.140,94 e 157,67	Pendente
	ADUFDOURADOS	1) No 56º CONAD foi feito um novo acordo somando a dívida anterior de R$ 10.391,63, de mensalidades pendentes, com a nova dívida de R$ 3.382,50, no total de R$ 13.774,13, dividida em 60 parcelas de R$ 229,57. Está na 5/60	R$ 12.626,28	Pendente
SP	ADUNIMEP	1) No 56º CONAD, foi feito um novo acordo, sobre a pendência de empréstimo de R$ 6.000,00, mais o restante do acordo anterior de R$ 1.500,00 de mensalidades pendentes, no valor total de R$ 7.500,00 que foi dividido em 10 parcelas de R$ R$ 750,00. 2) Parcelamento do Rateio do 56º CONAD no valor total de R$ 1.191,49, que foi dividido em 3 parcelas de R$ 397,17.	R$ 7.500,00 e R$ 1.191,49	Pendente
	ADUNESP	1) Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 31º Congresso, no valor de R$ 2.186,09.	R$ 2.186,09	Pendente
SUL	SINDUTF-PR	1)Comprometem-se a pagar o valor de R$ 83.576,06, referente ao pagamento das mensalidades, fundos, 28º Congresso e 54º CONAD pendentes, em 20 parcelas de 4.178,80. Está na 18/20.	R$ 7.948,93	Pendente
	ADUNIOESTE	1) Foi feito um novo acordo referente a mensalidades e fundos pendentes de jan a dez/11 e jan a fev/12, e 2 (duas) parcelas, referente ao acordo anterior, no valor de R$ 3.253,92, totalizando R$ 17.819,90, que foi dividido em 36 parcelas de R$ 495,00. Está na 1/36	R$ 17.324,90	Pendente

	SESDUEM	1)Foi feito um acordo de mensalidades pendentes, que foram divididas em 6 parcelas de R$ 792,92, totalizando, R$ 4.757,52, começando a pagar em fevereiro/12. Está na 3/6.	R$ 2.381,52	OK
	S. Sind. UFSC	1) No 56º CONAD, foi feito um novo acordo comprometendo-se a pagar o valor do empréstimo de R$ 19.000,00, mais o valor de R$ 2.870,78, totalizando R$ 21.870,78, que foi dividido em 60 parcelas de R$ 364,52. 2) Rateio do 30º Congresso, no valor de R$ 2.807,70, que foi dividido em 10 parcelas de R$ 287,07.	R$ 21.870,78 e 2.807,70	Pendente

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

TEXTO 9

Diretoria do ANDES-SN

Atualização do Plano de Lutas dos temas relacionados ao GTSS/A

TEXTO DE APOIO

No período de janeiro a maio de 2012, o Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSS/A) desenvolveu várias ações com o objetivo de informar, esclarecer e mobilizar os docentes para o enfrentamento à aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) e do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP). No que se refere à pesquisa-piloto sobre saúde do docente, o GT realizou uma oficina no final de abril de 2012 com o objetivo de construir um instrumento a partir das discussões dos professores, contando com a participação de professores ligados à temática, que desenvolvem trabalhos nesta área. Devido à exiguidade do tempo, não foi possível implementar a pesquisa antes do 57º CONAD; vale ressaltar que as discussões que ocorreram nas reuniões do GT tornaram possível a construção de um instrumento de pesquisa consistente.

TR - 9

O 57º CONAD delibera:

1. Em relação à Lei nº 12.618/2012, que criou o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público – FUNPRESP:

1.1 indicar às seções sindicais que aprofundem a discussão com o conjunto da categoria sobre as consequências nefastas da implantação do FUNPRESP para os docentes a serem contratados, alertando os atuais docentes no que se refere à opção de adesão a este fundo de previdência, que, uma vez feita, será irretratável e irrevogável;

1.2 indicar a realização, no 2º semestre de 2012, do XVII Encontro Nacional do ANDES-SN sobre Assuntos de Aposentadoria.

2. Em relação à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH:

2.1 intensificar a luta pela rejeição, nos Conselhos Universitários, da contratação da EBSERH;

2.2 participar dos Fóruns Contra a Privatização dos Serviços Públicos nos Estados e Municípios, fortalecendo a luta contra a privatização da saúde.

3. Em relação à saúde do docente:

3.1 aplicar o instrumento construído na oficina do GTSS/A, nas seções sindicais que se dispuserem, para a realização de um estudo exploratório piloto sobre a saúde do docente, com o objetivo de definir estratégias de ação e apreensão da temática em relação à categoria, sob a orientação da Coordenação do GTSS/A e Encarregatura de Assuntos de Aposentadoria.

Tema IV: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

TEXTO 10

Diretoria do ANDES-SN

Atualização do plano de lutas do Setor das IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

Após o 31º Congresso do ANDES-SN, foi realizada uma reunião do setor, em Curitiba, que discutiu o Plano de Lutas correspondente aprovado no 31º Congresso e a organização do IX Encontro Nacional das IEES/IMES.

O 31º Congresso aprovou a realização, por ocasião da definição da LDO, de um dia Nacional em Defesa do Financiamento e da Autonomia das IEES/IMES. Na reunião seguinte do setor, a data indicada para a atividade foi 30 de maio de 2012, ficando sob a responsabilidade da coordenação do setor a preparação de um texto e um cartaz a serem distribuídos às seções sindicais e associações de docentes.

No IX Encontro, em Brasília, de 13 a 15/04/2012, foi apresentado pela coordenação um histórico do setor no ANDES-SN; uma mesa discutiu o financiamento das IES nos Estados e municípios, tema central do evento; critérios de utilização de 30% do Fundo Nacional de Mobilização (FNM) para as seções sindicais e associações docentes em greve, a ser levado para discussão na diretoria nacional; e os indicativos pendentes no VIII Encontro Nacional do setor, realizado em 2011 no Rio de Janeiro, sobre autonomia, democracia e financiamento das Universidades.

O IX Encontro aprovou, ainda, a necessidade de realização de um minicurso (ou seminário), durante a realização do X Encontro, para subsidiar a intervenção das seções sindicais do setor frente à elaboração dos orçamentos estaduais, municipais e dos orçamentos das IES.

O 31º Congresso também aprovou a realização do X Encontro Nacional do setor das IEES-IMES, com a duração de três dias, no segundo semestre de 2012, mas não definiu o local deste. Por este motivo, a diretoria atual indicou Brasília como local do mesmo, com data a ser definida pela próxima diretoria.

TR - 10

O 57º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Aprovar a planilha a seguir, para a realização do X Encontro Nacional do Setor das IEES-IMES, com a duração de três dias, no segundo semestre, em Brasília:

Planilha de despesas do IX Encontro Nacional das IEES/IMES
Segundo semestre de 2012 – Brasília/DF

SEÇÃO SINDICAL	**Trechos**	**Despesa com Deslocamento - BSB**	**Despesa com Hospedagem**	**Despesa com Diárias**
Regional Norte 1				
SIND-UEA	MAO/BSB/MAO	R$ 642,00	R$ 450,00	R$ 300,00
1 convidado da UERR	BVB/BSB/BVB	R$ 819,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Norte 2				
SINDUEPA	BEL/BSB/BSB	R$ 700,00	R$ 450,00	R$ 300,00
1convidado da UEAP	MCP/BSB/MCP	R$ 876,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Nordeste 1				
1 convidado da UEMA	SLZ/BSB/SLZ	R$ 572,00	R$ 450,00	R$ 300,00
SINDCENTEC-JN				
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/BSB/REC	R$ 618,00	R$ 450,00	R$ 300,00
1 Convidado das Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco	REC/BSB/REC	R$ 618,00	R$ 450,00	R$ 300,00
ADUEPB	CPV/BSB/CPV	R$ 1.018,00	R$ 450,00	R$ 300,00
ADUPE	REC/BSB/REC	R$ 618,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Rio de Janeiro				
ADUEZO	RIO/BSBRIO	R$ 342,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Leste				
SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	R$ 220,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Planalto				
1 convidado da Unitins	PMW/BSB/PMW	R$ 292,00	R$ 450,00	R$ 300,00
ADUEG	GYN/BSB/GYN	R$ 275,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Fecipar –TO	Paraíso-TO	R$ 482,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Fecolinas – TO	Colinas-TO	R$ 482,00	R$ 450,00	R$ 300,00
SESDFESG	Goiatuba-Go	R$ 375,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Sul				
Aprudesc	FLN/BSB/FLN	R$ 586,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Rio Grande do Sul				
1 convidado da ADUERGS	POA/BSB/POA	R$ 568,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Totais		**R$ 9.503,00**	**R$ 8.550,00**	**R$ 5.400,00**
Total:				

HOTEL BSB = ST. PAUL R$ 150,00 (3 diárias final de semana)
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE

2. Que as secretarias regionais realizem encontros preparatórios para aprofundar a discussão das temáticas e encaminhamentos dos encontros anteriores;

3. Realizar no X Encontro das IEES e IMES um minicurso (ou seminário) que subsidie às seções sindicais do referido setor nos debates sobre a elaboração dos orçamentos estaduais e municipais e dos orçamentos das IES.

TEXTO 11

Diretoria do ANDES-SN

Atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES

TEXTO DE APOIO

O Plano de Lutas do Setor das Federais, aprovado no 31º Congresso do ANDES-SN, definiu ações que articulavam as lutas específicas da categoria com a luta conjunta dos demais SPF.

Nesse sentido, as ações do ANDES-SN no primeiro semestre de 2012, se constituíram numa continuidade de embates para enfrentar a contrarreforma do Estado brasileiro, que dentro da lógica gerencial, procura impor, enquanto gestão, o modelo empresarial.

As consequências dessa política se tornam, a cada medida governamental, mais prejudiciais para sociedade, pois que danosas ao serviço público de qualidade: retração das políticas universais; preponderância do favorecimento do setor privado na ação do Estado; criação do Fundo de Pensão dos Servidores Públicos Federais (FUNPRESP) ; produtivismo como ordenador das carreiras dos diferentes segmentos dos servidores; implantação de modelos diferenciados de gestão (EBSERH/OS/Fundações) com verticalização autoritária de comando; precarização de condições de trabalho; redução dos direitos previdenciários, dentre outros.
Após a derrota imposta pelo governo às entidades dos servidores públicos em agosto de 2011, quando rompeu as negociações e impôs o congelamento total dos salários, os SPFs, após um período de desmobilização (2º semestre de 2011), começam, em meados do 1º semestre de 2012, a se mobilizarem e a demonstrar disposição para os enfrentamentos de forma unificada. Reunidos em fóruns de unidade na luta, conseguiram, por meio de marchas e atos públicos, quebrar a posição inicial do governo avesso a qualquer tipo de interlocução e a reconstituir uma mesa de negociações.

Apesar dessa disposição de luta dos servidores, o governo mantém irredutível em seu propósito estratégico de política salarial geral: reajuste zero para o ano de 2012, como já tinha feito em 2011, mantendo a redução do processo negocial às mesas específicas das categorias, separadamente, para discutir correções de distorções nas carreiras, mas somente para algumas categorias.

O crescimento da mobilização e da unidade entre as 32 entidades dos SPF, que se juntaram nessa luta foi a resposta dos servidores ao descaso e autoritarismo do governo que segue há dois anos com os salários arrochados, sem recomposição inflacionária e muito menos aumento real. A partir da intensificação do trabalho na CNESF, por parte de algumas entidades, em especial o ANDES-SN, foi possível retomar as articulações e, na reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF) realizada no dia 02 de maio, foi indicada a construção de uma greve geral do serviço público, com paralisação por tempo indeterminado a partir de 11 de junho, caso o governo não atenda à pauta unificada de reivindicação dos SPF.

Quando da elaboração deste texto, vários processos de mobilização já estavam em curso, como a paralisação de 48 horas entre os servidores das Universidades (9 e 10 de maio), 24 horas no judiciário federal (9 de maio), e indicativo de greve por tempo

indeterminado indicado pelo Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do ANDES-SN, a partir do dia 17 de maio.

Para ampliar a mobilização e fortalecer o movimento com o objetivo da deflagração da greve nacional, as entidades nacionais deliberaram pela reativação os fóruns estaduais, buscando consolidar a unidade de ações nos estados. As etapas a serem seguidas pelo movimento ficaram assim definidas:

16 de maio – Proposta de reunião com a SRT/MP para reapresentação da pauta;

17 de maio – Dia nacional de lutas com manifestações nos estados;

30 de maio – Prazo para o governo atender as reivindicações;

05 de junho – Caravanas à Brasília e Plenária Nacional Unificada dos Servidores Públicos;

11 de junho - Data indicativa para a greve geral no setor público federal, caso não haja atendimento das reivindicações.

A conclusão e que o plano de luta definido no 31º Congresso no âmbito dos SPF (transcrito a seguir*) vem sendo rigorosamente implementado, com algumas derrotas, que exigem dos servidores, a cada momento, um maior grau de unidade na luta e muita mobilização.

**1. Intensificar a ação na CNESF, para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF.*

2. Propor a implementação da Campanha 2012 dos SPF, a partir de eixos e calendário construídos na CNESF, de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar integrando o Fórum das entidades de servidores públicos federais.

3. Propor para as demais entidades os seguintes eixos para a Campanha 2012:

3.1 Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.

3.2 Implementação de negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito. Exigir a efetivação de processo de negociação, a partir da CNESF, para colocar em prática as determinações da convenção 151 da OIT.

3.3 Exclusão de dispositivos antidemocráticos da LDO/LOA, como o artigo 78 da LDO/2011, que visam obstruir a negociação com os servidores públicos sobre os seus direitos.

3.4 Retirada de Propostas de Emendas Constitucionais (PEC), Projetos de Lei (PL), Medidas Provisórias (MP) e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PL 549/09 – congelamento dos salários por dez anos, PL 248/98 – demissão dos servidores público por "insuficiência de desempenho", PL 92/07 – cria a fundação estatal de direito privado, PL 1992/07 – transfere a aposentadoria dos servidores públicos para os fundos de pensão, PL 79/11 – cria a empresa para gerir os hospitais universitários, PEC 369 – restringe o direito à organização dos trabalhadores e o direito de greve, entre outros).

3.5 Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos.

3.6 Paridade entre Ativos, Aposentados e Pensionistas.

3.7 Definição de data-base (1º de Maio).

3.8 Política Salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário-base e incorporação das gratificações.

4. Dar prosseguimento às ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais, ampliando a experiência da jornada de lutas realizada em 2011.

5. Estabelecer calendário unificado de lutas, de comum acordo com as demais entidades de servidores públicos federais. Propor que a campanha 2012 dos SPF seja lançada nacionalmente na primeira semana de março.

Articulação entre a Campanha nacional e as pautas locais

Uma das estratégias de luta definida pelo setor foi a elaboração de pautas locais como forma de enfrentar as consequências da expansão das IFE promovida pelo governo

Nesse sentido, no primeiro semestre de 2012 o setor desenvolveu estratégia de ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada no 31º Congresso e a construção de pautas locais pelas Seções Sindicais para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE. Essa estratégia com ênfase temática e com a intensidade das ações fez com que, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas, a mobilização da base crescesse de forma acentuada.

A luta pela Carreira Docente das IFE

A interlocução com o governo que começou em agosto de 2010 e teve sempre a iniciativa do movimento docente que nas reuniões com o MP/MEC apresentou posições e propostas produzidas na medida em que o debate na base foi também avançando.

Na negociação pela reestruturação da carreira, o movimento docente reafirma o eixo da carreira única, conforme aprovada no 30º Congresso do ANDES-SN, sem deslocamento do EBTT, e estabelecendo interlocução com o SINASEFE.

Depois de constatado que não seria possível incluir, nesse momento das negociações da pauta específica docente, a mudança do número de níveis da carreira, nem para menos, como queria o movimento, nem para mais, como queria o governo, a reunião do Setor das IFES decidiu flexibilizar a contraproposta de acordo emergencial, mantendo todos os itens, mas reduzindo o interstício entre os níveis de 5% para 3%, considerando os atuais 17 níveis. Esta posição foi aprovada pelo 56º CONAD, mas antes mesmo de ser levada ao governo, no espaço mais geral de interlocução, aquele conjunto com os demais servidores, o governo rejeitava qualquer hipótese de índice de reajuste ao funcionalismo em 2011 e 2012.

Durante o primeiro semestre de 2012, o setor das IFES entrou na luta pela aprovação, com urgência, do Projeto de Lei que deverá criar novos cargos de docentes e técnico-administrativos e desenvolveu, em conjunto com as demais entidades dos SPF, campanha contra o dispositivo da LDO que limita o prazo para entrada no Congresso Nacional de projetos sobre interesses dos servidores e contra a introdução da seção XXIV no PL 2203, que pretendo alterar o artigo do RJU sobre insalubridade/periculosidade.

O 31º Congresso do ANDES-SN reforçou a continuidade da estratégia de lutas que vinha sendo implementada pelo Setor na pauta específica. Porém, enquanto o movimento docente ainda estava envolvido com o congresso, o falecimento do secretário da SRT/Mpog, Duvanier Paiva, e a demora do governo para resolver politicamente a vacância, levou ao retardamento dos processos de negociação. Todas as

reuniões pré-agendadas foram canceladas, o prazo de 31 de março não foi cumprido. A posse do novo secretário da SRT/Mpog, Sérgio Mendonça, em nada alterou o quadro, ao contrário, a expressão do governo manteve a dureza perante as reivindicações do funcionalismo público.

No momento da elaboração desse texto, o Projeto de Lei que trata da criação de novos cargos para as IFES ainda permanece tramitando no Congresso Nacional e o PL 2203 que traz na sua sessão XVIII o conteúdo do acordo 04 foi transformado em uma Medida Provisória, como resposta do governo à indignação da categoria com as protelações do governo, que levaram a reunião do Setor, ocorrida nos dias 21 e 22 de abril, propor às assembleias gerais o indicativo de greve nacional por tempo indeterminado dos docentes das IFES a partir do dia 17 de maio.

Avaliação Política do trabalho

A lógica das ações implementadas pelo Setor das IFES nesta gestão conseguiu reverter, em parte, o descenso na participação das seções sindicais e no protagonismo da base.

Os dirigentes das seções sindicais responderam positivamente ao chamamento da diretoria/coordenação do setor assumindo o seu papel e mantendo esforço permanente na elaboração de propostas, submetendo suas avaliações e posições ao debate das instâncias coletivas, elaborando materiais de divulgação e apresentando prontamente relatórios e informes sobre todas as atividades e temas. Porém, este sentido deve ser ampliado e aprofundado para atingir o conjunto das seções sindicais, especialmente porque é exatamente no Setor das IFES que temos enfrentado a ação desmobilizadora produzida por entidade paralela.

A necessidade política aponta, até o momento, que o Sindicato Nacional deve manter a linha desenvolvida até aqui para organização e mobilização do setor e estar presente na negociação, mantendo sua postura de iniciativa política, dando visibilidade ao que ocorre e também às suas ações e propostas.

Considerando o caminho percorrido até aqui, e o que ainda está por ser atravessado, visto que o processo está em plena transição nesse momento, no que diz respeito às conversações com o governo, articulação com outras entidades e, especialmente ao indicativo de greve em construção na Campanha 2012, não é possível prever quais os encaminhamentos e pendências.

Vale ressaltar que os TRs apresentados estarão sujeitos a atualizações ainda neste 57º CONAD em função dos desdobramentos dos acontecimentos que estão em curso, o que justifica a sua generalidade neste momento.

TR - 11

O 57º CONAD do ANDES-SN delibera:

A - NO ÂMBITO DOS SPF

1. Intensificar a ação na CNESF, para fortalecê-la como espaço organizativo de luta dos SPF.

2. Dar continuidade à Campanha 2012 dos SPF, a partir de eixos e do calendário construídos na CNESF, a partir do patamar de lutas alcançado no primeiro semestre de forma articulada com outras entidades dos servidores públicos federais que se disponham a lutar integrando o Fórum das entidades de servidores públicos federais.

3. Desencadear o debate e as articulações políticas durante o segundo semestre de 2012 para preparar a Campanha conjunta dos SPF de 2012.

4. Durante o segundo semestre de 2012 prosseguir e fortalecer às ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais, ampliando a experiência e as ações da jornada de lutas e do Espaço de Unidade de Ação.

B - QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E AGENDA DO SETOR

1. Intensificar a luta em torno da pauta do Setor - Campanha 2012, focando na reestruturação da Carreira Docente e na melhoria das condições de trabalho docente nas IFES de forma articulada entre a pauta nacional e as pautas locais.
2. Definir cronograma de ações.

TEXTO 12

Contribuição dos professores Wilson Brum Trindade Júnior e Roseli Rocha – Diretores da ADUEMS Seção Sindical

IMPOSTO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A contribuição sindical compulsória é descontada das folhas de pagamento dos servidores públicos estadual, depositada na Caixa Econômica Federal (CEF) e, por meio de guia expedida pela Caixa, é feito o rateio do montante depositado. Para que uma entidade sindical receba sua parcela é fundamental que ela tenha um código sindical, ou seja, um número fornecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que autoriza a abertura e a manutenção da conta bancária sindical.

Segundo o artigo 589 da LEI Nº 6.386, de 09 de dezembro de 1976, da importância arrecadada são feitos os seguintes créditos pela CEF:

I - 5% (cinco por cento) para a confederação correspondente;

II - 15% (quinze por cento) para a federação;

III - 60% (sessenta por cento) para o sindicato respectivo;

IV - 20% (vinte por cento) para a "Conta Especial Emprego e Salário".

Desde 2011 o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul passou a efetuar os descontos da contribuição sindical compulsória nas folhas de pagamentos de todos os servidores públicos estaduais, observando as recentes decisões do STF e MTE no sentido de efetuar tais recolhimentos.

Na Secretária de Administração do Mato Grosso do Sul, tomou-se conhecimento de que seria impossível efetuar este depósito na Conta Sindical do ANDES - SN, pois o seu código sindical encontrava-se suspenso por falta de atualização cadastral. E após um acordo judicial feito entre Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e outras entidades sindicais, o valor devido à ADUEMS (seção sindical do ANDES – SN) foi repassado, em sua integralidade, a FESERP-MS (Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado de Mato Grosso do Sul), federação na qual o ANDES - SN não se encontra filiado.

Em 12 de abril de 2012 o ANDES – SN solicitou administrativamente ao MTE o código sindical para abertura da conta bancaria sindical na CEF com a finalidade de receber o repasse de 60% do referido imposto, que posteriormente será devolvido a ADUEMS.

Verificou-se, no entanto, que o atraso na obtenção deste código pelo MTE tem sido atribuído à ausência de Ministro na pasta, o que neste momento foi resolvido, visto que o novo Ministro do Trabalho e Emprego foi empossado recentemente.

TR - 12

O 57º CONAD delibera que o ANDES-SN:

1. apoie as ações da ADUEMS e outras ADs do setor das Estaduais contra a cobrança sindical, entendendo que essa arrecadação pode ser estendida a outros sindicatos em âmbito nacional;

2. apoie as ações da ADUEMS contra a FESERP-MS;

3. se comprometa a buscar junto ao MTE o código sindical.

TEXTO 13

Diretoria do ANDES-SN

Atualização do Plano de Lutas do Setor das IPES

TEXTO DE APOIO

Cumprindo deliberação do 31° Congresso do ANDES-SN, o Setor das IPES reuniu-se em março de 2012 e discutiu: a implementação das pautas de reivindicações das seções sindicais nas IPES de acordo com as Diretrizes aprovadas no referido Congresso, o enfrentamento das questões relativas à fusão dos grandes grupos econômicos e as consequentes demissões e perseguições de docentes no interior das IPES. Deu-se continuidade, ainda, à análise dos dados preliminares coletados na pesquisa do DIEESE sobre o perfil dos docentes do setor, apontando-se a necessidade da ampliação e aprofundamento desta ação.

TR - 13

A partir das discussões havidas, o 57º CONAD delibera priorizar a elaboração de um documento analítico sobre as condições de trabalho e as demissões em massa de docentes das IPES, com o objetivo de subsidiar a ação política do sindicato perante esta questão para o próximo período.

ANEXO AO CADERNO

DE TEXTOS

57º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional

TEMA CENTRAL: Defesa da Universidade Pública e do ANDES-SN. Autonomia
Democracia
Financiamento
Condições de Trabalho

Parnaíba/PI, 21 a 24 de junho de 2012

SINDICATO
ANDES
NACIONAL

Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior
SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF
Fone: (61) 3962-8400
Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2010-2012
Presidente: Marina Barbosa Pinto
Secretário-geral: Márcio Antônio de Oliveira
1º Tesoureiro: Hélvio Alexandre Mariano
Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Luiz Henrique Schuch

SUMÁRIO

TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 14 – Sobre o I Congresso da CSP-Conlutas – *Contribuição da Diretoria da ADUSP Seção Sindical*	
Texto 15 – O trabalho das regionais no fortalecimento do trabalho de base do ANDES-Sindicato Nacional – *Contribuição das professoras Márcia Cristina Fontes Almeida e Renata Rena Rodrigues – Sindicalizadas da ASPUV Seção Sindical*	

Os Textos Resolução receberam a mesma numeração que os Textos Apoio correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, sejam utilizados como propostas de Resoluções durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA III – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 14 – Sobre o I Congresso da CSP-Conlutas	
TR 15 – O trabalho das regionais no fortalecimento do trabalho de base do ANDES-Sindicato Nacional.	

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

TEXTO 14

Contribuição da Diretoria da Adusp-S. Sind.

SOBRE O I CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS

TEXTO DE APOIO

A Adusp-S. Sind. participou do I Congresso da Central Sindical e Popular – Conlutas (CSP-Conlutas), no período de 27 a 30 de abril de 2012, com três (3) delegados eleitos em assembleia geral realizada em 29/3.

Constataram-se diversos problemas durante a realização do I Congresso, devidamente discutidos pela diretoria da seção sindical, logo após o encerramento do mesmo. Dentre eles, consideramos fundamental destacar:

1. O Caderno de Teses mostrou-se pouco acessível, dificultando a intervenção dos delegados de base, representantes de setores que compõem a Central, nas discussões sobre os diferentes assuntos que foram ali tratados;

2. O trabalho dos grupos obedeceu a uma dinâmica rígida: em alguns deles, não houve a alternância de coordenador e relator, que eleitos na primeira sessão, permaneceram os mesmos até o final dos trabalhos;

3. Em alguns grupos, propostas sobre temas complexos ou polêmicos foram por vezes apresentadas celeremente durante os trabalhos e votadas sem discussão suficientemente amadurecida, tendo sido considerados apenas um encaminhamento a favor e um contrário, e não sendo permitida a alteração de redação e nem a solicitação de esclarecimentos. Tal postura impediu a necessária elucidação dos participantes, antes da votação;

4. A organização dos trabalhos dos grupos não foi adequada, pois vários deles dividiram o mesmo espaço, impedindo, dessa maneira, uma discussão mais aprofundada sobre os temas propostos, já que era muito complicado, por exemplo, ouvir as exposições, as argumentações, etc. Votava-se, assim, sem conhecer o real teor das propostas;

5. A proposta de mudança do nome da central para Central Sindical e Popular (CSP), que todos sabemos não tratar-se de mera questão semântica, aprovada por ampla maioria no 31º Congresso do ANDES-SN, não contou com o voto de parte considerável dos delegados do Sindicato, o que, na visão da diretoria da Adusp-S. Sind., representa um fato muito preocupante, que precisa ser devidamente analisado, pois talvez revele a necessidade de maior aprofundamento da discussão de questões relativas à adoção de determinado modelo de organização sindical; dentre outros aspectos, uma possível confusão entre **sindicato** e **federação** e/ou **confederação** de sindicatos, assunto este bastante complexo.

Isso posto, argumentamos que, se os assuntos tratados nas questões 1, 2, 3 e 4 podem refletir uma certa inexperiência, digamos "natural", por parte de uma Central que realiza seu I Congresso, devendo ser reavaliada e corrigida, o mesmo não se pode dizer da questão colocada no item 5, cuja discussão precisa ser iniciada, com urgência, no 57º CONAD.

TR – 14

O 57º CONAD delibera que o ANDES-SN:

1. Discuta sua participação na CSP-Conlutas;

2. Esclareça o papel dos delegados do Sindicato no que se refere à defesa de suas deliberações, em especial as congressuais;

3. Fique atento aos regimentos dos próximos eventos organizativos da Central e, caso os considere inadequados, proponha alterações visando a democratizar os processos de discussão e deliberação;

4. Contribua para uma maior clareza das teses apresentadas, com o intuito de facilitar a participação dos delegados de base;

5. Denuncie as eventuais dificuldades internas na construção democrática da CSP-Conlutas;

6. Informe, o mais breve possível, as coordenações nacional e estaduais da Central, da sua avaliação do I Congresso da CSP-Conlutas, argumentando, tanto sobre os aspectos que contribuem para a construção da Central, como sobre os aspectos que dificultam tal construção.

TEXTO 15

Contribuição das professoras Márcia Cristina Fontes Almeida e Renata Rena Rodrigues - Sindicalizadas da ASPUV S.S

O TRABALHO DAS REGIONAIS NO FORTALECIMENTO DO TRABALHO DE BASE DO ANDES SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

Foi evidente o resgate e fortalecimento do trabalho de base do ANDES SN nos últimos anos. Tal fato elucida a necessidade da continuidade e clareza no trato das informações no dia-a-dia das seções sindicais.

Os Setores que compõem o ANDES-SN, das Federais, das Estaduais e das Particulares, buscam sempre ponderar e encaminhar propostas que viabilizem as discussões na base para que estas possam posteriormente se tornarem ações concretas.

Contudo, seja por questões de localização geográfica, dificuldades de interlocução, ou até mesmo particularidades culturais, é possível observar que nem todas as seções sindicais têm a clareza necessária para enfatizar o trabalho político na base e nem todas conseguem colocar em prática as deliberações das instâncias nacionais do sindicato, dentre elas as reuniões dos setores, os Congressos e Conads.

Neste contexto é importante fortalecer o trabalho das Regionais que devem ter o papel não somente de gerenciamento e/ou repasse de informações, mas também de acompanhamento contínuo junto às seções sindicais que compõem sua base para o fortalecimento permanente das mesmas e do próprio sindicato nacional. Este trabalho deve ser feito mais intensificadamente nas seções sindicais nas quais as suas fragilidades são mais explícitas, como já é feito, mas também continuamente junto a todas as demais como forma de consolidar e fortalecer as mesmas e concretizar as deliberações das instâncias do sindicato.

Por tudo isso, propomos o seguinte texto resolução:

TR – 15

O 57º CONAD do ANDES-SN delibera:

1. Promover um encontro nacional das regionais para discutir dificuldades, compartilhar experiências e promover a discussão de possíveis ações para fortalecimento do trabalho das regionais junto às seções sindicais.

2. Desencadear o debate e as articulações políticas das ações das regionais durante segundo semestre de 2012

3. Definir cronograma de ações para que as questões discutidas possam ser efetivadas.

TEXTOS APRESENTADOS

NA

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

VI ENCONTRO INTERSETORIAL DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN, em face da necessidade de dar continuidade ao processo de integração dos três setores, instituições estaduais/municipais, federais e particulares de ensino superior, no âmbito do Sindicato, apresenta para discussão e deliberação, a proposta de realização, no segundo semestre de 2012, do VI Encontro Intersetorial.

TR – 16

O 57º CONAD delibera:

Realizar, no segundo semestre de 2012, o VI Encontro Intersetorial do ANDES-SN, de acordo com a planilha de custos a seguir, com o objetivo de organizar ações e atividades conjuntas em defesa do ANDES-SN, na luta pela valorização do trabalho docente e da educação pública.

Seção Sindical	Nº Filiados	Trechos[3]	Despesa com deslocamento	Despesa com hospedagem	Diárias
Regional Norte I					
SIND-UEA	138	Manaus	608,00	300,00	300,00
SINDUERR		Boa Vista	700,00	300,00	300,00
Regional Norte II					
ADUFRA	90	Belém	800,00	300,00	300,00
SINDUFAP	169	Macapá	930,00	300,00	300,00
SINDUEPA		Belém	800,00	300,00	300,00
SINDUFPA-MAR		Marabá	945,00	300,00	300,00
SINDUFOPA		Santarém	945,00	300,00	300,00
SINDIFAP	15	Macapá	930,00	300,00	300,00
Regional NE 1					
SINDIUVA	100	Fortaleza	700,00	300,00	300,00
ADUNIFOR	174	Fortaleza	700,00	300,00	300,00
SINDURCA	162	Juazeiro do Norte	700,00	300,00	300,00
SINDCENTEC	30	Fortaleza	700,00	300,00	300,00
SINDCEFET-PI	31	Teresina	760,00	300,00	300,00
SINDUECE	262	Fortaleza	700,00	300,00	300,00
Regional NE II					
ADUFCG-PATOS	76	Patos	680,00	300,00	300,00
ADESA-PE	37	Arco Verde	780,00	300,00	300,00
SINDFAFICA	45	Caruaru	780,00	300,00	300,00

[3] Os trechos se referem a ida e volta para Brasília

ADUC	47	Cajazeiras	680,00	300,00	300,00
ADUFERSA	220	Mossoró	1.080,00	300,00	300,00
SINDUNIVASF	50	Petrolina	630,00	300,00	300,00
ADUPE	890	Recife	618,00	300,00	300,00
Regional NE III					
ADUCSAL	214	Salvador	594,00	300,00	300,00
APUR	101	Cruz das Almas	630,00	300,00	300,00
Regional Leste					
SINDFAFEID	82	Belo Horizonte	260,00	300,00	300,00
ADUNIFAL	147	Alfenas	260,00	300,00	300,00
SINDCEFET-OP	89	Ouro Preto	260,00	300,00	300,00
ADOM	25	Teófilo Otoni	260,00	300,00	300,00
Regional Planalto					
ADCAC	173	Catalão	280,00	300,00	300,00
ADCAJ	25	Jataí	250,00	300,00	300,00
ADUEG	206	Goiânia	275,00	300,00	300,00
SESDFESG		Goiatuba	375,00	300,00	300,00
Regional Pantanal					
Adleste	21	Campo Grande	400,00	300,00	300,00
Regional RJ					
SESDUENF	189	Rio de Janeiro	400,00	300,00	300,00
ADUEZO	15	Rio de Janeiro	400,00	300,00	300,00
Regional SP					
ADAFA	87	Pirassununga	400,00	300,00	300,00
ADUNIMEP	229	Piracicaba	400,00	300,00	300,00
ADUFABC	106	São Paulo	400,00	300,00	300,00
ADEEP	52	Piracicaba	400,00	300,00	300,00
Regional Sul					
ADUNIOESTE	244	Cascavel	730,00	300,00	300,00
ADUNICENTRO	140	Guarapuava	350,00	300,00	300,00
SINDUEPG	233	Ponta Grossa	350,00	300,00	300,00
APRUDESC	211	Florianópolis	400,00	300,00	300,00
S. Sind do ANDES na UFSC	87	Florianópolis	400,00	300,00	300,00
SINDUFFS		Chapecó	2.300,00	300,00	300,00
Regional RGS					
S. Sin do ANDES na UFRGS	25	Porto Alegre	435,00	300,00	300,00
SESUNIPAMPA	111	Bagé	435,00	300,00	300,00
		Total:	**27.002,00**	**13.800,00**	**13.800,00**

TOTAL: 54.602,00

Observação: Tarifas gol voando nos dias 19 e 21 de outubro de 2012

TEXTO 17

Contribuição da Assembleia Geral da ADUFPA S.Sind

O CUSTEIO DA GREVE

TEXTO DE APOIO

Em 17 de maio de 2012 os professores de 33 instituições federais de ensino superior deflagraram greve por tempo indeterminado, reivindicando melhores condições de trabalho e em defesa de uma carreira digna. Findado o primeiro mês da greve, já são 54 instituições que aderiram à paralisação de suas atividades. No decorrer deste período o trabalho do CNG do ANDES-SN tem sido intenso, mas as demandas da categoria em greve, ou em estado de mobilização para a greve, têm recebido respostas desmotivadoras por parte da diretoria e do CNG.

Seções sindicais pequenas e com poucos recursos, bem como aquelas cuja direção está nas mãos do proifes, têm recorrido ao ANDES-SN e ao CNG solicitando apoio de toda espécie para a sua luta local. Além da presença de membros da diretoria nas reuniões e atividades locais, a maior demanda é de pedidos de recursos financeiros para a participação de delegados no CNG ou para a reprodução de material de mobilização. A diretoria e o CNG vêm recusando a atender esses pedidos, conclamando às Secretarias Regionais que procurem se aproximar das seções sindicas no sentido de fortalecer política e materialmente o movimento, mas principalmente, alegando que o saldo do recurso do Fundo de greve é limitado. Com base nessa argumentação indicou para a base que estudasse uma política de ampliação deste fundo, além da conversão da contribuição para o FNM em contribuição para o Fundo de Greve. Em seguida apresentou uma proposta de que as seções sindicais contribuíssem com R$ 1,50 por sindicalizado, por mês.

A aplicação geral e indiscriminada desta medida torna-a injusta, para aquelas seções sindicais, que já não têm condições de arcar com todas as despesas de seus delegados no CNG, e que ainda terão que aumentar sua contribuição.

O Fundo Nacional de Greve conta atualmente com recursos, dos quais 30% estão comprometidos com as greves das IEES/IMES, conforme deliberação do 31º Congresso, em Manaus. Restam 60% para serem utilizados na defesa do Andes-SN de acordo com deliberação no 55º CONAD, em Fortaleza. Resta, portanto, um valor correspondente a 10% do total não comprometido por nenhuma deliberação nas instâncias do sindicato.

No 31º Congresso, em Manaus, foi aprovado no Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES: *"2.1.4: Autorizar, durante o ano de 2012, o uso de percentual do FNM para auxílio às greves que se desenvolverem no Setor das IEES e que sejam no âmbito nacional."*

O momento pede que os recursos do sindicato sejam utilizados em prol da categoria que está em luta pela valorização de seu trabalho, o setor das instituições federais. O critério a ser utilizado pode ser o mesmo que foi aprovado para as estaduais, ou seja, 30% do valor do FNM para apoiar a greve das IFES. Dessa forma ainda restará um grande volume de dinheiro para a defesa do Andes, que neste momento não sofre ataques em relação ao registro, tendo consolidado no STJ o seu registro sindical.

TR - 17

O 57º CONAD resolve:

1. Autorizar suspenção da contribuição para o FNM das Seções Sindicais das IFES, enquanto essas se mantiverem em greve, para que possam usar este recurso no custeio das ações;
2. Autorizar, durante a greve dos docentes das IFES, o uso de até 30% do FNM para auxílio às seções sindicais em greve.
3. A definição do valor a ser utilizado para apoio de cada S. Sindical que solicitar a ajuda será decidida pelo Comando Nacional de Greve;
4. O limite percentual a ser concedido para apoio é de até 30% do FNM.

TR – 10 - Atualização do plano de lutas do Setor das IEES/IMES

Diretoria do ANDES-SN

Planilha substitutiva

Planilha de despesas do X Encontro Nacional das IEES/IMES
Segundo semestre de 2012 – Brasília/DF

SEÇÃO SINDICAL	Trechos	Despesa com Deslocamento - BSB	Despesa com Hospedagem	Despesa com Diárias
Regional Norte 1				
SIND-UEA	MAO/BSB/MAO	R$ 642,00	R$ 450,00	R$ 300,00
1 convidado da UERR	BVB/BSB/BVB	R$ 819,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Norte 2				
SINDUEPA	BEL/BSB/BSB	R$ 700,00	R$ 450,00	R$ 300,00
1convidado da UEAP	MCP/BSB/MCP	R$ 876,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Nordeste 1				
1 convidado da UEMA	SLZ/BSB/SLZ	R$ 572,00	R$ 450,00	R$ 300,00
SINDCENTEC-JN		R$ 700,00	$ 450,00	R$ 300,00
Regional Nordeste 2				
ADESA-PE	REC/BSB/REC	R$ 618,00	R$ 450,00	R$ 300,00
1 Convidado das Autarquias Municipais do Interior de Pernambuco	REC/BSB/REC	R$ 618,00	R$ 450,00	R$ 300,00
ADUPE	REC/BSB/REC	R$ 618,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Rio de Janeiro				
ADUEZO	RIO/BSBRIO	R$ 342,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Leste				
SINDUEMG	BHZ/BSB/BHZ	R$ 220,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Planalto				
1 convidado da Unitins	PMW/BSB/PMW	R$ 292,00	R$ 450,00	R$ 300,00
ADUEG	GYN/BSB/GYN	R$ 275,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Fecipar –TO	Paraíso-TO	R$ 482,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Fecolinas – TO	Colinas-TO	R$ 482,00	R$ 450,00	R$ 300,00
SESDFESG	Goiatuba-Go	R$ 375,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Sul				
Aprudesc	FLN/BSB/FLN	R$ 586,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Regional Rio Grande do Sul				
1 convidado da UERGS	POA/BSB/POA	R$ 568,00	R$ 450,00	R$ 300,00
Totais		**R$ 9.185,00**	**R$ 8.850,00**	**R$ 5.400,00**
Total		**23.435,00**		

HOTEL BSB = ST. PAUL R$ 150,00 (3 diárias final de semana)
PEÇOS SUJEITOS A ALTERAÇÃO E DISPONIBILIDADE